

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SOLENIDADE 13 JAN 2012

## Nova sede dos Juizados Especiais é inaugurada

Juizados Especiais Cível, Criminal e da Fazenda Pública possuem novo endereço

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourl Neto, inaugurou na manhã da última quarta-feira (11) a nova sede dos Juizados Especiais Cível, Criminal e da Fazenda Pública, que passam a atender na Avenida Getúlio Vargas 2826. "Hoje temos aqui não só a inauguração de instalações mais confortáveis, mas também uma demonstração de respeito ao povo, magistrados, servidores e conciliadores", afirmou.

O desembargador Miguel Kfourl Neto ressaltou os avanços do Judiciário paranaense. "Vivemos um novo tempo, com credibilidade, autonomia e muita dedicação ao trabalho. Desde fevereiro instalamos 51 Varas, algumas já existentes e outras criadas nessa gestão, com o objetivo de oferecer à população serviços de qualidade, com prioridade para o 1º Grau de Jurisdição", disse.

O 2º vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ivan Bortoleto, supervisor do Sistema dos Juizados Especiais, lembrou que melhorar as condições de atendimento foi um dos desafios anunciados no início da atual gestão. "A instalação dos Juizados nesse prédio é mais um passo na busca de melhores condições, até que se possa viabilizar o novo centro judiciário.

Não podíamos adiar a oferta de espaço mais adequado ao povo", afirmou. Os Juizados estavam instalados em três endereços, nos bairros Centro Cívico, Alto da XV e São Francisco.

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Noeval de Quadros, afirmou que a população será bem atendida no prédio da Avenida Getúlio Vargas. "Quando uma nova casa de distribuição de Justiça abre suas portas, é motivo de regozilho para todos. Temos aqui novas instalações para essa Justiça que nasceu para ser mais próxima do cidadão: os Juizados Especiais. Todos aqui são atendidos sem custos e igualmente, pois o importante é o Direito e não o valor da causa. O Tribunal está de parabéns por conseguir melhorar as condições de atendimento à população e de trabalho de servidores e conciliadores", disse.

A magistrada Letícia Marina Conti, juíza diretora do Fórum: "Agradeço à cúpula diretiva do Tribunal pelas novas instalações, nas quais poderemos atender dignamente a população que procura nossos serviços".

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Comitê Executivo trabalha para acelerar o 13 JAN 2012 trâmite de ações judiciais envolvendo saúde

O Comitê Executivo Paranaense do Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à Saúde, criado em abril de 2011 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), termina seus primeiros dez meses de atividades com atuação positiva. Segundo a representante do TJPR no Comitê, juíza de Direito em Segundo Grau Denise Antunes, o intuito primordial do Comitê é diminuir a grande quantidade de demandas judiciais ligadas à saúde. Medidas estão sendo tomadas para prevenir o ajuizamento de demandas e acelerar o trâmite das já ajuizadas. Como primeiras medidas, foram lançados uma Recomendação e quatro Enunciados que visam favorecer a celeridade das ações.

O Comitê vem realizando reuniões mensais e tem recebido apoio do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourl Neto, e do corregedor geral de Justiça, desembargador Noeval de Quadros. Duas reuniões nacionais convocadas pelo CNJ já foram realizadas em Brasília para debater as medidas tomadas em todos os Estados. O coordenador do Comitê Executivo Paranaense, juiz federal João Pedro Gebran Neto, viabilizou a inclusão no site da Justiça Federal de leis, enunciados, resoluções e recomendações do CNJ para essa área (<http://www.jfpr.jus.br/conteudo/o-que-e-o-comite/140>). Há também informações sobre a Relação Nacional de Medicamentos (Rename) e Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT).

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Juizados em aeroportos fecharam 382 acordos

Os seis juizados especiais que funcionam nos aeroportos em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Distrito Federal e em Mato Grosso registraram, apenas em dezembro de 2011 – período em que aumentam as viagens - 2.464 reclamações feitas por usuários de empresas aéreas. Destas, 382 resultaram em acordos, o que representa 15,5% do total. Falta de assistência, falta de informações e atrasos em vôos foram as principais queixas.

Os juizados dos aeroportos do Rio de Janeiro foram os que receberam o maior número de reclamações: 814 no Aeroporto Santos Dumont e 726 no Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim (Galeão). No Aeroporto Santos Dumont, apenas 55 casos resultaram em acordo, o que representa um índice de 6,75%. Já no aeroporto do Galeão o índice chegou a 17%, com o fechamento de 124 acordos.

Em terceiro lugar no número de reclamações aparece o Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek (Brasília), com 706 registros. O número de acordos foi o maior do país: 183 (25,92%).

Em São Paulo, o juizado especial do Aeroporto de Internacional Governador André Franco Montoro (Guarulhos) atendeu 137 reclamações de usuários, mas apenas três casos resultaram em acordo. No aeroporto de Congonhas, a taxa de conciliação foi maior: 18% das 67 reclamações foram resolvidas com acordos. Em Cuiabá (MT), o juizado especial instalado no Aeroporto Internacional Marechal Rondon registrou 14 reclamações ao longo de dezembro.

13 JAN 2012

## TST decide que prazo de embargos é de 30 dias

O prazo de cinco dias fixados no artigo 884 da CLT é restrito aos Embargos à Execução de sentença condenatória trabalhista. Já no caso de cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, aplica-se o disposto no artigo 16 da Lei 6.830/80, pelo qual o executado contará, para interpor embargos, com prazo de 30 dias, contados da garantia da execução. O entendimento é da 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho.

Segundo o TST, não são aplicáveis à execução fiscal da dívida ativa os preceitos que regem a execução trabalhista. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas-SP) havia julgado intempestivos os embargos interpostos pela In-

dústria e Comércio de Bebidas Conquista em execução fiscal, apresentado fora do prazo de cinco dias, conforme determina o artigo 884 da CLT.

Na ação de execução fiscal da dívida ativa da Fazenda Pública contra a empregadora, o TRT manteve no Agravo de Petição a sentença que declarou que os embargos foram apresentados fora do prazo legal.

Para o ministro Waldir Oliveira da Costa, relator do Recurso de Revista da empresa, ao declarar a intempestividade o TRT afrontou "o devido processo legal e o direito de defesa da parte". A Vara do Trabalho de origem deve receber o processo de volta para examinar o mérito dos embargos.

13 JAN 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Lei sobre trabalho a distância exigirá mudança na jurisprudência do TST

Com a sanção da Lei nº 12.551/2011, que alterou o artigo 6º da CLT e extinguiu a distinção entre o trabalho presencial, realizado no estabelecimento do empregador, e o trabalho a distância, executado no domicílio do empregado, o Tribunal Superior do Trabalho deverá rever sua jurisprudência relativa ao tema do sobreaviso. Atualmente, a Súmula 428 não reconhece o uso de aparelhos de intercomunicação (telefone celular, BIP ou pager) como suficientes para caracterizar o sobreaviso: o entendimento, convertido em súmula em maio de 2011, é o de que o simples uso desses aparelhos não obriga o empregado a esperar em casa por algum chamado do empregador, e pode se deslocar normalmente até ser acionado.

Para o presidente do TST,



Para o ministro João Oreste Dalazen, a entrada em vigor da nova lei torna "inafastável" a revisão da Súmula 428

ministro João Oreste Dalazen, a entrada em vigor da nova lei torna "inafastável" a revisão da Súmula 428, e adianta que pretende pro-

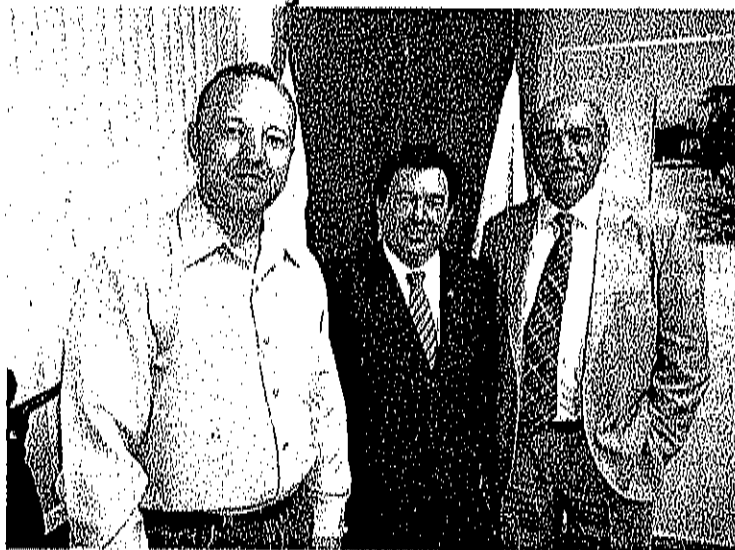
mover uma semana para que os 27 ministros da Corte discutam os vários aspectos envolvidos na nova realidade.

### Editora Bonijuris abraça causa social

O presidente da Associação dos Magistrados do Paraná/AMAPAR, Gil Francisco Xavier Guerra, recebeu o advogado e editor responsável pela Editora Bonijuris, Luiz Fernando de Queiroz, no Tribunal de Justiça do Paraná/TJPR, onde recebeu um cheque no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) que será destinado ao "Projeto Sersocial" realizado pela associação. Esta doação vem de uma parceria entre a Bonijuris, através da Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo e AMAPAR.

Para o editor responsável pela editora, Luiz Fernando de Queiroz, "além de apoiar uma iniciativa paranaense de repercussão internacional, cada gesto contribuirá para as atividades sociais da AMAPAR".

O projeto idealizado em 2006 pela Associação dos Magistrados em parceria com a Prefeitura de



Advogado Geison de Oliveira, Gil Francisco Xavier Guerra e o editor da Bonijuris, Luiz Fernando de Queiroz

Piraquara presta atendimento social para crianças e adolescentes da cidade, além do funcionamento de escolinha de futebol e apoio às famílias de um dos bairros

mais pobre do município, onde esta localizada a sede da AMAPAR. Mais de 100 magistrados colaboram mensalmente com o projeto Sersocial.

13 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

# CNJ vê R\$ 856 mi atípicos em contas bancárias de juízes

Operações fora do padrão, feitas por funcionários do Judiciário, estão listadas em relatório da corregedora

Relatório enviado ao STF pela corregedora do CNJ, Eliana Calmon, revela que magistrados e servidores do Judiciário movimentaram, entre 2000 e 2010, R\$ 856 milhões em operações consideradas "atípicas" pelo órgão de inteligência financeira do Ministério da Fazenda.

Dessas operações, R\$ 275 milhões foram realizadas com dinheiro vivo.

A "atipicidade" não significa crime ou irregularidade, mas, sim, que a movimentação fugiu aos padrões das contas dessas pessoas.

O documento não traz nomes de servidores ou juízes.

Duas pessoas ligadas ao Tribunal da Justiça Militar de SP e uma ao TJ da Bahia movimentaram R\$ 116,5 milhões apenas em 2008, mostra o relatório.

O TJM de São Paulo disse desconhecer o resultado da inspeção. O assessor do TJ-BA não foi achado.

13 JAN 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Judiciário fez movimentação 'fora do padrão' de R\$ 856 mi

Dado foi levantado pelo Ministério da Fazenda e abrange o período 2000-2010

### Rastreamento na conta de juízes e servidores ocorreu a pedido do CNJ, o que causou uma crise no mundo jurídico

Magistrados e servidores do Judiciário movimentaram, entre 2000 e 2010, R\$ 856 milhões em operações financeiras consideradas "atípicas" pelo Coaf, o órgão de inteligência financeira do Ministério da Fazenda.

A informação consta de relatório encaminhado ontem ao STF (Supremo Tribunal Federal) pela corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Eliana Calmon.

No ano passado, Calmon entrou em choque com associações de magistrados e com setores do Judiciário ao pedir investigações sobre a vida financeira de juízes, desembargadores e demais servidores.

O trabalho da corregedoria e o poder de investigação do CNJ passaram a ser questionados até por ministros do Supremo. Calmon bateu de frente com o próprio presidente do tribunal e do CNJ, Cezar Peluso.

O trabalho de investigação do CNJ começou pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, quando passou a ser criticado por uma suposta quebra

generalizada de sigilos bancário e fiscal. Três entidades ligadas a juízes entraram com uma ação no Supremo.

A investigação foi suspensa em dezembro por uma liminar do ministro Ricardo Lewandowski que, ao proferir a decisão, requisitou informações a Calmon.

O relatório do Coaf integra as explicações encaminhadas ontem, nas quais a corregedora procurou demonstrar a necessidade da continuidade da apuração sobre os depósitos bancários.

"Atipicidade" não significa crime ou irregularidade, mas sim que a operação financeira fugiu aos padrões.

Por exemplo, um depósito elevado fora do previsto leva o banco automaticamente a identificar, e a comunicar ao Coaf, uma "movimentação incompatível com a renda" do correntista. O depósito pode ter sido fruto da venda de imóvel ou herança, o que só uma investigação mais profunda esclareceria.

O documento de Calmon revela, porém, situações consideradas suspeitas pelo Coaf, como o fato de três pessoas, duas delas vinculadas ao Tribunal de Justiça Militar de São Paulo e uma ao Tribunal de Justiça da Bahia, terem movimentado R\$ 116,5 milhões em um único ano, 2008.

O Tribunal de Justiça Militar de SP disse que não recebeu informações sobre a inspeção e que solicitará os dados ao CNJ. O assessor do TJ-BA não foi localizado.

O documento, que não aponta nomes ou faz separação entre servidores e juízes, indica que, dos R\$ 856 milhões em operações atípicas, R\$ 274,7 milhões foram feitos em dinheiro vivo. São Paulo foi o Estado que concentrou os recursos, com R\$ 53,8 milhões, seguido pelo Distrito Federal (R\$ 46,7 milhões).

O ápice das movimentações atípicas ocorreu em 2002, quando "uma pessoa relacionada ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região", no Rio de Janeiro, movimentou R\$ 282,9 milhões, segundo o relatório. A corte disse que se manifestaria apenas hoje sobre o caso.

O Coaf também apontou um salto entre 2007 e 2008, quando as comunicações do gênero passaram de R\$ 30 milhões para R\$ 159,6 milhões.

O levantamento começou em 2010, quando o CNJ pediu informação sobre eventuais movimentações financeiras incompatíveis do Judiciário. O órgão pesquisou os nomes de 216.805 servidores.

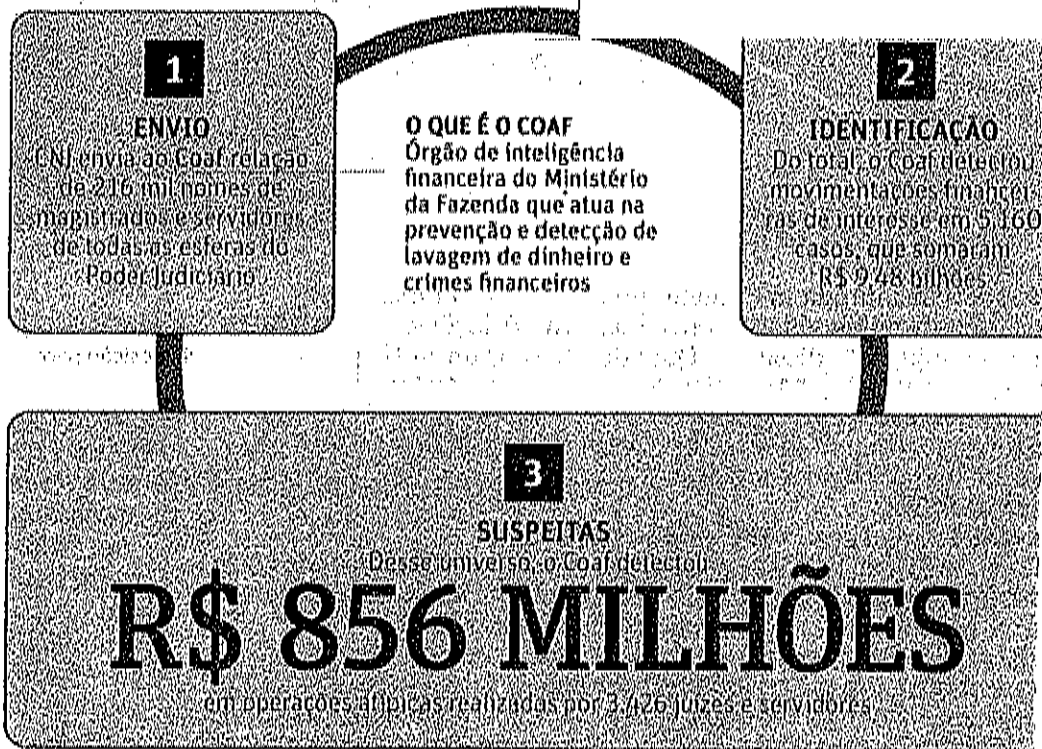
Desse universo, 5.160 figuraram em comunicações encaminhadas ao Coaf por setores como bancos e cartórios, num total de R\$ 9,48 bilhões. O Coaf considerou que a maior parte desse valor tem explicação plausível.

# FOLHA DE S. PAULO

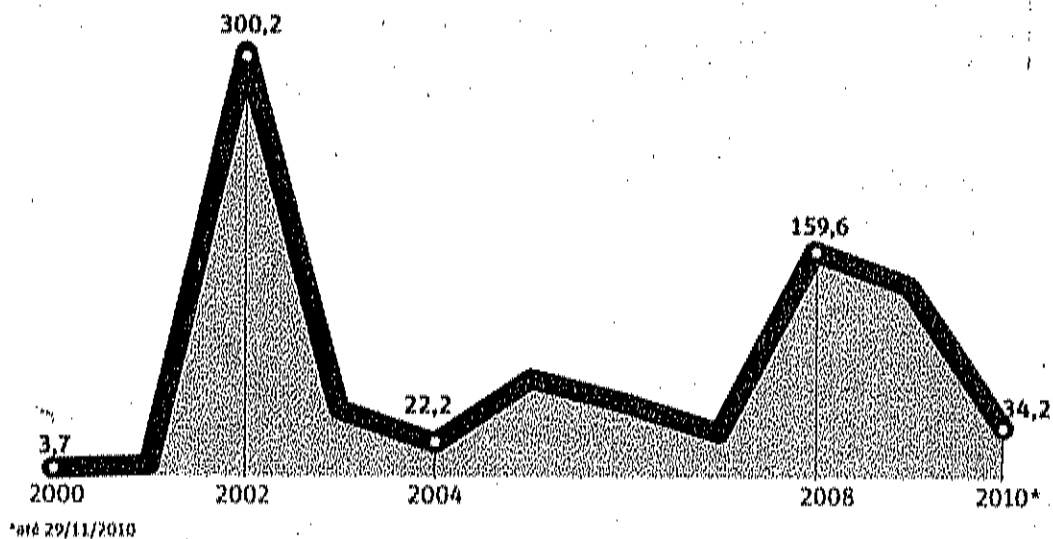
## CONTINUAÇÃO

**INVESTIGAÇÕES NO JUDICIÁRIO**  
 Órgão de inteligência financeira identificou movimentações atípicas de magistrados

13 JAN 2012



### MOVIMENTAÇÕES ATÍPICAS DE 3.426 PESSOAS DO JUDICIÁRIO



**Números suspeitos**

**R\$ 282,9 mi** foram movimentados em 2002 por uma "pessoa relacionada" ao TRT da 1ª Região (RJ)

**R\$ 116,5 mi** foram movimentados em 2008 por duas pessoas do TJM-SP e uma do TJ-BA

**R\$ 274,7 mi** é o volume de operações consideradas atípicas realizadas com dinheiro em espécie entre 2000 e 2010

13 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Em defesa, CNJ nega que tenha quebrado sigilo de magistrados

Corregedora enviou ao STF relatório em que argumenta não ter tido acesso a informações de juizes investigados

**Tribunal suspendeu em dezembro apuração do conselho a pedido de entidades que alegavam ter havido violações**

A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, informou ao STF (Supremo Tribunal Federal) que "não teve acesso a extratos bancários, operações de crédito e pagamentos feitos por magistrados e servidores".

Sua intenção com o documento — de 46 páginas e nove anexos — é mostrar que não houve quebra de sigilo em uma investigação conduzida pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), como alegam três associações de juizes em mandado de segurança solicitado ao STF.

Em dezembro, em decisão provisória, o ministro Ricardo Lewandowski aceitou o pedido das associações e suspendeu a apuração do CNJ.

"Não foi solicitada qualquer investigação e muito menos devassa sobre magistrados e servidores", afirma a corregedora em resposta encaminhada ao relator, ministro Joaquim Barbosa.

"Nunca foi instaurada investigação de 216 mil servidores e seus cônjuges", disse ainda, acrescentando: "Ao contrário do que falsamente divulgaram as associações impetrantes, hoje tramitam

pela corregedoria 55 sindicâncias, das quais apenas 17 são relativas a inconsistências patrimoniais de magistrados ou servidores do Poder Judiciário".

Calmon pediu em janeiro — depois da suspensão das investigações — que o Coaf (órgão do Ministério da Fazenda responsável por monitorar movimentações financeiras) retirasse o caráter "confidencial" do relatório que serviu de base à investigação.

O relatório completo, juntado na resposta da ministra, não indica nomes nem números de CPF.

O pedido ao Coaf foi feito depois que circularam notícias sobre as inspeções.

"Causa surpresa a acusação das impetrantes de ter havido divulgação de matéria sigilosa, quando elas próprias expõem as decisões destinadas ao conhecimento dos tribunais que seriam submetidos às inspeções", afirma.

Calmon anexou cópias de comunicação aos membros do CNJ sobre inspeção no TJ-SP. No documento, ela também rebate a acusação de que as investigações dependeriam de autorização judicial.

"A quem deveria o corregedor nacional de Justiça solicitar tal permissão? A um juiz de primeiro grau sujeito à sua fiscalização?", questiona.

"A Corregedoria Nacional de Justiça não promove investigação 'criminal' contra membros do Poder Judiciário". "Não há nada de incommum ou extravagante na fiscalização (...). Alguns tribunais, em especial os estaduais, não observavam o cumprimento de preceitos fundamentais, diversamente dos demais tribunais (Federais e Trabalhistas)."

A corregedora informou que as inspeções realizadas em São Paulo não se completaram devido à liminar concedida às associações.

Quando circularam notícias de que ministros teriam recebido valores de maneira privilegiada, "a Corregedoria Nacional de Justiça ainda não havia inspecionado qualquer documento" relativo a SP.

Nelson Calandra, presidente da AMB, uma das associações responsáveis pelo mandado de segurança, diz que, mesmo que o relatório anexado não traga nomes e CPFs, esses dados foram acessados em algum momento, o que pode caracterizar a quebra do sigilo.

O presidente interino de outra das associações, Fabricio Fernandes de Castro (juizes federais), afirmou que a entidade "continua sustentando sua tese".

"Não tivemos acesso à manifestação do CNJ, mas o ofício encaminhado pelo conselho ao Coaf indica a quebra do sigilo."

CONTINUA



# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

13 JAN 2012

## EMBATE NO JUDICIÁRIO

Relembre os principais fatos da crise no Judiciário

### FORÇA-TAREFA

Em dezembro de 2011, a corregedoria do Conselho Nacional de Justiça ordenou inspeções em tribunais de SP e outros 21 Estados

### SUSPENSÃO

No mesmo mês, os ministros do SFT Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski concederam liminares que limitaram a ação do CNJ

### OUTRAS INVESTIGAÇÕES

Em 29 e 31 de dezembro, a Folha mostra que outros pagamentos do TJ-SP a desembargadores também foram investigados pelo CNJ como folgas e licenças-prêmio

### O QUE ELES DISSERAM

#### RICARDO LEWANDOWSKI

A suspensão da investigação era necessária para proteger direitos das pessoas atingidas por uma eventual quebra de sigilo bancário. Ele diz que a decisão não o beneficia



#### MARCO AURÉLIO

O CNJ não pode tomar a iniciativa de investigar juízes que não tiverem sido antes alvo da corregedoria dos tribunais em que atuam



## TJ-SP dá prazo de 30 dias para juízes apresentarem declarações de bens

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, fixou prazo de 30 dias para a apresentação de declarações de bens e valores pelos magistrados que não entregaram esses documentos nos últimos cinco anos.

A determinação é anunciada quando a Corregedoria Nacional de Justiça divulga que os tribunais estaduais não controlam o fornecimento

desses documentos e que 45% dos magistrados do TJ-SP não apresentaram declaração de renda durante os exercícios de 2009 e 2010.

A assessoria do TJ disse que se trata de decisão da presidência, não de determinação do CNJ, e que esses magistrados entregaram declarações à Receita, mas não enviaram cópia à corregedoria.

"O tribunal só divulgará números quando terminada a apuração", informou.

# FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

## A marretadas

BRASÍLIA - Quando criada, em 1999, a CPI do Judiciário foi recebida sob grande expectativa. Depois de escancarados os esquemas do Legislativo e do Executivo e vencida a prova de fogo do impeachment de um presidente, chegava a hora de abrir a "última caixa-preta".

A CPI descobriu desvios milionários no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, o senador Luiz Estêvão foi o primeiro cassado já no regime democrático e o juiz que se immortalizou como "Lalau" foi condenado e preso. Mas foi um caso pontual. A caixa-preta ficou praticamente intocada, acima do bem e do mal.

Está sendo aberta só agora e, ao contrário do que ocorre no Legislativo e no Executivo, não são a Polícia Federal, o Ministério Público e a imprensa que se destacam na missão. São os próprios magistrados que, movidos ou por princípios ou por corporativismo, estão fazendo o enorme favor à sociedade brasileira de se acusarem mutuamente — com inestimável ajuda de advoga-

dos e de entidades representativas. E tudo, diga-se, graças ao Conselho Nacional de Justiça. Dizem que "Deus escreve por linhas tortas". Pois o CNJ está quebrando a caixa-preta do Judiciário também por vias indiretas. Bastou existir, começar a tentar botar ordem na bagunça e exigir um mínimo de transparência para que todos passassem a acusar todos e algumas verdades secretíssimas viessem à tona.

O Judiciário, assim, está sendo aberto a marretadas. A de ontem foi da valente ministra Eliana Calmon, do CNJ, que divulgou relatório do Coaf (órgão de inteligência financeira da Fazenda) comprovando que, ora, ora, juizes, desembargadores e servidores do Judiciário movimentaram R\$ 855 milhões de 2000 a 2010 em operações "atípicas" — não necessariamente ilegais, mas muito, muito esquisitas.

Tudo isso é resultado da guerra mais do que saudável entre juizes. Digladiem-se, Meritísimos! O país, a verdade e a moralidade agradecem.

ELIANE CANTANHÊDE

### Verdades vêm à tona com a troca de acusações

*O CNJ está quebrando a caixa-preta do Judiciário por vias indiretas. Bastou existir e começar a tentar botar ordem e transparência na bagunça para que todos passassem a se acusar, e verdades viessem à tona.*

13 JAN 2012

13 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Carta-bomba para juíza explode em fórum

Artefato em formato de Papai Noel deixado em edifício de Rio Claro, no interior paulista, feriu dois funcionários

## Bomba destinada a juíza explode em fórum de SP

Uma bomba caseira em forma de Papai Noel explodiu no Fórum de Rio Claro (173 km de SP), ferindo dois funcionários. A Polícia Civil disse que o alvo era a juíza Cynthia Andrauss Carreta, diretora do fórum.

Ela disse ao delegado que não está assustada, porque "juízes sabem que correm esse risco".

## Polícia Civil classifica episódio como atentado; ausência de câmeras de segurança dificulta a busca por suspeitos

Uma bomba caseira —em forma de Papai Noel e endereçada a uma juíza— explodiu na tarde de ontem no Fórum de Rio Claro, cidade do interior paulista a 173 km da capital, ferindo dois funcionários.

O alvo do atentado, de acordo com a Polícia Civil, era a magistrada Cynthia Andrauss Carreta, diretora do fórum e titular da 3ª Vara Cível.

Roberto José Daher, delegado seccional de Rio Claro, afirma que o Papai Noel estava num pacote sem remetente encontrado por uma funcionária numa mesa no saguão do primeiro andar do fórum.

Ela chamou um guarda municipal, que levou o pacote para a recepção, no térreo do edifício. Segundo Daher, o pacote era do tamanho de uma caixa de bombom e es-

tava embrulhado em um papel com motivos natalinos.

Dois funcionários abriram o pacote e encontraram um Papai Noel de brinquedo dentro, que explodiu em seguida.

Um dos funcionários feriu as mãos e o tórax. Ele passou por uma cirurgia. Seu estado é estável. A outra vítima teve apenas ferimentos leves.

A bomba continha objetos metálicos que se espalharam com a explosão. O material passará agora por perícia. A polícia classifica o episódio como um atentado. Não há indícios, segundo os investigadores, que o pacote tenha sido entregue pelos Correios.

No prédio do fórum não há câmeras de segurança, o que dificulta o trabalho de identificação da pessoa que deixou a bomba no local.

## PROCESSOS

A polícia vai agora levantar processos em que a juíza trabalha. Segundo o delegado, a magistrada lhe disse que não está assustada, porque, afirmou, "juízes sabem que correm esse risco".

A diretora administrativa do fórum, Cíntia Mazzeo, disse que a magistrada não estava no prédio ontem porque havia feito exames de saúde.

Levantamento do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de agosto de 2011 mostra que 134 juízes estão ameaçados no país. As informações foram repassadas à Corregedoria do CNJ por tribunais estaduais e regionais federais.

Em 11 de agosto passado, a juíza Patrícia Acioli foi morta a tiros no Rio de Janeiro.

A investigação apontou que policiais militares planejaram e executaram o crime, pois as investigações de Acioli atrapalhavam esquema de extorsão montado por PMs.

Em 2003, o juiz Alexandre Martins de Castro Filho foi assassinado a tiros, em Vitória, no Espírito Santo. Ele havia denunciado um esquema montado na vara de execuções penais para liberar presos irregularmente. Um ex-policia civil foi preso, acusado de participação no crime, e um coronel da Polícia Militar foi denunciado.

Dez dias antes da morte de Castro Filho, o juiz Antônio José Machado Dias foi morto a tiros após sair do Fórum de Presidente Prudente, em São Paulo. O traficante Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, foi condenado a 29 anos pelo crime, em 2009.

**●● A Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo lamenta o ocorrido e dará toda a assistência aos servidores feridos, bem como a segurança necessária à magistrada e ao prédio do fórum de Rio Claro, quem tem suspensos os trabalhos**

CONTINUA

IVAN SARTORI  
presidente do Tribunal de  
Justiça de SP, em nota

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## TJ diz que dará segurança à magistrada

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, divulgou nota ontem na qual disse lamentar o atentado ocorrido no fórum de Rio Claro.

Ele afirmou que "dará toda a assistência aos servidores feridos, bem como a segurança necessária à magistrada e ao prédio".

Os trabalhos no fórum de Rio Claro estarão suspensos hoje, de acordo com o Tribunal de Justiça, e os prazos processuais também ficarão suspensos.

Nessa mesma nota Sartori informou ter recebido um telefonema do ministro Cezar Peluso, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Na ligação o ministro solidarizou-se "com a Presidência do tribunal, magistrada, servidores e povo de Rio Claro" e "colocou-se, também, à disposição para eventuais providências no tocante à segurança."

Procurado, o Ministério Público Estadual paulista não quis se manifestar sobre atentando contra a magistrada e aos funcionários do fórum de Rio Claro.

O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Antonio Ferreira Pinto, também não se manifestou sobre o episódio.

# 13 JAN 2012

## ATENTADOS CONTRA JUÍZES

Veja outros casos

### 14.mar.2003

O juiz-corregedor Antonio Machado Dias é morto com três tiros em Presidente Prudente (SP). O crime foi ordenado de dentro de presídios paulistas

### 24.mar. 2003

O juiz Alexandre Martins de Castro Filho é assassinado a tiros em Vila Velha (ES). Ele investigava o crime organizado no Estado e sofria ameaças

### 8.abr.2011

Em Tuntum (MA), casa do juiz Pedro Holanda Pascoal é atingida por tiros. Ninguém ficou ferido. Suspeito, um vereador chegou a ser preso

### 11.ago.2011

Juíza Patrícia Acioli morre após ter seu carro alvejado com 21 tiros em Niterói (RJ); ela investigava crimes cometidos por PMs — 11 respondem pela morte

CONTINUA

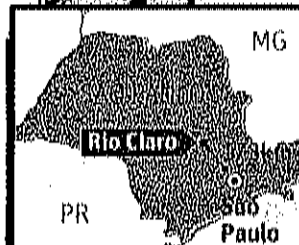
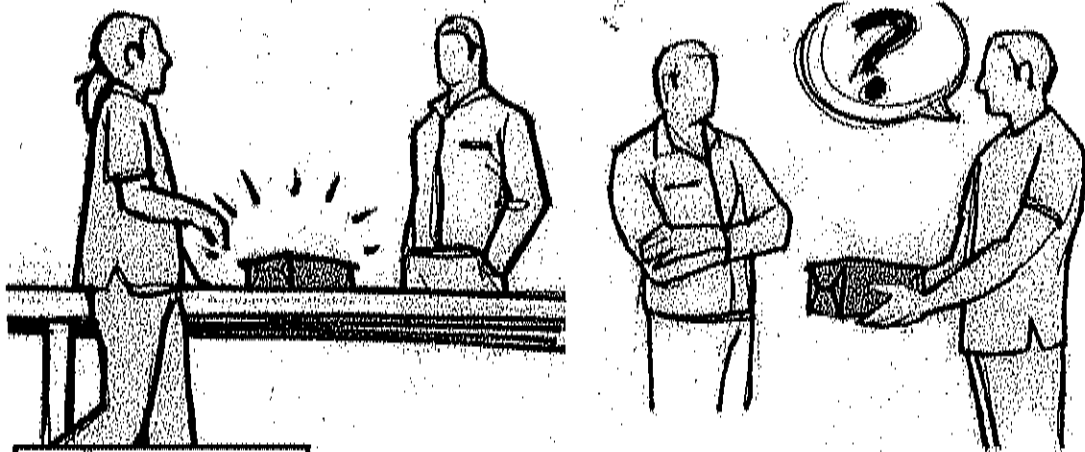
# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

13 JAN 2012

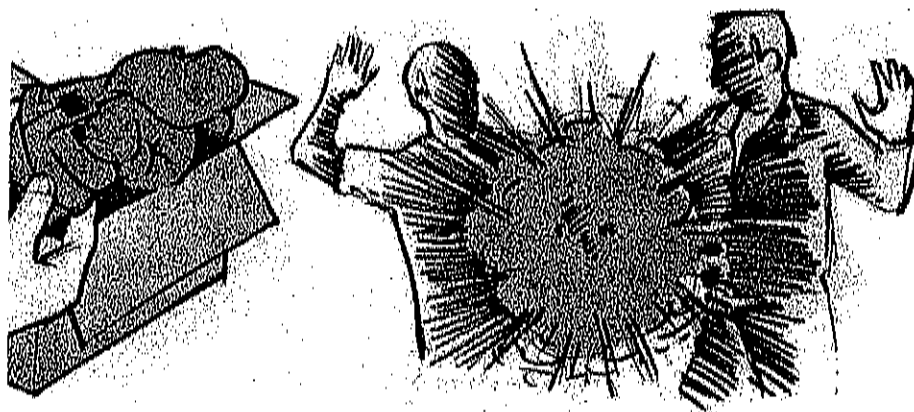
## COMO FOI O ATENTADO

Duas pessoas ficaram feridas no Fórum de Rio Claro



1 | Funcionária do Fórum de Rio Claro encontra uma caixa no saguão do prédio. Estava endereçada à juíza, mas não tinha remetente

2 | O pacote é levado para a recepção, onde começa a ser analisado por dois funcionários, antes de ser encaminhado à juíza



3 | Ao abrirem a caixa, dois funcionários encontram um Papai Noel de brinquedo

4 | O objeto explode em seguida; os dois funcionários ficam feridos e a área é isolada

# FOLHA DE S. PAULO

## Governo quer que prefeito cassado pague a eleição extra

13 JAN 2012

66 É uma mensagem aos candidatos que não pretendem agir corretamente: tenham cuidado. Esses processos vão colaborar para a moralização dos costumes políticos

RICARDO LEWANDOWSKI  
presidente do TSE

### Justiça Eleitoral vai entregar relação de nomes para que União mova ações

**Desde 2004, R\$ 6 mi já foram gastos para a realização de 176 pleitos suplementares após cassação do titular**

A AGU (Advocacia-Geral da União) fez uma parceria com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para cobrar na Justiça os custos que prefeitos cassados provocaram para que uma nova eleição fosse realizada no município.

Desde 2004, cerca de R\$ 6 milhões foram gastos pela União em 176 eleições suplementares, convocadas após a cassação do prefeito eleito.

Pelo acordo, o TSE enviará à AGU as informações sobre os casos nos próximos cinco anos, para que a União cobre os gastos dos cassados. O objetivo é fazer o político pagar a eleição do próprio bolso. Para isso, o TSE se comprometeu a criar um registro nacional de prefeitos afastados e eleições suplementares.

Segundo o presidente do TSE, Ricardo Lewandowski, as ações de ressarcimento têm caráter "pedagógico". "É uma mensagem aos candidatos que não pretendem agir corretamente: tenham mais cuidado. Esses processos vão colaborar para a moralização dos costumes políticos."

Segundo Lewandowski, o convênio terá os prefeitos como foco, mas governadores também podem ser alvo.

#### LENTIDÃO

O levamento do TSE sobre as eleições suplementares mostra como, em muitos casos, a lentidão da Justiça afeta o processo eleitoral. Nesse ano estão previstos mais quatro pleitos referentes a 2008, enquanto em outubro novos prefeitos também serão eleitos para essas cidades.

Em fase de testes, a AGU entrou com três ações no final do ano passado, em Mato Grosso, para cobrar os custos da nova eleição dos prefeitos cassados por compra de votos em Rio Branco, Ribeirão Cascalheira e Santo Antônio do Leverger.

Segundo o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, "a penalização econômica é fundamental para aperfeiçoar a representatividade dos políticos".

#### VITÓRIA

Atualmente, estão sendo analisadas 210 ações de prefeitos cassados desde 2004.

A primeira vitória da AGU foi em Pernambuco, contra o ex-prefeito de Caetés, José Luiz de Sá Sampaio (PSB).

Ele foi cassado por ser filho de outro prefeito que ficou dois mandatos consecutivos e renunciou em 2008 para concorrer em outro município — a legislação proíbe a eleição de parentes dentro do prazo de seis meses do último pleito.

A Justiça Federal em Pernambuco determinou que o prefeito cassado pagasse o custo da eleição na cidade de 17 mil habitantes.

Além dos gastos da nova eleição, a AGU cogita pedir na Justiça a cobrança de danos morais, em razão do desconforto de obrigar a população a votar novamente.

A Advocacia-Geral da União entende que esse tipo de ação é imprescritível, por se tratar do ressarcimento de prejuízo à União por crimes.

A parceria do órgão com o TSE só vale para os políticos afastados pela Justiça Eleitoral, e não inclui os impeachments provocados por decisão do Legislativo.

As eleições suplementares acontecem quando o político é cassado por um crime eleitoral, e o titular e o vice perdem o cargo.

De acordo com a Constituição, uma nova eleição é convocada nos dois primeiros anos depois do pleito, mas os Estados e os municípios têm autonomia para definir regras locais.

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

13 JAN 2012

## COMO FUNCIONARÁ A COBRANÇA

Prefeitos cassados terão de arcar com os custos de nova eleição

### JUSTIÇA ELEITORAL

Após o prefeito ser julgado definitivamente, o TSE aciona a AGU (Advocacia Geral da União) para que a cobrança seja feita

### COBRANÇA

Por meio de ações judiciais, a AGU faz a cobrança das despesas geradas pela convocação do novo pleito

### CUSTO

O ex-prefeito condenado terá de ressarcir o valor total gasto pela Justiça Eleitoral para realizar a eleição suplementar

### EXEMPLO

Se o gasto da Justiça Eleitoral nas eleições de 2008 foi de R\$ 3,39 por eleitor, em uma cidade com 100 mil eleitores o prefeito cassado deverá pagar cerca de R\$ 340 mil

**210**

é o total de ações contra prefeitos cassados desde 2004 que estão sendo analisadas

**176**

eleições suplementares foram realizadas desde 2004 após prefeitos serem cassados

**R\$ 6 milhões**

é o valor que a AGU pretende arrecadar com ressarcimentos a partir dessas ações

## PAINEL

**Supercódigo** Comissão que redige o anteprojeto do novo Código Penal pretende rever normas de leis específicas, como as de trânsito e de crimes financeiros. O objetivo é dar uniformidade à legislação, que hoje prevê para autores de lesão corporal a mesma pena para quem destrói planta ornamental.

## MONICA BERGAMO

### PAPEL PASSADO

O advogado Flávio Croce Caetano foi nomeado nesta semana secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

13 JAN 2012

## GAZETA DO POVO

INFRAESTRUTURA

# Prédio do Fórum de Foz pode ser embargado

FOZ DO IGUAÇU

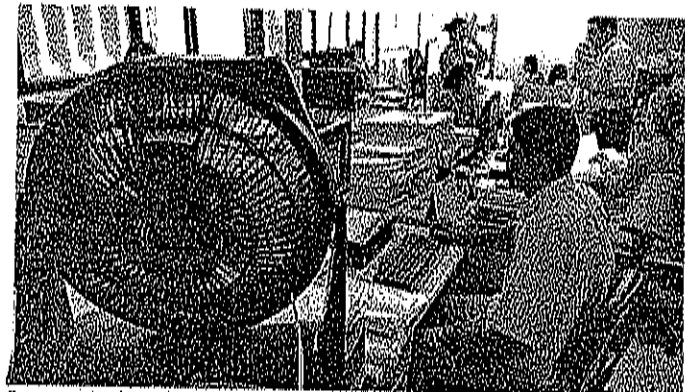
*Pablula Wurmlester, da sucursal*

Inaugurado em 1996, o Fórum Estadual de Justiça de Foz do Iguaçu, no Oeste do estado, está funcionando com a rede elétrica no limite. As frequentes avarias no sistema de ar-condicionado central e o calor intenso na fronteira têm levado os funcionários do Judiciário local a improvisarem na tentativa de amenizar as altas temperaturas dentro do prédio. A alternativa, no entanto, sobrecarrega a já precária infraestrutura e coloca em perigo os cerca de 2 mil usuários e servidores que frequentam o local diariamente.

Na terça-feira, a temperatura em uma das salas de audiência chegou a 35,9°C. Pressionado pela subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Tribunal de Justiça do Paraná anunciou que até o dia 20 será iniciado o reparo emergencial e em até 90 dias a manutenção geral do sistema de condicionamento de ar. Para resolver o problema, o TJ promete reestruturar a rede elétrica a fim de possibilitar que também sejam instalados aparelhos individuais em cada sala.

### Vistorias

O técnico da secretaria da direção do Fórum, Cassandro Santos, adiantou que projetos de melhorias e reformas estão sendo analisados pelo TJ, entre eles o de readequação elétrica e o de acessibilidade. Na quarta, técnicos da Vigilância Sanitária vistoriaram o local. Além do ar condicionado que deixou de funcionar no dia 10 de dezembro, foram detectadas rachaduras e iluminação inadequada. O órgão deu prazo de 30 dias para que as soluções sejam apresentadas. Caso contrário, o prédio poderá ser embargado.



Sem ar-condicionado, funcionários improvisam para amenizar o calor.



13 JAN 2012

GAZETA DO POVO

TRÂNSITO/NOVO ÓRGÃO FISCALIZADOR SERÁ LANÇADO  
NA SEGUNDA-FEIRA E AGENTES PODERÃO VOLTAR À ATIVA

# Sem a Diretran, número de multas cai 81% em Curitiba

O número de multas de trânsito aplicadas em Curitiba despencou após a decisão judicial que proibiu a Diretoria de Trânsito (Diretran) da Urbs de fazer autuações. Entre janeiro e setembro a média mensal era de 88 mil multas por mês. Em outubro, logo depois do parecer do Tribunal de Justiça, o número de penalidades autuadas caiu para 38,8 mil e, em novembro, para apenas 18,4 mil. Os números de dezembro ainda não foram fechados. A redução na fiscalização, porém, já tem data para acabar. Na próxima segunda-feira será lançada a Secretaria Municipal de Trânsito (Se-tran), e os agentes poderão voltar a multar já na terça-feira.

## 732 multas

foram emitidas em novembro de 2011 por velocidade superior à máxima permitida em até 20%. Até setembro, a média de infrações por esse mesmo motivo foi sempre superior a 20 mil por mês.

13 JAN 2012

GAZETA DO POVO

# Número de multas emitidas em Curitiba despenca 81%

Decisão que tirou o poder de polícia da Urbs causou redução dos autos de infração. Agentes voltam a fiscalizar as ruas na semana que vem

*Bruna Maestri Walter*

A aplicação de multas de trânsito em Curitiba despençou nos últimos meses de 2011 depois da decisão judicial que considerou ilegal as autuações feitas por agentes da Diretoria de Trânsito (Diretran) da Urbs, empresa de economia mista ligada à prefeitura. Entre janeiro e setembro foram aplicadas, em média, 88 mil multas por mês. No ápice, em agosto, foram 95,9 mil. Em outubro, logo depois do parecer do Tribunal de Justiça do Paraná, o número de autuações caiu para 38,8 mil. Em novembro, a queda foi ainda mais acentuada: 18,4 mil multas, segundo dados estatísticos do Departamento de Trânsito (Detran) do Paraná. Os números de dezembro ainda não foram fechados.

Os dados são consequência da redução da fiscalização, que deverá ser reforçada na próxima semana. Está programado para segunda-feira o lançamento oficial da Secretaria Municipal de Trânsito (Setran).

Segundo o advogado Marcelo Araújo, que será empossado como secretário, os agentes de trânsito poderão voltar a multar já na terça-feira, tão logo seja feita a cessão,

funcional deles da Urbs para a nova pasta e o credenciamento junto à nova autoridade de trânsito, no caso a Setran. Por enquanto, os agentes estão passando por cursos de reciclagem. "Eles nesse momento, no bom sentido, são os soldados que vão sair para a rua para tentar organizar o trânsito", diz Araújo, sobre a necessidade de cessão dos agentes.

Atualmente, a fiscalização é de responsabilidade do Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran). A função foi oficialmente repassada no dia 21 de outubro por meio de um novo convênio com a Polícia Militar. Desde então, apenas o BPTran pode layrar as multas. Aos agentes da prefeitura coube o trabalho de orientação e educação no trânsito.

Dessa forma, o efetivo diminuiu de 420 agentes para 20 policiais. O vácuo jurídico provocou, inclusive, a diminuição das multas por excesso de velocidade, detectadas por radares e lombadas eletrônicas e que precisam ser convalidadas pelo policial. Em novembro foram aplicadas apenas 732 multas por transitar em velocidade superior a máxima permitida em até 20%. Já entre janeiro e setembro do ano passado, o número total de infrações por essa causa foi sempre superior a 20 mil por mês. "As infrações, além de continuarem ocorrendo, possivelmente aumentaram, só que o potencial de você colibir isso se tornou menor", diz Araújo.

## Risco

Para a especialista em psicologia do trânsito Adriane Picchetto Machado, a falta de fiscalização possivelmente impactou no comportamento dos motoristas, com alguns se sentindo mais à vontade para desrespeitar as regras de trânsito no momento em que o controle não era tão efetivo. "O trânsito é bastante complicado porque as pessoas mostram uma face que não é normalmente revelada", diz. Já a mestre em psicologia do trânsito Fabiola Garcia da Silva Merisio afirma que infelizmente o ser humano precisa de limites. "Quando não há limite, há ousadia."

Na metade de outubro, a prefeitura divulgou um comunicado afirmando ter havido aumento de 15% na velocidade média dos veículos no trânsito da capital. No entanto, não houve aumento no número de acidentes. Nos últimos quatro meses de 2011, o BPTran atendeu 2.637 acidentes contra 2.887 ocorrências no mesmo período de 2010.

**CONTINUA**

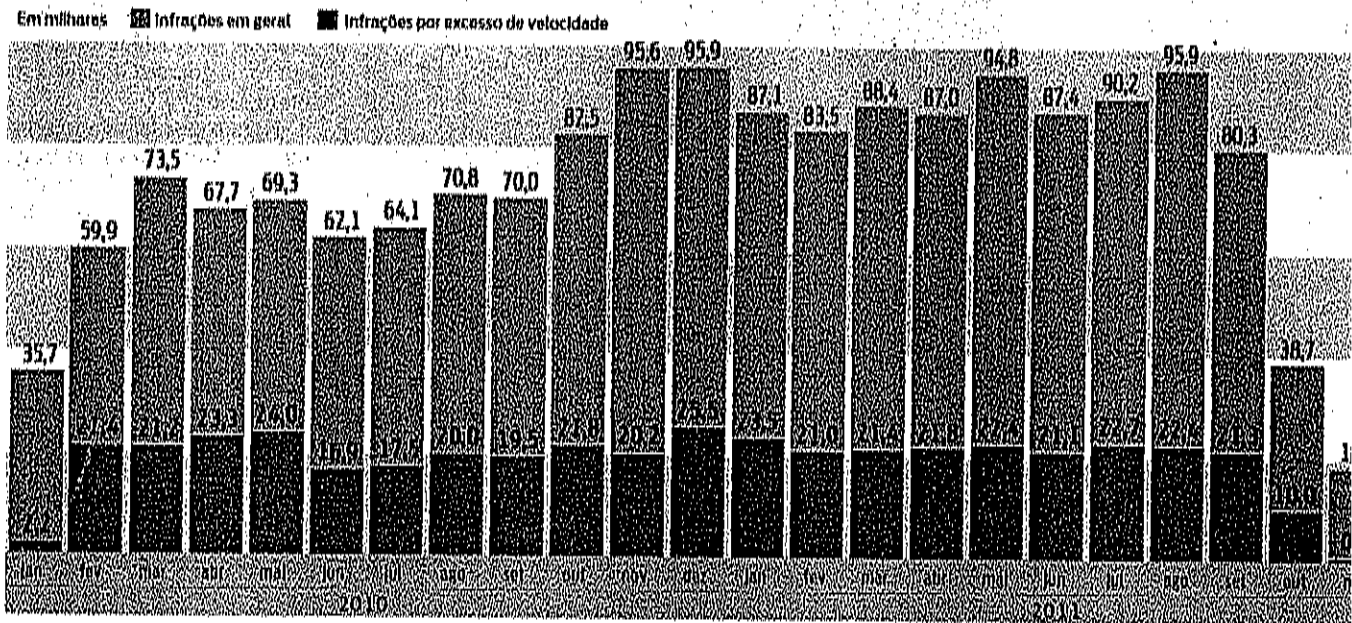
# GAZETA DO POVO

**MENOS PUNIÇÃO**

CONTINUAÇÃO

**13 JAN 2012**

Veja o total de multas aplicadas em Curitiba desde janeiro de 2010. Os números de novembro de 2011 são os menores dos últimos meses. Os dados de dezembro ainda não foram divulgados.



## 851.702 multas

de trânsito foram aplicadas em Curitiba no ano passado até novembro. O número equivale a 37,5% das autuações emitidas no Paraná naquele período, de acordo com dados do Detran-PR.

## 95,9 mil autos

de infração foram emitidos pelos agentes de trânsito em agosto do ano passado na capital. De lá para cá, esse número caiu 81%.

CONTINUA

# Transferência de agentes para nova pasta ainda causa polêmica

A cessão dos agentes da Diretoria de Trânsito (Diretran), que deixará de existir, para a Secretaria Municipal de Trânsito é um tema que ainda causa divergências.

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba (Sismuc) defende que é preciso haver concurso público para contratação desses agentes. Para a entidade, o concurso tem mais exigências do que o processo seletivo a que estes agentes foram submetidos.

Os agentes são atualmente contratados pelo regime celetista, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Já o regime predominante entre os servidores ligados diretamente à prefeitura é o estatutário (contratação via concurso), quando as condições de prestação de serviço estão determinadas pela legislação.

## Sem problema

O advogado Marcelo Araújo, nomeado para assumir a Secretaria de Trânsito, afirma que será feita a cessão funcional dos agentes, que, segundo ele, são preparados, qualificados e conhecem a rotina de trabalho e a cidade.

De acordo com ele, haveria dificuldades na realização de concurso público e de todo um processo de preparação. "Seria condenar a cidade a ficar um ano sem sair do lugar", diz.

Araújo afirma que os agentes passavam por uma seleção na Urbs e que a cessão à nova pasta é justificada pela necessidade social. "Quase se configura uma ação emergencial."

O presidente da Associação de Direito Público do Mercosul, Romeu Felipe Bacellar Filho, afirma que o que a Constituição exige é uma seleção pública que dê oportunidades iguais a todos de competir pela vaga.

"O que importa é que [o processo] desse oportunidade de participar da competição. Se isso foi feito, é absolutamente regular."

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

13 JAN 2012

## CRONOLOGIA

Recorde os fatos que culminaram na mudança de aplicação de multas em Curitiba, em 2011:

**16 set** – O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) decide que a Urbs não tem competência para fiscalizar o trânsito de Curitiba por se tratar de uma sociedade de economia mista, ou seja, não é 100% pública. O parecer é resultado de uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público (MP) do Paraná, em 1996.

**28 set** – O acórdão do TJ-PR que nega à Urbs o poder de polícia é publicado. Segundo a decisão, multas aplicadas por agentes da Diretran, radares ou lombadas eletrônicas a partir daquela data não têm validade.

**29 set** – Apesar da decisão, agentes da Diretran continuam multando normalmente. MP ameaça entrar com ação contra a prefeitura caso a prática continue.

**30 set** – Impasse cria brecha jurídica para motoristas pedirem anulação de multas aplicadas pela Diretran.

**5 out** – Apesar de dizer que acórdão não tem efeito, prefeitura recorre da decisão do TJ-PR.

**10 out** – Prefeitura anuncia extinção da Diretran e criação da Secretaria Municipal de Trânsito, que ficará responsável pela fiscalização e aplicação de multas, entre outras atribuições.

**21 out** – A prefeitura repassa de forma oficial a responsabilidade pela fiscalização e atuação do trânsito de Curitiba para o Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTTran). A solução é temporária e foi tomada por meio de convênio com a Polícia Militar até que a Secretaria de Trânsito seja efetivamente criada. Os agentes da Diretran passam a atuar apenas na orientação do trânsito.

**3 nov** – Prefeitura escolhe o advogado Marcelo Araújo para assumir a Secretaria de Trânsito de Curitiba.

**21 nov** – Câmara de Vereadores aprova criação da nova secretaria.

# 13 JAN 2012

## GAZETA DO POVO

### COMBUSTÍVEIS

### Justiça nega habeas corpus a Salazar

A Justiça negou, ontem, o pedido de habeas corpus para Cleber Salazar, preso desde segunda-feira sob a acusação de participação em fraudes nas bombas de postos de combustíveis. Além de permanecer detido temporariamente, o juiz da vara de inquéritos policiais concedeu a prorrogação da prisão, inicialmente prevista para cinco dias, por mais cinco dias, após o pedido do Ministério Público do Paraná (MP-PR). A empresa dele, Power Bombas, está sendo investigada pela fraude que funcionaria a partir de um dispositivo eletrônico. No golpe, o consumidor receberia menos combustível que o informado na bomba, o que representaria um prejuízo financeiro. O alvará de funcionamento da Power Bombas vence hoje e a prefeitura de Curitiba informou que não será renovado. Também hoje o Ipem-PR deve concluir a fiscalização nos 44 postos que eram clientes de Salazar em busca de lacres violados.

13 JAN 2012

GAZETA DO POVO

DIREITO À TERRA

# Projeto fundiário de ONG vence prêmio na categoria advocacia

Trabalho visa legalizar antigas áreas de invasão na Cidade Industrial de Curitiba, onde moradores esperam há 20 anos pelo registro definitivo de seus terrenos

Regularização fundiária para 1.050 famílias moradoras do Bolsão Sabará, região localizada no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Foi com esse trabalho que o advogado Darci Frigo, coordenador-executivo da ONG Terra de Direitos, ganhou o prêmio Innovare em dezembro de 2011 na categoria "Advocacia". O projeto, intitulado "Direito e Cidadania", ainda não chegou ao fim, mas o trabalho de Frigo se destacou entre os 317 inscritos em todo o país.

O Bolsão Sabará começou a se formar em 1985, com a ocupação de famílias provenientes do bairro Campo Comprido. Nos anos 90, a Companhia de Habitação de Curitiba (Cohab) firmou um

Solo e, em 2000, o Sabará foi declarado Setor Especial de Habitação de Interesse Social, o que permitiu sua regularização. Mas o Superior Tribunal de Justiça julgou o acordo inválido em 2010 e os moradores ficaram sem os títulos das terras.

O trabalho desenvolvido pela Terra de Direitos, desde 2006, em três vilas do Bolsão (Nova Conquista, Esperança e Eldorado) não se limitou a questões jurídicas. Primeiramente, foi feito um diagnóstico da situação e das pessoas que ali vivem. "Primeiro debatemos os direitos que as comunidades tinham. Foi um trabalho de cidadania que fortaleceu as organizações e associações da região", diz Frigo, que contou com a ajuda de assistentes sociais, psicólogos e acadêmicos da Universidade Positivo e Universidade Federal do Paraná.

Em seguida, teve início um trabalho urbanístico, com o apoio da Ambiens Sociedade Cooperativa, para identificar os donos de cada lote. O terceiro momento foi a prática jurídica. Desde 2008, tramitam nas Varas de Fazenda Pública de Curitiba três ações coletivas.

Frigo e sua equipe decidiram utilizar um instrumento pouco conhecido do Estatuto da Cidade

o usucapião coletivo (direito de posse adquirido por uso ininterrupto e prolongado de um bem). "Dessa maneira, ingressamos com uma ação em nome de uma coletividade toda, por meio de uma representação coletiva, que no caso são as associações de moradores que representam os interessados na obtenção dos títulos definitivos", relata.

Os moradores e a Terra de Direitos ainda esperam uma resposta positiva das ações. Para Frigo, a questão da moradia nunca foi prioridade dos governos e com isso existe um déficit muito grande de regularização em Curitiba. "O grande resultado desse projeto foi o fato de que aliamos um trabalho de organização popular com o Direito. Dessa forma, as famílias puderam tomar consciência de seus direitos e, assim, exercer sua cidadania", avalia Frigo.

## Premiação

O prêmio Innovare é concedido desde 2009 por uma associação sem fins lucrativos a práticas que tenham contribuído para o aprimoramento da Justiça no país. Dos 371 projetos de todo o Brasil inscritos no ano passado, cinco foram premiados, em categorias diferentes: Advocacia, Tribunal, Juiz Individual, Ministério Público e Defensoria Pública. Houve também um prêmio especial com o tema "Combate ao Crime Organizado".

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

13 JAN 2012

**"O grande resultado desse projeto foi o fato de que aliamos um trabalho de organização popular com o Direito. Dessa forma, as famílias puderam tomar consciência de seus direitos e, assim, exercer sua cidadania."**

Darci Filho, coordenador da Terna de Direito

## MINISTÉRIO PÚBLICO

### Programa agiliza investigações

Uma parceria entre o Ministério Público do Rio de Janeiro e a Polícia Civil criou o Programa de Resolução Operacional de Homicídios, ganhador do Inovare. O Prohomen serve para agilizar as investigações de homicídios ocorridos no estado até 31 de dezembro de 2007, antes de prescreverem dentro do prazo de 20 anos previsto no Código Penal.

O programa tem método simples e é dividido por etapas: casos que já têm a indicação da autoria; crimes complexos (com necessidade de

ouvir testemunhas); inquéritos próximos de serem concluídos (dependendo apenas de diligências simples); e os já investigados, mas sem a identificação dos autores.

O objetivo do projeto é cumprir, até abril do ano que vem, a chamada Meta 2, prazo estabelecido pelo Conselho Nacional do Ministério Público para apurar e concluir inquéritos antigos em todo o país. Os três coordenadores do programa são: Pedro Berger Mourão, Renata Bressan e Rogério Scantamburlo.

## TRIBUNAL

### Policiais se tornaram mediadores

Brigas de rua em algumas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) já não têm mais motivo. Um projeto desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ganhador do Inovare, transforma policiais militares em mediadores. O mediador não toma partido, somente facilita o diálogo. Ele também não assume papel de autoridade -- e é por isso que, nas UPPs, os PMs realizam as sessões sem farda.

Iniciado em julho de 2010, o projeto foi idealizado pela desembargadora Marilene Melo Alves. Inspirada por uma experiência que a magistrada viu na Argentina, de policiais que realizavam mediação numa região do país.

"A mediação é uma das formas de solução de conflito alternativas ao processo judicial, que traz o acúmulo de processos. No Brasil, em 2010, havia 83 milhões de processos em curso. Uma forma de melhorar esse quadro é resolver o conflito fora da ação judicial", explica Marilene, coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos do TJ-RJ.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

13 JAN 2012

## DEFENSORIA PÚBLICA

### Acordo salvou pacientes

O defensor público Thiago Tozzi articulou um compromisso de ajustamento de conduta entre o Hospital de Messejana, em Fortaleza, e a concessionária de energia elétrica do Ceará, a Coelce. Com esse acordo, 53 pacientes eletrodependentes, com doenças crônicas que os fazem depender de aparelhos continuamente em casa, não pagam pelo consumo de energia do aparelho.

A ideia para o acordo veio da descoberta, pelas assistentes sociais do hospital, de que, ao ver que iriam

morrer deixando dívidas das contas de luz para a família, pacientes estavam desligando os aparelhos por alguns períodos, para economizar — numa espécie de suicídio, já que isso acabava encurtando a vida do paciente.

“Eram suicídios em parcelas. São famílias geralmente muito pobres, que estavam acumulando dívidas de R\$ 15 mil, R\$ 20 mil”, lembra Tozzi, destacando a solução extrajudicial e a defesa de interesses coletivos do caso.

## PRÊMIO ESPECIAL

### Grupo recupera recursos desviados pela corrupção

O trabalho do advogado André Luiz Mendonça, coordenador do Grupo Permanente de Atuação Pró-Ativa da Advocacia Geral da União (AGU), ganhou o Prêmio Especial. O grupo, criado em 2009, que conta com 110 advogados em diferentes pontos do país, é responsável por recuperar recursos públicos desviados por causa de corrupção.

Em 2011, foram recuperados R\$ 329,9 milhões desviados em esquemas de corrupção. Também neste ano, o grupo entrou com 2.343 ações na Justiça pedindo de volta R\$ 2,14 bilhões, a maior parte sendo cobrada de prefeitos, servidores públicos e empresários.

### Deficientes visuais ajudam a acelerar processos

A juíza Salise Monteiro Sancho-tene, da 2ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre, procurou uma alternativa para transcrever os áudios das audiências: decidiu contratar deficientes visuais para transformar em texto os depoimentos de réus e testemunhas.

Os equipamentos necessários para o serviço (computadores com softwares que leem as telas por meio de um sintetizador de voz) foram adquiridos, em parte, com recursos provenientes de penas alternativas.

Em 2008, quando iniciou o projeto, apenas a vara em que a juíza trabalhava era contemplada. “Eles se concentram muito e, por isso, conseguem entregar o trabalho em um tempo recorde. De três a cinco dias depois, temos as audiências em forma de texto”, diz. Atualmente, a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul atende às 34 varas federais do estado. O convênio serviu ainda de modelo para iniciativas semelhantes em cidades do Rio e de Alagoas. “Não podemos cometer erros. Às vezes uma vírgula fora do lugar muda todo o sentido de uma frase”, conta Vanessa Cuba Waichel, 25 anos, há três meses no tribunal.



13 JAN 2012

GAZETA DO POVO

# Operações suspeitas no Judiciário movimentaram R\$ 855 milhões

Relatório da Fazenda

mostra que 3.426 juízes e servidores da Justiça fizeram operações financeiras "atípicas" entre 2000 e 2010

Magistrados e servidores do Judiciário movimentaram, entre 2000 e 2010, R\$ 856 milhões em operações financeiras consideradas "atípicas" pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) — órgão de inteligência do Ministério da Fazenda. A informação consta de relatório encaminhado ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Eliana Calmon.

No ano passado, Calmon entrou em choque com associações de magistrados e com setores do Judiciário ao pedir investigações sobre a vida financeira de juízes, desembargadores e demais servidores.

O trabalho da corregedoria e o poder de investigação do CNJ passaram a ser questionados até por ministros do Supremo. Calmon bateu de frente com o próprio presidente do tribunal e do CNJ, Cezar Peluso.

O trabalho de investigação do CNJ começou pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, quando passou a ser criticado por uma suposta quebra generalizada de

sigilos bancário e fiscal. Três entidades ligadas a juízes entraram com uma ação no Supremo.

A investigação foi suspensa em dezembro por uma liminar do ministro Ricardo Lewandowski que, ao proferir a decisão, requisitou informações a Calmon.

O relatório do Coaf integra as explicações encaminhadas ontem, nas quais a corregedora procurou demonstrar a necessidade da continuidade da apuração sobre os depósitos bancários.

"Atipicidade" não significa crime ou irregularidade, mas sim que a operação financeira fugiu aos padrões. Por exemplo, um depósito elevado fora do previsto leva o banco automaticamente a identificar, e a comunicar ao Coaf, uma "movimentação incompatível com a renda" do correntista. O depósito pode ter sido fruto da venda de imóvel ou herança, o que só uma investigação mais profunda esclareceria.

O documento de Calmon revela, porém, situações consideradas suspeitas pelo Coaf, como o fato de três pessoas, duas delas vinculadas ao Tribunal da Justiça Militar de São Paulo e uma ao Tribunal de Justiça da Bahia, terem movimentado R\$ 116,5 milhões em um único ano, 2008.

O Tribunal da Justiça Militar de São Paulo disse que não recebeu informações sobre a inspeção e que solicitará os dados ao CNJ. O assessor do TJ da Bahia não foi localizado.

O documento, que não aponta nomes ou faz separação entre servidores e juízes, indica que, dos R\$ 856 milhões em operações atípicas, R\$ 274,7 milhões foram feitos em dinheiro vivo. São Paulo foi o estado que concentrou os recursos, com R\$ 53,8 milhões, seguido pelo Distrito Federal (R\$ 46,7 milhões).

O ápice das movimentações atípicas ocorreu em 2002, quando "uma pessoa relacionada ao Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região", no Rio de Janeiro, movimentou R\$ 282,9 milhões, segundo o relatório. A corte disse que se manifestaria somente hoje sobre o caso.

O Coaf também apontou um salto entre 2007 e 2008, quando as comunicações do gênero passaram de R\$ 30 milhões para R\$ 159,6 milhões.

O levantamento começou em 2010, quando o CNJ pediu informação sobre eventuais movimentações financeiras incompatíveis do Judiciário. O órgão pesquisou os nomes de 216.805 servidores.

Desse universo, 5.160 figuraram em comunicações encaminhadas ao Coaf por setores como bancos e cartórios, num total de R\$ 9,48 bilhões. O Coaf considerou que a maior parte desse valor tem explicação plausível.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

13 JAN 2012

## São Paulo

As investigações sobre movimentações financeiras atípicas no TJ-SP não foram direcionadas pelo relatório do Coaf, disse a corregedora Eliana Calmon. Desde o início da polêmica entre o CNJ e os magistrados paulistas, Eliana Calmon vem sendo acusada de usar dados sigilosos do órgão financeiro para fazer uma devassa em São Paulo.

"O relatório do Coaf apontava apenas gráficos com informações gerais de cada estado, mostrando onde havia maior concentração de movimentações fora do normal, sem dar nomes nem números de CPF", afirmou a corregedora.

## O que é o Coaf

Órgão de inteligência financeira do Ministério da Fazenda que atua na prevenção e detecção de lavagem de dinheiro e crimes financeiros.

## FINANÇAS

Órgão de inteligência financeira identificou movimentações atípicas de magistrados.

## ENVIO

CNJ envia ao Coaf relação de 216 mil nomes de magistrados e servidores de todas as esferas do Poder Judiciário.

## IDENTIFICAÇÃO

Do total, o Coaf identificou movimentações financeiras de interesse em 5.160 casos, que somaram R\$ 9,48 bilhões.

## SUSPEITAS

Desse universo, o Coaf detectou R\$ 855,7 milhões em operações atípicas realizadas por 3.426 juizes e servidores.

Fonte: Folha Press.



13 JAN 2012

# GAZETA DO POVO

## TST definirá o que é trabalho a distância

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) vai decidir no fim do recesso, em fevereiro, se os empregadores terão de pagar hora extra ao acionarem funcionários em casa, fora do expediente na empresa, via celular, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico. A medida anunciada ontem pelo presidente do tribunal, ministro João Oreste Dalazen, tem por objetivo acabar com dúvidas criadas por lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff em dezembro, que equipara o serviço prestado em casa ao executado pelo empregado no estabelecimento.

A mesma norma também diz que, para fins jurídicos, não há distinção entre uma ordem dada pelo chefe, pessoalmente, ou à distância, por meio eletrônico. "Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio", diz o parágrafo único da Lei 12.551, de 2011.

Dependendo da decisão do TST, que vai rever a súmula 428, de maio de 2011, que trata do regime de sobreaviso, os empregadores podem ser obrigados a pagar um terço do salário do funcionário, o valor de

uma hora normal de trabalho ou, simplesmente, não terão custo extra.

A súmula diz que uma simples ligação para o funcionário não caracteriza a prestação de serviço. Porém, se o trabalhador ficou de sobreaviso em casa, à disposição da empresa, mesmo sem ter trabalhado efetivamente, tem direito a gratificação de um terço da remuneração.

Para o presidente da Academia Nacional de Direito do Trabalho (ANDT), Nelson Mannrich, a lei sancionada por Dilma não altera a legislação vigente. O artigo 6.º da CLT já diz que não há distinção entre o serviço prestado na empresa ou no domicílio, quando for caracterizada uma relação de emprego (subordinação, salário, por exemplo).

Segundo ele, o que a nova lei faz é atualizar a CLT a novas formas de trabalho, ao serviço "intelectual", em que o trabalhador pode exercer a atividade a distância, conectado ao celular ou ao e-mail. Para Mannrich, toda legislação tem dupla interpretação e interesses envolvidos, cujos conflitos devem ser resolvidos pela Justiça caso a caso. Ele citou o exemplo de um trabalhador de férias que teve de atender telefone e responder e-mails para a empresa. Se puder comprovar o fato na Justiça, vale o entendimento de que esse funcionário não teve férias, explicou.

13 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# Contas no Judiciário têm R\$ 855 milhões 'atípicos', diz Coaf

Dado é usado pela corregedora Eliana Calmon para tentar retomar investigação em tribunais, suspensa pelo STF; maior movimentação em dinheiro está em SP

Dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) mostram que 3.426 servidores e magistrados movimentaram, de forma atípica, em torno de R\$ 855,7 milhões de 2000 a 2010. Em dinheiro vivo, foram R\$ 274,9 milhões entre 2003 e 2010. São Paulo foi o Estado que apresentou o maior volume de operações em espécie (R\$ 53,8 milhões), seguido de Distrito Federal, Rio e Minas. As maiores operações em dinheiro vivo em que os investigados eram titulares das contas foram identificadas entre pessoas ligadas aos tribunais de Justiça de São Paulo, Distrito Federal e Bahia. O relatório do Coaf integra a defesa da corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, para derrubar a liminar do Supremo Tribunal Federal que suspendeu as inspeções nos tribunais. Segundo ela, foram analisadas as movimentações financeiras de 216,8 mil pessoas.

**R\$ 116,5 milhões**

é o valor movimentado por três pessoas do TJ de SP e do da Bahia em 2008

13 JAN 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

**Investigação.** Dados do Coaf foram expostos ontem em defesa que a corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, apresentou ao Supremo para contestar liminar que impediu CNJ de investigar tribunais do País; SP, Rio e Bahia concentram maior volume de operações

# Judiciário fez movimentação suspeita de R\$ 855 milhões em uma década

Dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) mostram que 3.426 servidores do Judiciário e magistrados movimentaram, de forma suspeita, em torno de R\$ 855,7 milhões de 2000 a 2010. Em dinheiro vivo, foram R\$ 274,9 milhões movimentados de forma atípica entre 2003 e 2010. São Paulo foi o Estado que apresentou maior volume de operações em espécie - R\$ 53,8 milhões -, seguido do Distrito Federal, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

As maiores operações em dinheiro vivo em que os investigados eram titulares das contas foram identificadas entre pessoas ligadas ao Tribunal da Justiça de SP, Tribunal de Justiça do DF e no Tribunal de Justiça da Bahia. O relatório do Coaf integra a defesa apresentada ontem pela corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, ao Supremo Tribunal Federal (STF) na tentativa de derrubar a liminar deferida pelo ministro Ricardo Lewandowski, que suspendeu as inspeções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em todo o País.

Se concentra na Justiça de São Paulo, do Rio e da Bahia a maior quantidade de operações que entraram no radar do órgão de combate à lavagem de dinheiro.

Em 2008, somente três pessoas ligadas ao Tribunal da Justiça de São Paulo e ao TJ da Bahia foram responsáveis por movimentações suspeitas no valor de R\$ 116,5 milhões, o equivalente a 73% do apurado naquele ano.

Do total de comunicações atípicas, 205 delas, no valor de R\$ 594,1 milhões, foram citadas em relatórios de inteligência elaborados pelo Coaf em outras investigações, antes mesmo da provocação feita pelo CNJ. E desse total, o maior volume foi movimentado por pessoas ligadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região no Rio - R\$ 319,2 milhões.

**São Paulo.** Esse conjunto de dados levou a corregedora Eliana Calmon a iniciar pelo TJ de São Paulo uma inspeção na folha de pagamentos e nas declarações de bens e rendas de servidores e magistrados. A inspeção seria estendida em seguida para os tribunais do Rio e da Bahia e depois para mais 19 tribunais.

Pelos dados apresentados, não é possível identificar quem são os servidores ou magistrados que fizeram essas movimentações consideradas atípicas. Os valores, conforme integrantes do CNJ, também não levariam em consideração pagamentos

de benefícios atrasados feitos pelos próprios tribunais a servidores e magistrados. No total, foram analisadas movimentações financeiras de 216.800 pessoas.

**Suspensão.** As investigações foram suspensas a pedido das associações de magistrados no final do ano passado. Na ação levada ao STF, as associações acusavam Eliana Calmon de violar sigilos fiscais de servidores e juizes e de vazá-los à imprensa.

Em sua defesa, a ministra afirmou que o acesso aos dados cadastrais de magistrados e servidores não configura quebra de sigilo. Argumentou, ainda, que o CNJ, como órgão de controle do Judiciário, pode investigar dados que possam apontar a prática de ilícitos administrativos.

**CONTINUA**

# CNJ

### CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

#### CONTINUAÇÃO

"O relatório apresentado (do Coaf) mostra uma visão geral das comunicações financeiras distribuídas por unidade da federação, o que é absolutamente diverso de uma devassa nas movimentações bancárias pessoais dos servidores e magistrados do Poder Judiciário. As informações do Coaf, reitera-se, não especificam nomes ou CPFs", afirmou Eliana Calmon.

A corregedora respondeu ainda à afirmação feita pelas associações de que a inspeção poderia invadir dados da intimidade de juízes e magistrados, pois as declarações de bens e rendas conteriam informações pessoais. "É lamentável perceber o quão distantes da realidade se encontram. O objetivo central do procedimento em questão é simplesmente apurar ilícitos que estejam em desconformidade com a legalidade e moralidade." As informações foram encaminhadas ao ministro Joaquim Barbosa, relator do mandado de segurança das associações da magistratura. Ele pode revogar a liminar ou levar o caso ao plenário do STF. Até lá, as inspeções estão suspensas.

#### ● No radar

### 3.426

membros e servidores do Poder Judiciário foram citados em comunicações de operações atípicas de 2000 a 2010

### R\$ 169,7 mi

dos R\$ 855,7 milhões em operações atípicas foram em SP

## O Brasil faz a justiça

### PODER JUDICIÁRIO



**Reação.** Eliana Calmon nega que CNJ tenha feito uma devassa em dados sigilosos de juízes:

'As informações do Coaf não especificam nomes ou CPFs'

#### CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

13 JAN 2012

## Conselho fará autoinvestigação de compras

O CNJ vai investigar o CNJ. O alvo da apuração é o procedimento que levou à aquisição, por meio de concorrência sob suspeita, de um sistema de banco de dados no valor global de R\$ 86 milhões e de uma sala-cofre de R\$ 8,69 milhões.

A medida foi tomada ontem pelo conselheiro Gilberto Valente, que integra os quadros do Ministério Público Estadual do Pará.

Valente protocolou requerimento na presidência do CNJ no qual solicita informações em regime de urgência sobre o processo supostamente direcionado. Ele quer ter acesso a toda a documentação do processo licitatório, "capa a capa".

O conselheiro quer ter acesso aos dados em regime de urgência. Valente convidou amigos do Ministério Público, especialistas em investigações sobre fraudes em licitações e violação à Lei de Improbidade.

A meta do conselheiro é fazer um pente-fino no negócio. Ele conta com seus colegas de instituição para fazer uma análise das condições da compra para depois decidir qual medida poderá tomar.

Autor de críticas ao negócio, o diretor do Departamento de Tecnologia e Informação do CNJ, Declieux Dias Dantas, foi exonerado.

A investigação amplia a crise em torno do CNJ, constantemente fustigado por entidades de magistrados que não aceitam os métodos empregados pela corregedora nacional da Justiça, ministra Eliana Calmon. Ela comanda devassa sem precedentes nos tribunais, em busca de pagamentos milionários a juizes

e desembargadores.

O CNJ é presidido pelo ministro Cezar Peluso, que também preside o Supremo Tribunal Federal (STF). Peluso é um dos beneficiários de pagamentos elevados. Segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo, o ministro recebeu "cerca de R\$ 500 mil em parcelas".

**Direcionamento.** O Supremo, corte máxima do País, vai colocar em pauta, na volta do recesso da toga, dois mandados de segurança que ameaçam o CNJ, criado pela Emenda 45 (Reforma do Judiciário) para fiscalizar a rede forense em todo o País.

A sala-cofre foi comprada no dia 29 de dezembro e será instalada em 150 dias, segundo o CNJ. Esse recinto serão alojados equipamentos adquiridos em 2011 em ritmo extraordinário. A IBM tentou impugnar a compra. Foi apontado "grave direcionamento".

A suspeita é que o procedimento teria quebrado os princípios da isonomia e da proporcionalidade. A fabricante escolhida já teria fornecido o mesmo produto a tribunais estaduais. Para a IBM, na forma como foi redigido o edital, apenas a sua concorrente teria chance de vencer o certame.

### FÓRUM DO LEITOR

CNJ

Eliana é Mulher de verdade!

**ROBERTO TWIASCHOR**

rtwiaschor@uol.com.br

São Paulo



13 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# Bomba em fórum de Rio Claro fere 2

Suposto alvo de atentado, juíza não estava no local durante explosão; artefato foi colocado com pregos e parafusos dentro de Papai Noel

Uma bomba explodiu no começo da tarde de ontem no Fórum de Rio Claro, no interior de São Paulo. Dois funcionários ficaram feridos. Segundo a Polícia Militar, o artefato era de fabricação caseira e o pacote no qual ele foi entregue estava endereçado à juíza da 3.ª Vara Cível, Cynthia Andraus Carreta.

Uma estrutura feita com pregos e parafusos envolvia os explosivos, supostamente para provocar mais danos às vítimas. O artefato foi colocado dentro de um boneco de Papai Noel e, posteriormente, em uma caixa embrulhada para presente. Segundo a delegada titular da Central de Polícia da Delegacia Seccional de Rio Claro, Sueli Isler, o pacote chegou ao fórum pela manhã, acompanhado de um envelope com o nome da juíza. Cynthia, no entanto, não estava no prédio.

A delegada disse que, até o fim da tarde de ontem, após ouvir testemunhas, não conseguiu identificar quem deixou o pacote no fórum. O embrulho foi encontrado por um guarda-civil sobre a mesa de recepção do segundo andar, no qual ficam as varas cíveis. "Quando o guarda voltou para a mesa, o embrulho estava lá. Uma funcionária perguntou para quem era e ele disse que era para a juíza. Ela perguntou quem tinha deixado e ele disse não ter visto", contou Sueli. "A funcionária, formada em Direito, mais experiente, achou estranho. Não é hábito juízes serem presenteados assim. Entregou o embrulho então a um responsável pela segurança", disse a delegada.

O funcionário disse à polícia que deixou o pacote sobre o bal-

cão no saguão do prédio enquanto atendia a um chamado. Depois, segundo a delegada, um dos funcionários da recepção teria mexido no pacote, o que causou a detonação da bomba.

**Vítimas.** Os dois funcionários feridos foram levados pelo Serviço de Atendimento de Urgência e Emergência ao Hospital da Unimed. Um dos homens sofreu cortes e queimaduras nas mãos, tórax e rosto e passou por uma cirurgia de emergência ao chegar ao hospital. O outro funcionário teve ferimentos leves na mão e no peito e ficou em observação. Até as 20h de ontem, o hospital não havia divulgado informações oficiais sobre os pacientes.

A movimentação de policiais e curiosos na frente do fórum foi intensa durante a tarde. O prédio teve de ser interditado pela polícia. "A sorte é que não tinha muita gente no saguão quando isso explodiu, porque os pregos e parafusos voaram longe", disse a delegada.

A polícia colheu depoimentos durante a tarde de ontem. A equipe de investigação tenta agora levantar nomes de possíveis inimidades que a juíza possa ter criado com seu trabalho.

A magistrada ainda não foi ouvida pela polícia. "Tentamos, mas ela estava fora da cidade hoje", disse a delegada. Cynthia também não foi localizada pelo Estado.

# FOLHA DE LONDRINA

## Efeitos da Lei Maria da Penha

**As mulheres estão adquirindo mais coragem para denunciar que sofrem violência doméstica**

13 JAN 2012

**O** aumento de 70% dos casos registrados em Londrina de lesão corporal contra a mulher precisa ser analisado com cautela. A informação divulgada anteontem pelo 5º Batalhão da Polícia Militar e noticiada pela Folha de Londrina mostra que em 2011 foram registrados 191 boletins de ocorrência, 78 a mais do que em 2010. No âmbito da Polícia Civil, o número de denúncias de violência contra a mulher também cresceu. No ano passado, foram instaurados 776 inquéritos, enquanto no ano anterior, chegou a 589 inquéritos.

É muito provável que a maior divulgação da Lei Maria da Penha tenha contribuído para que as denúncias também se multiplicassem. Essa Lei, que completa seis anos em 2012, vem ganhando cada vez mais visibilidade. Ela regulamenta os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher e representou um avanço, pois prevê a concessão de medidas de assistência e proteção às vítimas e seus familiares. Também proíbe a aplicação

de penas pecuniárias (pagamento de multas ou cestas básicas) ao agressor.

Pela análise da Polícia, as mulheres estão adquirindo mais coragem para denunciar que sofrem violência doméstica. Durante muitos anos, elas lutaram para que

tivessem um instrumento legal, como é o caso da Lei Maria da Penha, garantindo que o Estado enxergue e tome medidas rápidas e eficazes para coibir qualquer tipo de agressão.

O velho ditado "em briga de marido e mulher, ninguém põe a colher" está mais do que ultrapassado. A Polícia, o Ministério Público, a Secretaria de Saúde, familiares, vizinhos e amigos devem se intrometer se a discussão entre o casal passar do limite do bom senso e atingir a violência física ou psicológica. Por isso, a Lei Maria da Penha deve continuar sendo amplamente divulgada pelas autoridades competentes e pelos veículos de comunicação. Há muitas mulheres que ainda aguentam caladas e, por medo ou insegurança, seguem sem fazer a denúncia.

13 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

# Coaf não direcionou investigações, diz Calmon

Por conta da polêmica com magistrados paulistas, corregedora do CNJ reforça que não utilizou dados sigilosos

**São Paulo** - As investigações sobre movimentações financeiras atípicas no Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo não foram direcionadas pelo relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), disse a corregedora-geral de Justiça, Eliana Calmon. As informações são da Agência Brasil.

Desde o início da polêmica entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os magistrados paulistas, a corregedora vem sendo acusada de usar dados sigilosos do órgão financeiro para fazer uma devassa em São Paulo. "O relatório do Coaf apontava apenas gráficos com informações gerais de cada Estado, mostrando onde havia maior concentração de movimentações fora do normal, sem dar nomes nem números de CPF", afirmou a ministra em entrevista à Agência Brasil. De acordo com ela, o Coaf só fornece relatórios detalhados ao CNJ quando há processo instalado contra um magistrado específico.

Em julho de 2010, ainda na gestão de Gilson Dipp, a corregedoria do CNJ solicitou ao Coaf um levantamento sobre as movimentações financeiras atípicas do Judiciário. Foi delimitado um período de busca entre 2006 e 2010 para evitar possíveis prescrições. Também foram excluídos os tribunais superiores. O relatório

de 2011, quando Eliana Calmon já havia assumido o posto.

De um universo de 216,8 mil juízes e servidores, o Coaf encontrou 3.426 movimentações acima do esperado (mais de R\$ 250 mil por ano), 233 delas classificadas como atípicas. Os Estados com as maiores transações são São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

Segundo Calmon, sua equipe chegou a São Paulo no início de dezembro com a ideia de investigar cerca de 50 nomes que já eram alvo de reclamações no CNJ. "Pegamos esses nomes, por amostragem, pois era impossível olhar tudo. Se fossem 236 mil pessoas investigadas não seria uma listagem, seria uma serpentina."

Apesar das resistências, a corregedora afirmou que os funcionários do TJ-SP forneceram mais informações que a listagem inicial solicitada por sua equipe. "Vimos que muitos magistrados não haviam fornecido cópia do Imposto de Renda e que havia declarações de bens que sequer foram analisadas porque os envelopes ainda estavam lacrados", contou a corregedora, lembrando que a inspeção foi tranquila na Justiça do Trabalho e na Justiça Militar. "A resistência só apareceu mesmo quando chegamos ao Tribunal de Justiça."

O cruzamento dos dados não começou porque o trabalho foi suspenso pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF). No dia 19 de dezembro, ele concedeu uma liminar paralisando as investigações enquanto a corregedoria não esclarecesse a forma como estava atuando. Lewandowski suspeitava de supostas irregularidades na quebra de sigilo de milhares de juízes, servidores e familiares.

A corregedoria deve anexar essas informações ao processo, incluindo o relatório do Coaf que gerou desconfiança em entidades de juízes e ministros do STF, como Marco Aurélio Mello. No entanto, o caso só deve voltar a ser analisado pelo plenário do STF em fevereiro, quando termina o recesso judiciário. O relatório original do caso é o ministro Joaquim Barbosa, que foi substituído temporariamente por Lewandowski por não estar no tribunal quando o caso chegou ao STF.

A corregedoria do CNJ alerta que caso o STF autorize a retomada do trabalho, é possível que apareçam irregularidades diferentes das já conhecidas - antecipações de verbas vultosas a desembargadores, liberação de valores indevidos a magistrados e pagamento de correções monetárias e diferenças salariais por critérios pouco claros.

# 13 JAN 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

#### SAIBA MAIS

**Órgão de inteligência financeira identificou movimentações atípicas de Magistrados**

#### 1 - Envio

■ CNJ envia ao Coaf relação de 216 mil nomes de magistrados e servidores de todas as esferas do Poder Judiciário.

#### 2 - Identificação

■ Do total, o Coaf identificou movimentações financeiras de interesse em 5.160 casos, que somaram R\$ 9,48 bilhões.

#### 3 - Suspeitas

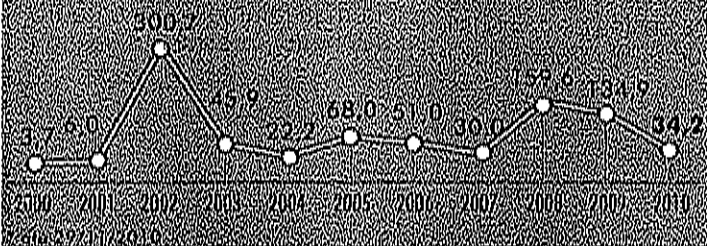
■ Desse universo, o Coaf detectou R\$ 855,7 milhões em operações atípicas realizadas por 3.426 juizes e servidores.



#### O QUE É O COAF?

■ Órgão de inteligência financeira do Ministério da Fazenda que atua na prevenção e detecção de lavagem de dinheiro e crimes financeiros.

► Movimentações atípicas de 3.426 pessoas do Judiciário (R\$ milhão):



Fonte: Relatório do COAF anexo ao ofício 18793, de 8 de fevereiro de 2011

Folha Arte

# FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

CNJ: licitação pulou de R\$ 5 para R\$ 68 milhões

13 JAN 2012

Órgão de controle externo do Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça pode inclusive investigar denúncias contra magistrados, mas, e quem fiscaliza o próprio CNJ? A resposta a esta pergunta será decisiva na apuração da curiosa concorrência aberta e concluída no prazo recorde de nove dias, e cujos valores, estimados em R\$ 5 milhões, saltaram depois para impressionantes R\$ 68,6 milhões. O CNJ nega direcionamento da licitação, que seria lastreada em pareceres técnicos.

## Projeto base

A área de Informática fez o projeto de expansão da base de dados do CNJ, mas prevaleceu a proposta 14 vezes mais cara de uma empresa.

## Quanta gentileza

Muito boazinha, a empresa CDS/NTC, parceira da multinacional Oracle, reduziu depois sua proposta ao CNJ para R\$ 68,6 milhões.

## Punição injusta

Diretor de Informática do CNJ, Declieux Dantas advertiu que eram supérfluos os equipamentos ofertados pela CDS/NTC. Foi demitido.

## Merece o Guinness

O processo de licitação, que dura ao menos 60 dias, começou no CNJ no dia 10 e acabou em 19 de novembro. Nove dias, recorde espantoso.

## OPINIÃO DO LEITOR

### Fianças para criminosos

Discordo da posição do advogado Jorge Alexandre Karatzios no artigo "Fiança: abuso em seu arbitramento" (Espaço Aberto, 11/1) e concordo com os delegados que estão, e devem continuar, a atribuir elevados valores às fianças de criminosos presos em flagrante. Defendo que todas fossem no valor máximo permitido por lei e, caso fosse maior que o máximo permitido em lei, 50% do patrimônio pessoal do criminoso. Graças a advogados que atuam no setor criminal é que temos tantos criminosos repetindo seus feitos. Criminosos não são punidos, pois seus defensores encontram brechas no nosso vergonhoso Código Penal para liberar pessoas de alta periculosidade que voltam às ruas até no mesmo dia em que são presas. Esses profissionais cobram elevados valores de honorários - pagos com o dinheiro do crime, das drogas e da prostituição. Um policial fica envergonhado de arriscar sua vida, perseguir e prender pessoas que em poucas horas estão saindo da prisão e o zombando. Seria muito mais adequado e benéfico à sociedade que esses profissionais se preocupassem em cobrar de nossos legisladores a mudança do Código Penal, punir os jovens infratores mais exemplarmente, manter nossos criminosos presos, reduzir o número de indultos e, principalmente, dificultá-los, inibir visita com contato físico de qualquer natureza evitando-se a inserção de armas e celulares nos presídios e cadeias. Quem quer moleza que fique fora do crime.

PAULO MAURICIO ACQUAROLE (gerente de negócios) - Londrina

# JORNAL DO ESTADO

MÁFIA DOS COMBUSTÍVEIS

13 JAN 2012

## Justiça nega liberdade a Salazar

A Justiça negou, ontem, o pedido de habeas corpus para Cleber Salazar, preso desde segunda-feira (9), sob a acusação de fornecer equipamentos que permitiam as bombas de combustíveis fraudes volumétricas no postos. Além de permanecer detido temporariamente, o juiz da vara de inquéritos policiais concedeu a prorrogação da prisão, inicialmente prevista para cinco dias, por mais cinco dias, após o pedido do Ministério Público do Paraná (MP-PR).

Salazar está detido desde

segunda-feira (9). A empresa dele, Power Bombas, está sendo investigada pela fraude que funcionaria a partir de um dispositivo eletrônico. No golpe, o consumidor receberia menos combustível que o informado na bomba, o que representaria um prejuízo financeiro.

O alvará de funcionamento da Power Bombas venceria nesta sexta-feira (13) e a prefeitura de Curitiba informou que não será renovado. Também nesta sexta-feira o Ipem-PR deve concluir a fiscalização nos 44 postos que

eram clientes de Salazar em busca de lacres violados. A violação do lacre é considerada um indício de que pode ter havido fraude na bomba.

A prefeitura já divulgou que irá suspender os alvarás de funcionamento dos postos de combustível que tenham comprovada a participação na fraude do litro de 900 ml. A fraude consistia na adulteração do medidor de volume da bomba que apontava uma quantidade, mas que na verdade, estava invariavelmente abaixo do volume apontado.

13 JAN 2012

JORNAL DO ESTADO

# DUZENTOS MIL ELEITORES DE Curitiba devem perder o título

Número representa cerca de 15% do eleitorado da  
Capital; prazo para recadastramento termina no dia 20

Cerca de 200 mil pessoas devem perder o título de eleitor em Curitiba, por não regularizarem sua situação até a próxima sexta-feira, quando termina o prazo para o recadastramento biométrico na Capital. O número representa cerca de 15% dos mais de 1,3 milhão de eleitores da cidade. O prazo para o recadastramento termina no próximo dia 20, sexta-feira da semana que vem, e segundo a Justiça Eleitoral, não haverá prorrogação. Quem não regularizar a situação terá o título automaticamente cancelado e não poderá votar nas eleições municipais de outubro.

Segundo os últimos números disponíveis pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR), até quarta-feira, 1.036.250 eleitores se recadastraram, o equivalente a 79,04% do total de eleitores curitibanos. Nesse dia, um total de 6.668 pessoas passaram pela Central de Atendimento do TRE. Ontem, o movimento era baixo. Como a média das últimas semanas tem sido de 7,2 mil eleitores recadastrados ao dia, mantido esse patamar, até a próxima sexta-feira, cerca de 65 mil eleitores serão atendidos até o final do prazo. O que implicaria em pouco mais de 1.100.000 eleitores recadastrados até esse dia, contra um total de 1.310.968

eleitores atualmente registrados na cidade. Para recadastrar os 200 mil eleitores que faltam até o final do prazo seria preciso atender a mais de 23 mil pessoas ao dia. A Central do TRE, porém, tem capacidade para no máximo 12 mil atendimentos diários.

A implantação do voto biométrico – pelo qual os eleitores passarão a serem identificados pelas impressões digitais – está praticamente assegurada. Pelas regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é preciso recadastrar pelo menos 80%, ou 1.048.000 eleitores, para que o novo modelo de votação seja adotado. A expectativa do TRE é atingir esse número neste final de semana, que será o último em que a Central estará funcionando em regime de plantão, no sábado e domingo, das 8 horas às 18h30. Até porque a procura também deve aumentar no final de semana. No domingo passado 9,3 mil eleitores foram recadastrados e a previsão é que esse número se repita na reta final.

Para se ter uma ideia do impacto que a “fuga” de eleitores representa na disputa política, as 200 mil pessoas que devem perder o título por não se recadastrarem representam mais de um terço da votação do hoje governador Beto Richa (PSDB) nas eleições de 2008, quando ele foi reeleito prefei-

to 778.514 votos. O número também é significativamente superior ao obtido pela segunda colocada, a hoje ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que teve na época 183.027 votos na disputa com Richa. Esse total também é superior aos 186.163 eleitores que deixarão de votar há quatro anos.

Levando-se em conta que a disputa deste ano para a prefeitura deve ser muito mais disputada, já que três candidatos – o ex-deputado federal Gustavo Fruct (PDT), o deputado federal Ratinho Júnior (PSC), e o atual prefeito, Luciano Ducci, aparecem tecnicamente empatados nas pesquisas, esses 200 mil votos seriam suficientes para decidir a eleição. Esse impacto é ainda maior no caso da eleição para a Câmara dos Vereadores. Basta lembrar que em 2008, o vereador mais votado, Mário Celso Cunha (PSB), teve pouco mais de 6 mil votos.

**CONTINUA**

13 JAN 2012

# JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

## Eleitor terá uma "segunda chance"

Quem não se recadastrou até o próximo dia 20 terá o título de eleitor cancelado, mas ainda terá uma "segunda chance" para regularizar sua situação e votar nas eleições de outubro. Nesse caso, o eleitor terá que procurar a Central do TRE até o dia 7 de maio, e pagar uma multa de R\$ 3,51 para reaver o

título. Caso não o faça até essa data, aí sim estará impedido de votar nas eleições deste ano, e só poderá voltar às urnas em 2014, após igualmente pagar multa e reativar seu registro eleitoral. Quem tiver o título de eleitor cancelado fica impedido de tirar documentos de identidade ou passaporte, renova-

var matrícula em escola pública; inscrever-se em concurso público e participar de concorrências em órgãos públicos; entre outras sanções. Se for servidor público, não pode receber o salário correspondente ao segundo mês subsequente ao da eleição, segundo o Código Eleitoral.



13 JAN 2012

# JORNAL DO ESTADO

## Fim da novela do trânsito

A Secretaria Municipal de Trânsito será formalmente criada na próxima segunda-feira, em cerimônia, na Prefeitura de Curitiba, inicialmente marcada para as 11 horas. A pasta será comandada pelo advogado Marcelo Araújo, após uma corrida contra o tempo da prefeitura — que em dois meses criou a pasta, sob pressão da oposição — e dos funcionários da Diretran, que temiam não conseguir a transferência. O projeto que cria a Secretaria de Trânsito foi enviado à Câmara Municipal no dia 10 de outubro, duas semanas depois de o Tribunal de Justiça proibir a URBS de emitir multas. A Câmara aprovou o projeto no dia 21 de novembro. Os trabalhos de gestão, engenharia de tráfego, fiscalização e educação para o trânsito passam a ser gerenciados pela nova secretaria. A pasta vai ter o poder de fiscalizar, orientar e educar os motoristas e pedestres.

## Na berlinda

Levantamento do site Congresso em foco aponta que o destino de quase metade dos governadores brasileiros está nas mãos dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). É que, dos 27 chefes estaduais do Executivo, 12 são alvos de ações na corte eleitoral e correm, em maior ou menor grau, o risco de perder o mandato. A maioria dos processos foi movida pelo Ministério Público Eleitoral dos respectivos estados e por candidatos derrotados que acusam os governadores de abuso de poder econômico e político, entre outras coisas. Dois desses 12 governadores já foram julgados, mas ainda não se livraram completamente das acusações. Teotônio Vilela (PSDB), de Alagoas, e José de Anchieta Junior (PSDB), de Roraima, foram absolvidos pelo TSE no ano passado, mas ainda enfrentam recursos contra expedição de diploma (RCED), peça processual característica do TSE.

## DÚVIDAS

### TSE recebe quase 10 mil consultas

Há um ano e meio, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponibilizou em seu portal o formulário eletrônico da Central do Eleitor. O objetivo foi facilitar a forma de o cidadão esclarecer dúvidas relacionadas a eleições. O investimento na web foi bem-sucedido e hoje esse é um dos meios de acesso mais utilizados pelos eleitores. Em 2011, a Central do Eleitor recebeu 9.148 relatos.

"No final de dezembro, também disponibilizamos em nossa página a Carta de Serviços ao Eleitor", conta a chefe da Central, Marise Mesquita. A Carta de Serviços é um guia que divulga todos os serviços oferecidos pelo Tribunal.

Dos atendimentos em 2011, 49,56% ocorreram por telefone, e 46,39%, por meio do formulário eletrônico. As demais formas de recebimento juntas — e-mail, pessoalmente ou carta — somaram 4,05%. Seguindo as estatísticas, a expectativa é que neste ano a busca de informações pela internet ultrapasse os atendimentos telefônicos. No segundo semestre de 2011 também houve uma procura maior pelos serviços em relação ao primeiro semestre.

## EM BAIXA

Um relatório do Conselho revela que 3.426 magistrados e servidores do JUDICIÁRIO fizeram movimentos considerados inadequados, no valor de R\$ 855 milhões, entre 2000 e 2010. Segundo o relatório, 81,7% das comunicações públicas vão ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT), Tribunal de Justiça da Bahia e Tribunal de Justiça Militar de São Paulo.

## EM ALTA

Um ACORDO ASSINADO ENTRE O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) E A ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (AGU) deverá resultar em dupla punição a políticos que fazem mau uso do dinheiro público. Além de serem cassados dos cargos, agora eles terão que pagar pela eleição extra convocada para escolher substitutos.

# JORNAL DO ESTADO

FABRÍCIO PESSATO FERREIRA

## Cargos comissionados custam mais de **13** R\$18 bilhões por ano

JAN 2012

Os cargos comissionados dos três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, nos 5.567 Municípios, nas 27 unidades federativas (Estados e o Distrito Federal) e do Congresso Nacional custam aos cofres públicos R\$18,344 bilhões por ano. A estimativa não inclui os cargos comissionados dos atuais 38 ministérios, nem os salários dos secretários das pastas estaduais e municipais, tampouco os de autarquias e empresas estatais, o que leva a concluir que as cifras são ainda maiores.

Para os municípios, o cálculo desses gastos no poder Legislativo leva em conta o número de vereadores, de acordo com a emenda constitucional nº 58 (23/9/2009) e a respectiva verba de gabinete utilizada para a contratação de assessores dos parlamentares, estimada em R\$30 mil por mês por vereador para cidades com mais de 200 mil habitantes e R\$15 mil por mês por vereador para os municípios menores. No poder Executivo das cidades, foi feita a estimativa conservadora de apenas 8 secretarias e, para cada uma delas, apenas 3 assessores por secretário municipal. Na conta, estão excluídos os salários dos próprios secretários municipais. Quanto aos cargos comissionados para o poder Judiciário, a projeção foi entre 2 e 15 funcionários, de acordo com o tamanho do município. O total foi de R\$11,67 bilhões, sendo R\$7,019 para o Legislativo, R\$3,852 bilhões para o Executivo e R\$798,2 milhões para o Judiciário.

No que diz respeito aos Estados e ao Distrito Federal, foram considerados somente os cargos comissionados dos poderes Legislativo e Executivo. Para o poder Legislativo, foram levantados os números de deputados estaduais e distritais e a verba de gabinete para cada parlamentar, no teto de R\$45 mil por mês – anualizado, inclusive com 13º e adicional de férias. Já os cálculos do poder Executivo estimam de forma conservadora apenas 10 secretarias estaduais/distritais e apenas 3 assessores para cada secretário. O resultado foram gastos de R\$633,8 milhões para o Legislativo e R\$17,9 milhões para o Executivo.

No nível da União, o levantamento considera apenas os gastos com o Congresso Nacional, estimados em R\$6,023 bilhões por ano. Valor próximo aos R\$6,068 bilhões calculados pela ONG Transparência Brasil.

Mais do que as cifras, os valores mostram o custo de uma democracia representativa que não está dando certo. Estados e Municípios reproduzem o modelo de governo de coalizão da esfera federal, centralizado não em projetos de governo que visem ao interesse público, mas, sim, na mera distribuição de cargos e salários e o loteamento do poder político. Dessa forma, os parlamentares – Congresso Nacional, Assembleias Estaduais e Distrital e Câmaras de Vereadores – aprovam os projetos de interesse do poder Executivo, não por convicção política, mas em função da pura e simples barganha econômica. O que afeta a todos

os partidos políticos em todos os entes da Federação, indistintamente, desde que se iniciou a Nova República.

Retrata-se, enfim, por que o Brasil é e sempre foi o país do desperdício. Principalmente do desperdício dos recursos públicos, dinheiro do contribuinte advindo de tributos pesadamente pagos à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. É hora de a população cobrar a extinção desses cargos comissionados e a valorização dos funcionários públicos concursados, como primeiro passo para a efetiva moralização política e, em especial, a profissionalização e a qualificação da gestão pública.

*Fabrizio Pessato Ferreira – mestre em economia e coordenador dos cursos de Gestão Financeira e Ciências Contábeis da Veris IBTA Metrocamp, faculdade do Grupo Ibmec Educacional.*

13 JAN 2012

# TRIBUNAL DO PARANÁ



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES  
CONVITE nº 01/2012 - TIPO: Menor preço.

Objeto: Elaboração de projetos complementares e demais elementos técnicos para a obra de construção do prédio do Fórum da Comarca da Paraisópolis do Norte.

Destino: Departamento de Engenharia e Arquitetura.

Data de abertura: 26 de janeiro de 2012, às 13:00 horas. (Sala 01)

Os interessados deverão retirar os editais e seus anexos, em formato de CD, no valor de R\$ 10,00 (dez reais), cada mediante guia de recolhimento ao Funrejus, conforme Portaria nº 09, de 26.12.00. Para obter a referida guia, além de poder retirá-la na Divisão de Licitações, conforme endereço abaixo, o interessado poderá acessar o "site" [www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br); Guias de Recolhimento, através dos links "Funrejus"; "Gua On-Line", "Gua Recolhimento Judicial e Administrativas", preenchendo os campos: Cod. Recolha: 6, Valor: 10,00 (dez reais), Recolhimento: modalidade e nº da licitação, razão social, nº do telefone, endereço eletrônico e responsável para contato. Os editais (sem os anexos) poderão ser obtidos gratuitamente, se solicitados via endereço eletrônico ([licit@tjpr.jus.br](mailto:licit@tjpr.jus.br)), ou ainda, efetuando-se o "Download" no "site" [www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br); "Links Rápidos", "Licitações". Informações complementares serão fornecidas na Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, Rua Lysímaco Ferrelra da Costa, nº 101, Centro Cívico, Curitiba PR, fone nº (41) 3254-2002 - r: 7, Curitiba, 11 de janeiro de 2012.

Acir Bueno de Camargo  
Diretor do Departamento do Patrimônio

# TRIBUNA DO PARANÁ

Meta |

Quem não fizer o cadastramento biométrico perderá o título de eleitor e pra recuperar o documento pagará multa de R\$ 3,51

# Última semana

13 JAN 2012

**E**leitores que ainda não compareceram ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) para fazer o cadastramento biométrico têm apenas mais uma semana para realizar o procedimento. Quem não se apresentar até lá corre o risco de ter seu título de eleitor cancelado. O prazo se encerra na próxima sexta-feira, depois de meses de trabalhos, nos quais 1,036 milhão de pessoas já foram atendidas.

Desta forma, o Paraná já atingiu 79% dos eleitores no cadastramento e não corre mais o risco de as informações biométricas serem invalidadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O mínimo exigido para que o cadastramento valesse perante o TSE era de 80%, mas o órgão acredita que será possível completar a meta nesta última semana de atendimento. Faltam 50 mil eleitores para atingir esse percentual e a média diária de atendimento tem sido de 7 mil pessoas. Não há possibilidade de o prazo ser estendido.

Assim como em fins de semana anteriores, haverá plantão amanhã e domingo, mas este será o último. Ainda há vagas para agendamento de horário pela internet para agilizar o atendimento. De acordo com a assessoria de imprensa do TRE, os agendamentos correspondem a cerca de metade dos cerca de sete mil atendimentos realizados diariamente.

## Punição

Caso o eleitor não compareça nem para pedir a mudança, o título pode ser cancelado. Para recuperar a validade do documento após o término do cadastramento, a pessoa deve procurar o cartório eleitoral onde está inscrito e fazer o pedido ao juiz para que a inscrição seja restabelecida. Também é cobrada multa de R\$ 3,51. Para realizar o processo, é preciso levar apenas documento de identidade com foto e comprovante de residência.

13 JAN 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Operações suspeitas

Relatório do Coaf (órgão de inteligência financeira do Ministério da Fazenda) revela que 3,426 magistrados e servidores do Judiciário fizeram movimentações consideradas "atípicas" no valor de R\$ 855 milhões entre 2000 e 2010. O documento ressaltou algumas situações consideradas suspeitas, como o fato de três pessoas, duas delas vinculadas ao Tribunal da Justiça Militar de São Paulo e uma do Tribunal de Justiça da Bahia, terem movimentado R\$ 116,5 milhões em um único ano, 2008.

Segundo o relatório, 81,7% das comunicações consideradas atípicas estão concentradas nos Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Rio de Janeiro), Tribunal de Justiça da Bahia e o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo. Sem apontar nomes ou separar entre servidores e juízes, os dados também mostram que ocorreram depósitos, em espécie, no total de R\$ 77,1 milhões nas contas dessas pessoas.

O documento de 13 páginas foi encaminhado ontem ao STF (Supremo Tribunal Federal) pela corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Eliana Calmon. Ela disse ao STF não ter havido quebra de sigilo para se chegar às informações.

# PARANÁ ONLINE

Ministério Público recebe lista dos postos  
suspeitos de fraude

12 JAN 2012

A Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF) entregou ao Grupo de Atuação Especial ao Combate ao Crime Organizado (Gaeco) documentos e uma lista com a relação de dez postos de combustível de Curitiba e Região Metropolitana suspeitos de fraude. Cleber Salazar, dono da Power Bombas Manutenção e Instalação Ltda, prestava assessoria técnica a estes estabelecimentos.

Segundo laudos da ABCF, em oito dos dez postos houve desconformidade entre as quantidades vendidas e as que efetivamente entraram no tanque dos veículos. Além disso, os combustíveis não atendiam a exigências de conformidade técnica da ANP quanto à qualidade. O levantamento, feito mediante compra de 20 litros de gasolina em cada posto, foi realizado nos dias 13 e 14 de dezembro de 2011.

Salazar é suspeito de fornecer equipamentos que possibilitavam a fraude volumétrica dos combustíveis, lesando o consumidor em até quase um litro e meio dos produtos. Ele apresentou-se na noite de segunda-feira (09) e foi preso temporariamente por cinco dias.

O MP-PR pediu ontem à Justiça a prorrogação da prisão pelo mesmo período. O pedido aguarda apreciação pelo Poder Judiciário. Ontem também o advogado de Salazar entrou com pedido de habeas corpus para que seu cliente seja posto em liberdade.

Confira os postos apontados pela ABCF:

#### Auto Posto Arrancadão

Rua Vinte e Quatro de Maio, 910, Jardim Pinhais, Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. (Amostra para teste de volume com defasagem de 1.300 ml e amostra para teste de qualidade não atende a exigência da ANP)

#### Posto Jockey

Avenida Victor Ferreira do Amaral, 2628, Tarumã, Curitiba. (Amostras para teste de volume com defasagem de 1.460 ml e amostra para teste de qualidade não atende a exigência da ANP)

#### Posto Victória

Rua XV de Novembro, 2499, Alto da Rua XV, Curitiba. (Amostra para teste de volume defasagem de 250 ml e amostra para teste de qualidade não atender a exigência da ANP)

#### Posto Flórida

Rua Joaquim José Pedrosa, 425, Cabral, Curitiba. (Amostra para teste de volume defasagem de 180 ml e amostra para teste de qualidade não atender a exigência da ANP)

#### Posto Pinheiro

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO **PARANÁ ONLINE**

Avenida República Argentina, 580, Água Verde, Curitiba. (Amostra para teste de volume defasagem de 190 ml e amostra para teste de qualidade não atender a exigência da ANP)

**12 JAN 2012**

Auto Posto Midas

Rua Izaac Ferreira da Cruz, 2920, Sítio Cercado, Curitiba. (Amostra para teste de volume defasagem de 150 ml e amostra para teste de qualidade não atender a exigência da ANP)

Posto Ilha Verde

Rua João Dembinski, 1350, Cidade Industrial, Curitiba. (Amostra para teste de volume defasagem de 750 ms e amostra para teste de qualidade não atender a exigência da ANP)

Curso Comércio Derivados de Petróleo Ltda

Rua João Bettega, 1488, Portão, Curitiba. (Amostra para teste de volume defasagem de 75 ml e amostra para teste de qualidade não atender a exigência da ANP)

Postos com problemas na qualidade do combustível

Posto Trapézio

Rua Raul da Pompéia, 1350, Cidade Industrial, Curitiba. (Amostra para teste de volume ok e sem defasagem e amostra para teste de qualidade não atender a exigência da ANP)

Posto Paladium

Avenida República Argentina, 3736, Novo Mundo, Curitiba. (Amostra para teste de volume ok sem defasagem e amostra para teste de qualidade não atender a exigência da ANP)

# CONJUR 12 JAN 2012

## TJ-SP nega indenização a professor ferido durante aula

A 11ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo reformou a sentença que obrigava a Fazenda do Estado a indenizar um professor de educação física atingido por uma bola de futebol durante aula em escola estadual.

O autor alegou que era professor na escola do município de Cândido Mota e, durante um jogo de futebol de salão, foi atingido por uma bola arremessada por um aluno. O acidente resultou em um trauma no olho esquerdo, que reduziu a capacidade de perceber a forma e o contorno dos objetos. O professor declarou que sofreu acidente do trabalho e pleiteou indenização por danos materiais, além de danos morais e pagamento de pensão vitalícia no valor de 2/3 de sua remuneração à época.

A decisão de primeira instância julgou o pedido procedente e condenou o Estado ao pagamento de R\$ 6.235,35 pelas despesas com procedimentos médicos e cirúrgicos, pelos danos morais a 35 salários mínimos e ao pagamento de pensão de metade do valor dos vencimentos mensais que o autor recebia na época dos fatos, incluindo 13º salário, em caráter vitalício.

As duas partes recorreram. A Fazenda alegando a improcedência e o autor pediu o aumento da indenização por danos morais.

De acordo com o relator do processo, desembargador Oscild de Lima Júnior, não há nos autos qualquer circunstância que configure a responsabilidade da ré pelo evento a justificar a indenização pretendida. Segundo ele, é da própria essência da atividade do professor de educação física, que uma vez ou outra possa ser atingido pela bola que é manipulada pelos seus alunos, não se imaginando em uma quadra aberta qual seria o equipamento ou cuidado que o empregador, no caso o Estado, teria que fornecer ao professor para evitar esta situação.

Em seu voto, o juiz deu provimento ao reexame necessário e ao recurso da Fazenda para julgar a ação improcedente e o recurso do autor prejudicado. “O autor não se desincumbiu do ônus de provar que o Estado tenha agido de forma culposa ou dolosa no evento que culminou com a bolada que levou em seu rosto e que teria deixado sequelas no olho esquerdo. Não há notícia de que o acidente tenha sido relatado à Secretaria da Educação, pelo menos não consta do prontuário e nenhum pedido de auxílio acidente consta como formulado.”

Os desembargadores Aroldo Viotti e Ricardo Dip também participaram do julgamento e acompanharam o voto do relator. Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-SP.



# CONJUR 12 JAN 2012

## Associação contesta no CNJ resolução sobre férias

A resolução 7/11, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará, que fixou o prazo de três anos para que os juízes cearenses gozem as férias, foi contestada pela Associação Cearense de Magistrados (ACM). A entidade entrou no Conselho Nacional de Justiça com pedido de instauração de Procedimento de Controle Administrativo contra o TJ cearense.

"No próximo triênio todos os magistrados que contem pelo menos seis períodos de férias não gozadas tenham necessariamente que fazer gozo de quatro períodos por ano, sendo dois decorrentes do período aquisitivo regular e outros dois de férias ressalvadas, de modo que alguns passarão um terço do ano distantes de suas atividades", afirma a associação.

Ainda de acordo com a associação, a medida adotada pelo TJ cearense também vai representar um "duro golpe nos esforços institucionais que a Corte tem envidado no sentido de atender às metas de nivelamento fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, prejudicando especialmente as atividades de descongestionamento processual que têm sido desenvolvidas na Comarca de Fortaleza".

A matéria já tinha sido objeto de pedido de providências apresentado pela entidade ao próprio tribunal em novembro de 2011. Segundo a Associação, como o pedido não foi levado ao exame do Órgão Especial, o Conselho Executivo deliberou, no dia 16 de dezembro, que a matéria deveria ser levada ao conhecimento do CNJ.

No pedido, a entidade diz que o prazo fixado é desnecessário e inadequado. Segundo a ACM, a norma viola o princípio da eficiência da administração pública, desconsiderando o quadro de vacância de cargos de juízes no primeiro grau da Justiça Estadual e a realização das eleições municipais em outubro. Com informações da Assessoria de Imprensa da ACM.

17 DEZ 2011

# FOLHA DE LONDRINA

## Prefeito de Foz denunciado por improbidade

O Ministério Público (MP) do Paraná protocolou uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito de Foz do Iguaçu (Oeste), Paulo Mac Donald Ghisi (PDT), por conta de uma suposta fraude em um processo licitatório para contratação de serviços jurídicos, em 2006. A promotoria de Justiça sustenta que o escritório de advocacia Henrichs & Henrichs Advogados teria sido beneficiado na contratação, já que recebeu R\$ 349 mil para prestar assistência jurídica à prefeitura sendo que o município contava na época com uma equipe de advogados concursados para realizar esses trabalhos.

Além do chefe do Executivo, são citados como réus na ação o presidente da Comissão de Licitação da prefeitura da época, Adevilson Oliveira Gonçalves (hoje secretário de Desenvolvimento Sócio-Econômico), a ex-secretária municipal da Fazenda Elenice Nurnberg (hoje secretária de Gestão de Pessoas) e o sócio-diretor do escritório que teria sido beneficiado, Julio César Henrichs.

O promotor de Justiça Marcos Cristiano Andrade escreve ainda na ação civil pública que a licitação "foi dingida". "A empresa 'vencedora' defende o atual prefeito em ações criminais que estão em trâmite no Tribunal de Justiça", afirmou. Além disso, para o MP, o dinheiro foi gasto com "um serviço ineficiente, pois, a ação proposta pelo escritório, que tinha por objetivo reduzir a

dívida do INSS do município, foi extinta sem julgamento de mérito."

Procurado pela reportagem, o sócio-diretor do escritório alegou que o MP está "totalmente equivocado". "O município tinha uma dívida de R\$ 28 milhões com o INSS e queria que ela fosse reduzida. Entramos na licitação, que foi feita por tomada de preço, e foi realizada porque, apesar de ter um corpo jurídico na prefeitura, a natureza do serviço era muito complexa. Vencemos de forma regular", explicou Julio César Henrichs.

Segundo ele, a ação protocolada pelo escritório garantiu à prefeitura uma redução da dívida com o INSS e a União de R\$ 28 milhões para R\$ 11 milhões. "Esse é outro erro do MP. A ação foi julgada. Uma liminar foi concedida para o município em 2007 excluindo alguns débitos e agora, em fevereiro de 2011, saiu a sentença definitiva que confirmou a liminar. Fizemos um trabalho técnico e sério. E o prefeito me contratou pessoalmente em 2008, após conhecer o trabalho do meu escritório nesse caso, para defendê-lo em uma outra

ação. Não houve favorecimento porque isso aconteceu dois anos depois."

A assessoria da prefeitura alegou que o prefeito e os dois secretários não iriam se manifestar por não conhecerem o teor da denúncia

Essa é a segunda ação do MP contra o prefeito em menos de 30 dias. No último dia 21, Mac Donald foi denunciado por contratar uma empresa sem licitação pelo valor de R\$ 150 mil para que a Secretaria de Turismo de Foz utilizasse stands de divulgação de um desfile de carnaval. Segundo o MP, não havia razão legal para a inexigibilidade de licitação, uma vez que qualquer empresa poderia ter prestado o serviço.

**Pedetista já  
tinha sido alvo  
do MP há menos  
de um mês**

17 DEZ 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### **Condenado ex-prefeito de Roncador**

Joaquim Rodrigues da Silva, ex-prefeito de Roncador (Centro-Ocidental), foi condenado a devolver ao município R\$ 60 mil. Ele teria, durante o seu mandato, feito pagamento de despesas não documentadas se utilizando de recursos de um convênio firmado, em 1966, com a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação de Assistência ao Estudante. A decisão é da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que manteve, por unanimidade de votos, a sentença de primeiro grau. Relatora do caso, a desembargadora Maria Aparecida Blanco de Lima escreveu que o ex-prefeito não provou o destino do valor recebido pelo convênio, o que configura improbidade administrativa.

### **Militão**

#### **Foi condenada e não 'abriu'**

Dayane de Azevedo, ré confessa do assassinato da estudante Amanda Rossi, de acordo com o que está no processo, foi condenada, juntamente com Alan Aparecido Henrique, outro acusado como executor, mas indagada firmemente pela juíza presidente do júri, Elisabeth Kather, "não abriu o jogo", isto é não contou quem foi (o ou a mandante do crime), comentam até hoje advogados e observadores, que continuam achando tudo muito interessante. O outro acusado, Luiz Vieira, ainda não foi julgado. E ficou a pergunta, segundo estudantes de Direito, que lá estiveram: "Do que a ré Dayane tem tanto medo?".

19 DEZ 2011

# FOLHA DE LONDRINA STF propõe ajustes a novo Código de Processo Civil

O capítulo sobre a dissolução parcial de sociedade também foi revisado. Em caso de retirada de sócio sem motivo, o STF sugere que a data-base para a apuração dos haveres seja o dia em que a sociedade receber a notificação da saída, e não 60 dias depois, como propõe o texto atual. Para o STF, a medida evita que sócios remanescentes manipulem valores da sociedade após a saída do dissidente".

Mudanças não mexem na estrutura do projeto, e previnem um posterior questionamento na Justiça

São Paulo – O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, entregou ao relator do projeto do novo Código de Processo Civil na Câmara dos Deputados, Sérgio Barradas (PT-BA), documento com uma série de ajustes e propostas. As informações são da Agência Brasil.

De acordo com Peluso, as alterações não mexem na estrutura do projeto, mas são essenciais para um código mais moderno e efetivo. A contribuição do STF também pode ser considerada um norte para que o código não seja questionado posteriormente na Justiça.

Nos casos de condenação em definitivo, o STF criou um mecanismo para incentivar execuções mais rápidas dos devedores, como a isenção de honorários advocatícios para pagamentos em dinheiro no prazo de 15 dias da sentença final. De acordo com o texto sugerido pela Suprema Corte, a taxação dos honorários e da multa de 10% só ocorreria quando o pagamento não atendessem a esses requisitos.

Na área de execução provisória, o STF retirou do texto o

item que determina multa de 10% em caso de não pagamento de sentença provisória no prazo de 15 dias. A Corte entende que a multa só é devida nos casos de sentença definitiva.

Também foi retirado o item que previa dispensa de caução para levantamento de bens do devedor no caso em que o credor demonstrar necessidade. "Dispensar a caução em uma fórmula tão vaga [...] dará margem para a dispensa da caução em todo e qualquer caso", explica o Supremo.

Outra alteração no texto diz respeito à desconsideração de personalidade jurídica, conceito inserido no projeto do CPC para que, em casos de abuso, os bens particulares de sócios ou administradores de empresas sejam

considerados em processos judiciais. O STF deu interpretação mais restritiva ao projeto atual, pois entende que a medida deve ser aplicada em casos excepcionais.

Para o STF, a inexistência de patrimônio da empresa não justifica o uso da desconsideração de personalidade jurídica, pois "não é obrigatória a presença de patrimônio nos negócios da sociedade e no Brasil não há regra de capital social mínimo". O Supremo também indica que os empresários têm direito de oferecer o contraditório e que o credor é que deve provar a necessidade da desconsideração da personalidade jurídica. A Corte entende que o sócio que não participou do ato abusivo não deve ter seus bens atingidos.

## CLÁUDIO HUMBERTO

### CNJ vetou recursos, mas obra do TRF1 continua

Apesar de o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, haver recomendado a retirada do Orçamento de 2012 dos R\$ 50 milhões para a obra, a nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) continua "em pleno vapor". Em setembro, o Tribunal de Contas da União liberou sua continuidade, apesar do "indício de irregularidade grave", mas o CNJ entendeu que os recursos não devem ser liberados.

20 DEZ 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Ministro do STF esvazia poderes do CNJ

## Até análise da corte, investigações contra magistrados ficarão prejudicadas

Brasília - Em decisão liminar de ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello suspendeu o poder "originário" de investigação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra magistrados, determinando que o órgão só pode atuar após as corregedorias locais.

A liminar concedida pelo ministro deve ser levada a plenário na primeira sessão do ano que vem, no início de fevereiro, para que seus colegas avaliem o tema. Até lá, no entanto, as funções da corregedoria do CNJ estarão esvaziadas. Ficarão prejudicadas aquelas investigações que tiveram início diretamente no conselho, antes que tenham sido analisadas nas corregedorias dos tribunais onde os juízes investigados atuam.

Como está previsto na Constituição, o CNJ pode ainda avocar (determinar a subida de) processos em curso nas corregedorias, desde que comprovadamente parados. O ministro afirmou que o conselho deve se limitar à chamada "atuação subsidiária". Em outras palavras, o que não pode é iniciar uma investigação do zero, fato permitido em resolução do CNJ, editada em julho deste ano, padronizando a forma como o conselho investiga, mas que foi questionada pela Associação dos Magistrados

Brasileiros (AMB).

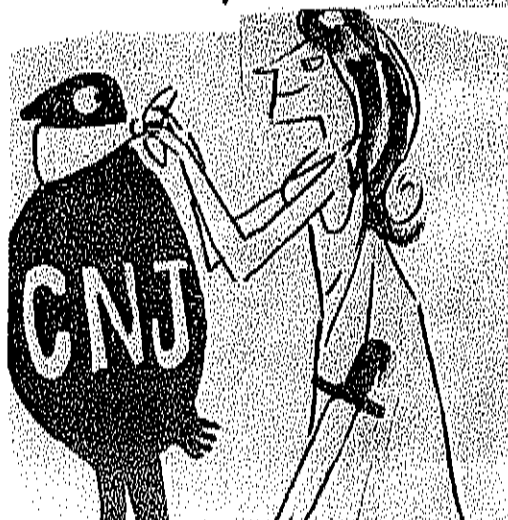
"A solução de eventual controvérsia entre as atribuições do Conselho e as dos tribunais não ocorre com a simples prevalência do primeiro, na medida em que a competência do segundo também é prevista na Constituição da República", diz o ministro em sua decisão. "A atuação legítima, contudo, exige a observância da autonomia político-administrativa dos tribunais, enquanto instituições dotadas de capacidade autoadministrativa e disciplinar."

Foi exatamente este assunto que colocou em lados opostos o presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso, e sua corregedora, Eliana Calmon. O primeiro defendia exatamente a função subsidiária do conselho, enquanto a última afirmava ser fundamental a atuação "concorrente" e "originária". Calmon chegou a dizer que o esvaziamento dos

poderes do CNJ abriria espaço para os chamados "bandidos de toga". A ação da AMB está na pauta do STF desde o início de setembro, mas os ministros preferiram não analisar o tema, exatamente por conta desta polêmica.

Como a última sessão do ano aconteceu durante a manhã e os ministros só voltam a se reunir em fevereiro, Marco Aurélio decidiu analisar sozinho uma série de pedidos feitos pela AMB. Além desta questão, o ministro também suspendeu mais de dez outras normas presentes na resolução do CNJ em questão. Entre elas, uma que permite a utilização de outra lei, mais dura que a Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), para punir magistrados acusados de abuso de autoridade. Outra regra, que também foi suspensa, dava direito a voto ao presidente e ao corregedor do CNJ.

### STF esvazia poderes do CNJ



# FOLHA DE LONDRINA

## Mutirão carcerário liberta 30 mil

Brasília - Mutirão carcerário libertou 30 mil pessoas em todo o Brasil, entre 2008 e 2011, informou o ministro Cezar Peluso, atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

20 DEZ 2011

De acordo com Márcio Fraga, juiz do CNJ, o número de solturas em defasagem, realizadas pelo mutirão, são consequência da ausência de um eficiente cálculo de pena e da falta de estrutura do Ministério Público, do Judiciário e da Defensoria Pública.

"O direito de soltura não é automático. Se a pessoa não tem quem zele pela pena, como um advogado ou a defensoria, fica esquecida mesmo", disse Fraga. Peluso ainda anunciou que São Paulo pretende criar 22 mil novas vagas em presídios, para absorver os 6 mil detentos atualmente presos em delegacias e Centros de Detenção Provisória (CDPs), onde as condições de insalubridade e superlotação são as piores; aliviar a superlotação em outros locais e receber as 700 pessoas que são presas mensalmente no Estado.

Os resultados do mutirão do CNJ serão repassados aos governos dos Estados, junto com propostas de saneamento dos problemas.

20 DEZ 2011  
FOLHA DE LONDRINA  
CLÁUDIO HUMBERTO

**Juiz corajoso**

O desembargador Roberval Belinati, do Tribunal de Justiça do DF, foi quem tomou a corajosa decisão de remeter ao Juizado da Criança o processo em que Durval Barbosa é gravemente acusado de pedofilia. Nas mãos de outro juiz, curiosamente, o delator colecionou vitórias.

22 DEZ 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Defesa de Bibinho quer incluir Rossoni em processos da AL

Luciana Cristo  
Equipe da Folha

**Curitiba** - A defesa do ex-diretor geral da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná Abib Miguel, o Bibinho, quer que o presidente do Legislativo, deputado Valdir Rossoni (PSDB), integre as ações de improbidade administrativa propostas pelo Ministério Público (MP) do Paraná relativas ao caso de desvio de recursos públicos e contratação de funcionários fantasmas dentro da AL. Pelas investigações conduzidas pelo MP, Bibinho seria uma das peças-chave nesse esquema que funcionou durante anos no Legislativo estadual.

Em março deste ano, a Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba apresentou ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra deputados, ex-deputados e servidores públicos, apontando diversas ilegalidades relacionadas à falta de transparência e manipulação de atos oficiais na AL, o que exclui Rossoni. São citados os ex-presidentes da AL Nelson Justus (DEM) e Hermas Brandão (na época, PSDB), os ex-primeiros secretários Alexandre Curi e Nereu Moura (PMDB), e o ex-segundo secretário Geraldo Cartário (PDT), que seriam as pessoas que assinavam os atos em conjunto. Rossoni foi primeiro-secretário da Casa du-

**Para advogado, atual presidente da AL deve responder por atos que teriam sido cometidos quando o tucano integrava a Mesa da Casa**

rante a gestão de Hermas Brandão e segundo-secretário na época de Nelson Justus no comando da AL.

"Rossoni vai ter que integrar a ação civil pública da mesma forma que os outros. Não estou aqui afirmando que o fato é verdadeiro ou não, mas se eventualmente for comprovada alguma irregularidade, ele é responsável, tanto quanto os outros. Ele não pode ficar dando uma de moralista". Quem contrata na AL é presidente e primeiro-secretário. Se funcionário fantasma existe foram eles que contrataram, não o meu cliente", sustenta o advogado de Bibinho, Eurolino dos Reis. Todo o processo sobre o caso tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

O coordenador estadual do Grupo de Aluação Especial de Repressão ao Crime Organi-

zado (Gaeco) e um dos responsáveis pelas investigações, Leonir Batisti, afirmou que esta é mais uma tentativa da defesa em adiar uma decisão sobre o caso. "Do ponto de vista criminal, esse pedido da defesa é improcedente, é mais uma manobra para tentar conturbar o processo", disse ele, referindo-se à tentativa anterior apresentada pela defesa, que alegou que Bibinho não tinha sanidade mental para responder ao processo.

Por meio de sua assessoria de imprensa, Rossoni rebateu dizendo que tem duas coisas boas nessa história: que Bibinho parece estar recuperando a memória e que parece que ele (Bibinho) esqueceu que Rossoni não assinou nada. Já a Promotoria do Patrimônio Público informou que não vai comentar o assunto.

O MP aponta prática de ilícitos como ausência de publicação de atos administrativos no Diário Oficial do Estado e na internet, conforme previsto em lei estadual (14.603/2004); inacessibilidade ao Diário da Assembleia; diários avulsos confeccionados com datas falsas e retroativas; publicação de atos com muito atraso e/ou com longos efeitos retroativos; omissão, por muitos anos, da publicação da relação dos servidores, seus cargos ou funções e locais de exercício, como exige a Constituição estadual.



# FOLHA DE LONDRINA

## MILITÃO 22 DEZ 2011

### Supremo nocauteou CNJ

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal (a FOLHA publicou matéria a respeito) de praticamente proibir o CNJ de fiscalizar e de julgar qualquer conduta dos integrantes da Magistratura, liquidou, nocauteou mesmo, no entender de muitos analistas, a razão de existir do Conselho Nacional de Justiça. Agora restará o quê? Fiscalizar os cartórios, deixar os tabeliães estressados, mullá-los, puni-los por algum motivo que achar que existe? Isto os juizes corregedores fazem, decidem o que bem entendem como quiserem.

✓ A impressão que eu tenho é que as duas últimas entrevistas dadas pela ministra Eliana Calmon, nova corregedora do CNJ, deixou os magistrados, inclusive os ministros do Supremo, assustados com ela, que me parece uma baiana firme, determinada e disposta a por lei e ordem na casa.

✓ Eu me lembro ainda do saudoso londrinense Orlando Mayrink Gois, ex-secretário da Fazenda do governo Paulo Pimentel, o homem que arrumou o dinheiro para desapropriar a área onde foi criada a UEL e dinheiro para suas primeiras construções. Certo dia, uma amiga apresentou-lhe a filha que iria se casar com um cartorário. Ele sorriu e disse para a moça: "Então se prepare, voce vai passar a vida estendendo tapete para o juiz corregedor, que fiscalizará o trabalho do seu futuro marido... É tem corregedor que é mais realista do que o rei..." Orlando Mayrink Gois é sempre lembrado em rodas londrinenses.



**Nova presidente** - A desembargadora Rosemeire Diedrichs Pimpão é a nova presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região, com sede em Curitiba. O novo vice-presidente é o desembargador Alino Pedrozo dos Santos e o corregedor é o desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior. Alino Pedrozo dos Santos, à esquerda na foto, foi destacado juiz da 2ª Vara em Londrina e já pertenceu ao Conselho Nacional de Justiça.

22 DEZ 2011

## FOLHA DE LONDRINA

# Peluso sugere que CNJ fez investigação ilegal

Mariângela Gallucci  
*Agência Estado*

**Brasília** - A crise entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e a corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) intensificou-se ontem com a divulgação de que o presidente do STF e do CNJ, Cezar Peluso, e o ministro Ricardo Lewandowski receberam verbas extras de até R\$ 700 mil da Justiça paulista relativas a auxílio moradia. Peluso chegou a divulgar uma nota sugerindo que a corregedoria investigara ilegalmente ministros da corte e ameaçando com a abertura de uma ação penal.

A corregedoria do CNJ investigava suspeitas de pagamentos irregulares pelo Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo a desembargadores, mas a apuração foi suspensa na segunda-feira por uma liminar concedida por Lewandowski. Tanto Lewandowski quanto Peluso integraram o

TJ antes de tomar posse no STF. Num comunicado veiculado no início da tarde, Peluso defendeu Lewandowski da acusação de que o ministro teria beneficiado a si próprio ao paralisar a inspeção realizada pela corregedoria nos pagamentos a desembargadores, conforme noticiado pela Folha de S.Paulo.

Para o presidente do STF e do CNJ, não cabe à corregedoria investigar ou quebrar os sigilos fiscal e bancário de ministros do STF. "Se o foi, como parecem indicar covardes e anônimos vazamentos veiculados pela imprensa, a questão pode constituir flagrante abuso de poder", disse.

Em outra nota, a corregedoria do CNJ nega que tenha divulgado informação sigilosa obtida durante as inspeções e explica que teve acesso, como órgão de controle, aos dados relativos à declaração de bens e folha de pagamento.

## MAZZA

### Prerrogativas

Enriquecimento ilícito não é listável entre as prerrogativas essenciais dos magistrados. Há algo muito próximo disso na discussão em torno do CNJ.

## INFORME

### Um ano depois, nova relatora

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra a aposentadoria paga a ex-governadores do Paraná está nas mãos agora da mais nova ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, que tomou posse na corte no início da semana. Ela entra no lugar de Ellen Gracie, que se aposentou. A ADI sobre os ex-chefes do Executivo chegou ao STF em janeiro, mas até hoje não foi analisada.

# FOLHA DE LONDRINA

## Guerra no Judiciário: entidades 2 3 DEZ 2011 pedem investigação

Associações alegam quebra de sigilo de dados, mas corregedora nega, e sustenta que objetivo é desviar foco de investigações contra magistrados

São Paulo - Três das principais associações de juízes e magistrados do país afirmaram ontem que vão pedir à Procuradoria-Geral da República que investigue possível crime de quebra de sigilo de dados cometidos pela corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon. Uma varredura determinada pelo CNJ na movimentação financeira de servidores e magistrados do Judiciário está na origem da guerra deflagrada no mundo jurídico. Na última segunda-feira, o ministro Ricardo Lewandowski, em decisão liminar, suspendeu as investigações feitas pelo conselho.

Segundo as entidades, a quebra do sigilo de dados, sem ordem judicial, atingiu 231 mil pessoas - entre juízes, servidores e parentes destes.

de Calmon

*'O que está realmente em jogo é a sobrevivência do CNJ'*

A nota conjunta divulgada ontem é assinada pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e pela Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (Anamatra). Informa, ainda, que pedirão ao presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso, que instaure uma correição imediata na corregedoria do CNJ para averiguar e apurar com rigor a quebra ilegal e inconstitucional.

Eliana Calmon afirmou ontem que a instituição realiza investigações patrimoniais de juízes e servidores do Judiciário, há quatro anos, mas o trabalho só gerou polêmica quando chegou no Tribunal de Justiça de São Paulo, uma consequência do "corporativismo" das associações de magistrados, segundo ela.

Calmon disse que a AMB, a Ajufe e a Anamatra divulgaram informações "desencontradas e absurdas" de que ela estaria investigando mais de 200 mil pessoas, com a intenção de fazer um "verdadeiro linchamento moral". "Só posso lamentar (a polêmica), fruto de maledicência

e irresponsabilidade da AMB, Ajufe e Anamatra, que mentirosamente desinformam a população ou informam com declarações incendiárias e inverossímeis", afirmou Calmon.

Segundo ela, trata-se, na realidade, de uma tentativa de desviar o foco, pois seu trabalho visa "defender as instituições brasileiras da corrupção, que infelizmente se alastra pelo país". "O que está realmente em jogo é a sobrevivência do CNJ. Esse é o verdadeiro ovo da serpente."

Sobre as investigações, a corregedora também afirmou que nunca houve devassa ou quebra de sigilo e que tudo realizado por sua equipe está dentro da lei. "Todos os servidores públicos são obrigados a apresentar a declaração de imposto de renda. Não é para

ficarem guardados num arquivo, mas para que os órgãos de controle examinem quando houver suspeita de transações ilícitas", disse Calmon.

Ela argumentou que decidiu fazer investigações pontuais, com base em informações enviadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), em casos de movimentações consideradas atípicas - acima de R\$ 250 mil. No caso de São Paulo, verificou-se 150 transações do tipo e, por isso, ela decidiu investigar.

**CONTINUA**

# 23 DEZ 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

"Foram apenas 150, como falar agora em mais de 200 mil investigados? Questionamos, até porque pode ser tudo legal, fruto de herança, sorteio", explicou.

A ministra disse que a inspeção realizada no TJ de São Paulo verificou que 45% dos magistrados não enviaram à corte suas declarações de imposto de renda, desrespeitando a legislação. Também disse que nunca realizou nenhuma investigação contra ministros do Supremo Tribunal Federal e que ficou sabendo pelos jornais que Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski receberam valores do tribunal, referente a um passivo trabalhista. Questionada se os procuraria para esclarecer o fato, a ministra disse que não, pois "não se trata de um grupo de amigos".

### Presidente da CCJ diz apoiar PEC do CNJ

Brasília - O presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse ontem que apoia a proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna mais clara a competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de processar e punir juízes.

O senador disse que a matéria não entrou em votação na quarta-feira última porque não houve acordo dos integrantes da CCJ. Somente mediante esse acordo, segundo ele, seria possível suspender o requerimento já aprovado, do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), para realizar uma audiência pública com a participação da corregedora do CNJ, ministra Eliana Calmon, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim e o vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Paulo Schmidt.

Ele lembrou que o regimento impede a votação da proposta antes da realização da audiência pública. Demóstenes é também o autor dessa emenda, chamada de PEC do CNJ, apresentada em agosto último, quando se acentuou o movimento para esvaziar a atuação do CNJ.

24 DEZ 2011

# FOLHA DE LONDRINA

## Juízes federais criticam atuação de entidade contra CNJ

Membros da Ajufe afirmam em grupo de discussão na internet que não concordam com o ataque da entidade à corregedora Eliana Calmon

**Brasília** - Juízes federais incomodados com a atuação da associação que os representa, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), estão usando o grupo de discussão na internet da própria entidade, para criticá-la. A Ajufe é uma das signatárias da ação que suspendeu, na última segunda-feira, a investigação da corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a evolução patrimonial de magistrados e servidores do Judiciário.

Um dos juizes que enviou mensagem aos colegas é o titular da 3ª Vara Federal de Campo Grande, Odilon de Oliveira, que apura crimes financeiros e de lavagem de dinheiro. Ele reclama do fato de a Ajufe não ter consultado seus filiados antes de adotar a posição contra a corregedoria.

"O presidente da Ajufe tem a prerrogativa de publicar notas, mas como esse tema envolve interesse de todos os juizes, teria a necessidade de ter consultado os associados. Acho que a posição da Ajufe conjunta com a AMB (Associação

dos Magistrados Brasileiros), foi agressiva, desproporcional, e não baseada em prova de que houve quebra de sigilo", disse à Agência Brasil.

Ele também acredita que a ministra Eliana Calmon, corregedora do CNJ, passou a ser atacada porque começou a investigar a "elite" da Justiça. "Investigar a elite dói. Há reação da própria elite, que começa a acusar o investigador e procurar formas de derrubá-lo", argumenta. Para Oliveira, o acesso a dados sigilosos de juizes deve ser irrestrito ao órgão de controle porque os magistrados recebem do Estado e têm "a enorme responsabilidade de lidar com o patrimônio alheio".

O juiz titular da 1ª Vara Federal de Bauru (SP), Roberto Lemos, também disse à Agência Brasil que usou o grupo de discussão da Ajufe para mos-

trar que não concorda com a entidade. "Indaguei porque o presidente da associação está questionando um ato legítimo da corregedoria nacional de investigar e apurar problemas, em uma briga que não é dos juizes federais." Ele também diz que não foi consultado pela entidade sobre o caso.

Lemos, que foi auxiliar do CNJ na gestão passada, diz que a corregedoria vem atuando em casos difíceis de serem investigados pelos tribunais locais, como nepotismo e situações de assédio sexual em banca de concurso. Ele acredita que sem o trabalho do CNJ, os maus hábitos se perpetuariam. "Não consigo entender a quem interessa isso (impedir a fiscalização de juizes). Quem não deve não teme."

### Casta **MAZZA**

O presidente do STF sugeriu que magistrados, como os demais trabalhadores, tivessem um mês de férias quando gozam 80 dias no mínimo. A reação de vários setores foi fortíssima.

27 DEZ 2011

# FOLHA DE LONDRINA

## OAB critica 'paixões corporativas' sobre caso CNJ

Presidente da entidade cobra debate "institucional" entre envolvidos na crise do Judiciário

**SÃO Paulo** - A Ordem Advogados do Brasil (OAB) divulgou ontem uma nota para pedir que os envolvidos na crise do Judiciário "afastem as paixões corporativas" e "limitem o debate às questões institucionais".

A crise teve início na segunda-feira passada, quando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello concedeu uma liminar para impedir que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) investigue juízes antes que os tribunais onde eles atuam analisem sua conduta - o que, na prática, suspendeu todas as apurações abertas por iniciativa do CNJ. A decisão deve ser levada a plenário na primeira sessão do ano que vem, no início de fevereiro, para que seus colegas avaliem o tema.

Na nota divulgada ontem, a diretoria do Conselho Federal da OAB voltou a defender o poder de investigação do conselho. "O CNJ não é mera instância recursal às decisões das corregedorias regionais de Justiça sendo clara a sua competência concorrente com a dos tribunais para apuração de infrações disciplinares", diz o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, no texto.

Sobre a polêmica envolvendo associações de juízes e a corregedora do CNJ, Eliana Calmon, a OAB afirma que ela não pode servir para desviar o foco do assunto. "Nenhuma autoridade está imune à verificação da correção de seus atos, daí porque é fundamental que para além de preservar a competência concorrente do CNJ para apurar desvios éticos, em respeito ao cidadão brasileiro, sejam apurados todos e quaisquer recebimentos de valores por parte de magistrados."

Na segunda-feira passada, o ministro Ricardo Lewandowski também suspendeu apuração sobre a folha de pagamento de servidores do Judiciário em 22 tribunais. O CNJ averiguava movimentações financeiras aléxicas.

As decisões criaram uma crise que abalou a cúpula do Judiciário e que trouxe novamente à tona a discussão sobre a transparência da Justiça brasileira. As liminares atenderam a pedidos feitos por três associações de juízes. Elas afirmam que o CNJ

atuava de forma inconstitucional. As mesmas associações entraram durante a semana com um pedido para que Procuradoria-Geral da República investigue Eliana Calmon.

**CLÁUDIO HUMBERTO**

**Zona de conforto**

O Tribunal de Justiça do DF entrará 2012 nas nuvens: comprou 1.297 monitores por R\$ 404 mil e R\$ 143,1 mil em poltronas ergonômicas.

27 DEZ 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### *Peluso nega pedido para derrubar restrição de poder*

São Paulo - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, negou pedido feito pela Advocacia-Geral da União (AGU) para que fosse suspensa decisão liminar sobre o poder de investigação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Na segunda-feira passada, último dia do ano Judiciário, o ministro do STF Marco Aurélio Mello concedeu uma liminar para impedir que o conselho investigue juizes antes que os tribunais onde eles atuam analisem sua conduta - o que, na prática, suspendeu todas as apurações abertas por iniciativa do CNJ. A decisão deve ser levada a plenário na primeira sessão do ano que vem, no início de fevereiro, para que seus colegas avaliem o tema.

No seu pedido, a AGU afirmou que o ministro violou o regimento interno do STF e tomou a decisão já durante o recesso. "O dispositivo destaca que é atribuição do presidente do STF decidir questões urgentes nos períodos de recesso ou de férias", diz nota da AGU. Peluso negou o pedido e o encaminhou para que Marco Aurélio dê informações sobre o caso.

Na segunda-feira, o ministro Ricardo Lewandowski também suspendeu apuração sobre a folha de pagamento de servidores do Judiciário em 22 tribunais. O CNJ averiguava movimentações financeiras atípicas. As decisões criaram uma crise que abalou a cúpula do Judiciário e que trouxe novamente à tona a discussão sobre a transparência da Justiça brasileira.

As liminares atenderam a pedidos feitos por três associações de juizes. Elas afirmam que o CNJ atuava de forma inconstitucional. As mesmas associações entraram durante a semana com um pedido para que a Procuradoria-Geral da República investigue a corregedora do CNJ, Eliana Calmon.

28 DEZ 2011  
FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

**Confiança na lei**

O Judiciário é o mais bem avaliado dos três poderes do DF. O Tribunal de Justiça tem 61,9% de avaliações positivas, contra 18,6% negativas.



# FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

29 DEZ 2011

## Paraná e o CNJ

Discute-se muito se é válida a competência originária e concorrente do CNJ, Conselho Nacional de Justiça, para exercer o controle externo do Judiciário. O Paraná oferece um exemplo recente de como não funciona o tal de raio de autonomia do Poder local com a decisão recente sobre o poder de polícia delegado à Urbs-Diretran. A matéria, a despeito de sua relevância, dormitou durante 15 anos no Tribunal de Justiça e não consta que o simples exercício da Corregedoria fosse suficiente para desatar o nó criado, anomalia que o CNJ, se devidamente provocado, poderia, na pior das hipóteses, ao menos encaminhar.

O mais grave é que o prefeito de Curitiba acha que agentes da Diretran poderiam exercer tal papel, embora se entendesse que deveriam institucionalmente ter fé pública e no mínimo serem integrantes do quadro estatutário para uma função inimaginável entregue a celetistas. E comunga desse pensamento tortuoso o novo secretário de Trânsito, Marcelo Araújo. Há decisões judiciais como essa que não abrangem os questionamentos cabíveis e que carecem de hermenêutica para a delimitação e a abrangência dos seus efeitos.

O Ministério Público pode entender que essa "certificação" de servidores, que vinha sendo adotada sem nenhum critério pela Urbs, baixando éditos com listas de celetistas timbrados para a função, não é correta, o que deixaria infrações formalizadas sub judice, mantendo a anomia no sistema público de trânsito. Como se já não bastassem as tropelias da Consilux, essa pode tatuar o governo Luciano Ducci num ano eleitoral.

## Desocupação

Decisão judicial que impedia servidores municipais de acamparem no entorno da Prefeitura de Curitiba foi cumprida e eles agora ficaram no gramado nas imediações do Tribunal do Juri. Prometeram lavar calçadas, mas deviam citar as anomalias a que se referem como a proteção a grupos que permanecem há mais de 20 anos deitando e rolando nos transportes, no lixo, no aluguel de carros, etc.

## Plantão

No Procon funcionará a partir de 2012 um plantão judicial para demandas de consumidores, um reforço considerável no sistema de juizado especial.

29 DEZ 2011

## FOLHA DE LONDRINA

# Caso Mexicano: STJ nega pedido de arquivamento

Luciana Cristo  
Equipe da Folha

Curitiba - O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido da defesa do procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná Dartagnan Cadilhe Abilhôa para arquivar a ação penal a qual ele responde por corrupção passiva. Ele é acusado de envolvimento na extorsão do traficante internacional de drogas Lúcio Rueda Bustos, conhecido como "Mexicano".

Em 2004, dois policiais (um deles filho do procurador Abilhôa) teriam prendido e extorquido o traficante "Mexicano", que foi levado para a Promotoria de Investigações Criminais (atual Gae-co), então coordenada por Abilhôa. O ex-policial foi condenado pela Justiça Federal pelos crimes de corrupção passiva, usurpação de função e lavagem de dinheiro. Já o procurador de Justiça teve o seu cargo, no final de novembro, posto em disponibilidade pelo Conselho Na-

cional do Ministério Público (CNMP), com vencimentos proporcionais.

No habeas corpus impetrado no STJ, a defesa alegou que pai e filho estariam submetidos a constrangimento ilegal, pois seriam vítimas de acusações forjadas "por ocupantes de altos cargos no Estado do Paraná". A defesa afirmou que a interceptação telefônica que sustenta a denúncia seria nula, devido à falta de fundamentação para a quebra de sigilo. Pediu, então, a concessão da liminar para que a ação penal fosse trancada.

O argumento não convenceu o desembargador Vasco Della Giustina, que decidiu que "não se verifica a ocorrência de manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da tutela de urgência". A FOLHA tentou falar com Abilhôa para comentar o caso, mas não conseguiu localizá-lo. Um dos advogados do acusado, Claudio Dalledone Junior, informou que não estava autorizado a falar sobre o assunto.

# 29 DEZ 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### Anuário destaca advocacia londrinense

### ADVOCACIA

Confira os escritórios que se destacaram no anuário de 2011 da publicação "Análise Advocacia 500 - Os Escritórios e Advogados Mais Admirados do Brasil":

Mie Francine Chiba  
Reportagem Local

Quatro escritórios londrinenses estão presentes em anuário de 2011 da publicação "Análise Advocacia 500 - Os escritórios e advogados mais admirados do Brasil". São eles: Grassano & Associados; Benedetti Advocacia, F. Theophilo Advocacia Empresarial; Diniz, Mendes Maricato e Advogados Associados (DMM Advogados). A tradicional publicação entrevistou 855 diretores jurídicos das maiores empresas do Brasil entre julho e setembro deste ano.

Os profissionais dos escritórios DMM, Grassano e F. Theophilo se destacaram no setor de agroindústria. O Grassano & Associados teve três advogados mencionados na lista dos profissionais mais admirados neste segmento. "Temos expertise neste ramo que não é fácil encontrar no Brasil. Temos um conhecimento de agroindústria mais profundo que escritórios grandes de São Paulo", declara a advogada Patrícia Grassano, do Grassano & Associados. Esta é a quinta vez que o escritório aparece na lista, o que para a advogada significa consolidação.

O F. Theophilo atribui a lembrança do escritório no anuário ao atendimento direto ao cliente e à solidez do co-

nhecimento de anos na profissão. O escritório já tem 30 anos de atividade em Londrina e foi citado duas vezes no anuário.

Eduardo Ayres Diniz de Oliveira, advogado do Diniz, Mendes, Maricato e Advogados Associados (DMM Advogados) - novidade londrinense do anuário este ano - acredita que um atendimento voltado às necessidades do cliente, focado no que será eficaz para ele, com assessoria preventiva, é o diferencial que pode ter levado o escritório a ser mencionado no anuário. Mas ele salienta que o maior reconhecimento vem dos clientes. "Não é o nosso objetivo maior estar em uma publicação como esta, mas que o cliente reconheça nosso trabalho como de excelência."

Entre os escritórios especializados, o londrinense Benedetti foi lembrado no Direito Previdenciário. Para o advogado Fernando Benedetti, a área previdenciária, na advocacia, é a que mais cresce na cidade, mas também a que apresenta mais dificuldades para encontrar especialistas. A equipe altamente especializada é um dos fatores que, na sua opinião, levaram o escritório a obter o reconhecimento.

Do Paraná, fora a Capital, apenas Londrina, Cascavel, Mandaguari e Apucarana apareceram no anuário. Para os entrevistados, a qualidade dos profissionais de Londrina é que abriu espaço para o destaque em um anuário de abrangência nacional.

#### ESCRITÓRIOS

##### Par número de advogados

Colocação	Nome da Sociedade	Total advogados
1	Grassano & Associados	17
2	Benedetti Advocacia	8
3	DMM Advogados	4
4	F. Theophilo Advocacia Empresarial	4

#### OS ESCRITÓRIOS REGIONAIS - PARANÁ

Grassano & Associados	Londrina
Benedetti Advocacia	Londrina
DMM Advogados	Londrina
F. Theophilo Advocacia	Londrina
Vanzo Advogados	Cascavel
Carrasco, Giraldelli	Mandaguari
Advocacia Roldy & Miliari	Apucarana

exceto a capital

Fonte: Análise Advocacia 500 - Os Escritórios e Advogados Mais Admirados do Brasil

Folha Adu



30 DEZ 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### Justiça gaúcha confirma retorno de policiais

**Curitiba** - O delegado-geral, Marcus Vinícius Michelotto, lamentou ontem o indeferimento da Justiça do Rio Grande do Sul, quanto à solicitação do secretário de Segurança do Paraná, Reinaldo de Almeida Cesar, pelo retorno ao Paraná dos três investi-

gadores do Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial (Tigre), presos desde a última semana,

por uma determinação da 1ª Vara Criminal de Gravataí. Michelotto já havia se manifestado contra a prisão dos policiais, o que considerou uma "decisão precipitada e desnecessária".

Na semana passada, os policiais entraram em confronto com um policial da

Brigada Militar, quando levantavam informações sobre o paradeiro de dois em presários paranaenses, sequestrados na região de Porto Alegre. O episódio terminou com a morte do brigadiano, fato lamentado profundamente pela Polícia Civil do Paraná. "Apesar dos esforços do secretário Rei-

naldo (de Almeida Cesar, da Segurança Pública), infelizmente o Judiciário do Rio Grande do Sul

indeferiu os pedidos", lamentou Michelotto.

Na última terça-feira, o secretário de Segurança do Paraná, Reinaldo de Almeida Cesar, havia solicitado, através de ofício à Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul, o retorno dos policiais paranaenses para Curitiba.

*Delegado-geral  
do Paraná  
lamentou  
a decisão*

30 DEZ 2011

## FOLHA DE LONDRINA

# Obra é desembargada

De acordo com o juiz federal da 2ª Vara de Londrina, Gilson Luiz Inácio, as obras de transposição de linha férrea que liga as avenidas José de Lima Castro e Clarisse de Lima Castro, no Jardim Nove Olinda (Zone Oeste), foram desembargadas no dia 13 de dezembro. Na edição de ontem a FOLHA noticiou os transtornos que obras embargadas estão causando aos londrinenses.

Durante conversa com os moradores, os mesmos afirmaram não ter havido mudança nas condições da obra sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit). Segundo Inácio, informações sobre o desembargo foram dadas às partes do processo e talvez os moradores ainda não tivessem sido informados.

"Como o município e o Dnit trouxeram dados que comprovam a regularidade da obra, fizemos o desembargo. Qualquer transtorno pelo atraso da obra agora será de responsabilidade do Dnit ou da empresa que está executando a construção e não mais da Justiça", destacou.

Ainda de acordo com Inácio, o prazo para o Dnit terminar os reparos nas casas é 15 de março do próximo ano. A justificativa de um prazo mais estenso é que algumas atividades poderiam desencadear novos danos e portanto precisam ser terminadas antes das reformas. "De toda maneira, os moradores poderão reportar à Justiça novos problemas durante as obras."

O escritório regional do Dnit foi procurado novamente pela reportagem e, apesar de, segundo Curitiba, não estar em recesso, ninguém atendeu as ligações.

31 DEZ 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### Cronograma para esvaziar cadeias

Curitiba – A secretária estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, anuncia na próxima segunda-feira o cronograma de abertura de novas vagas no sistema penitenciário para acabar com a superlotação de cadeias no interior do Paraná. O anúncio será feito em Paranaguá, onde ela acompanhará a última transferência de presos de cadeias do Litoral para o Sistema Penitenciário de Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba).

Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria de Justiça do Estado, 653 presos do Litoral foram transferidos para Piraquara ao longo deste ano. Em janeiro de 2011 havia 702 pessoas presas nas cadeias e delegacias de polícia dos municípios de Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá, mais do que o dobro da capacidade prevista. Os detentos transferidos já tinham sido denunciados à Justiça. Permanecerão

apenas as pessoas presas nos últimos dias e ainda não denunciadas.

Na segunda-feira, Maria Tereza Uille Gomes vai explicar à imprensa como esse processo será repetido em 2012, desta vez nas cadeias de outras regiões do Paraná. A intenção é diminuir a superlotação das prisões e liberar os policiais que estão custodiando presos para se dedicarem à função de dar segurança à população.

## INFORME

### Balanço do STF

Estatísticas do Supremo Tribunal Federal (STF), elaboradas pela Assessoria de Gestão Estratégica, apontam que o acervo de processos na corte teve uma redução de aproximadamente 20 mil processos em um ano. Atualmente, tramitam na corte 67.398 processos. No mesmo período de 2010, havia 21.303 processos a mais, totalizando a quantia de 88.701 ações no acervo.

# FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

01 JAN 2012

## STF sem função

O presente de Natal do cidadão de bem deste país foi de que o crime do mensalão vai prescrever. Todos serão salvos. Resta saber como reagirá a sociedade que sempre espera por justiça da Casa (STF) de onde o notório saber jurídico dá sinais de que cozinhou o galo para o final feliz. Sinceramente é de dar náuseas ler tal decisão. Pelo que se lê, o advogado Marcio Thomas Bastos é o mentor da tese. Por que então não fechar o STF se os ministros que lá estão não têm capacidade para decidir e precisam ser orientados pelo dr. Marcio?

**IZABEL AVALLONE** (professora) - São Paulo

# FOLHA DE LONDRINA

## CLÁUDIO HUMBERTO

**Calmon passa bastão do CNJ em setembro**

**03 JAN 2012**

Alçada à condição de "heroína" da luta contra a corrupção e a impunidade, a corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Eliana Calmon, ficará no cargo por mais nove meses. Terminado o mandato de dois anos em setembro de 2012, a ministra voltará a atuar integralmente no Superior Tribunal de Justiça, onde ficará até novembro de 2014, quando fará 70 anos e terá que pendurar a toga.

### **Pela ordem**

Deverá assumir a corregedoria o ministro do STJ Francisco Falcão (PE). Nomeado por FHC, foi assessor especial de Marco Maciel (DEM).

### **Banho-maria**

O Supremo Tribunal Federal deve esperar a saída de Eliana Calmon da corregedoria para decidir sobre o esvaziamento dos poderes do CNJ.

### **Reciclagem**

Já nos preparativos para as eleições municipais de 2012, o TSE quer adquirir 500 impressoras para confecção de títulos de eleitor no país.



# FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

1.710 juizes Investigados

04 JAN 2012

Até 14 de novembro havia 693 magistrados sob investigação. Em menos de um mês depois eram 1.710 e tudo por obra e graça dos tribunais e não do CNJ que apenas criou, com suas inspeções, o clima indutório. Isso põe em cheque as declarações da cúpula que tenta esvaziar o CNJ.

## INFORME

### Afastamento de 31 vereadores

As promotoras de Justiça Rita Tourinho, Heliete Viana e Cristina Seixas, do Ministério Público (MP) da Bahia, ingressaram com ação civil pública pedindo, liminarmente, o afastamento de 31 dos 41 vereadores de Salvador. Eles são acusados pelo MP de improbidade administrativa, por aprovarem, por meio de emendas, artigos de um projeto de lei suspenso por ordem judicial.

### Manobra ilegal?

De acordo com o MP, os vereadores usaram uma "manobra ilegal" para inserir, na votação do projeto de lei 446/2011, que tratava de alterações na Lei de Ordenamento e Uso e Ocupação do Solo (Louos) de Salvador, no último dia 29, dez emendas originárias do projeto de lei 428/2011, chamado de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da Copa, suspenso liminarmente desde o dia 23, por decisão da 5ª Vara de Fazenda Pública. O PDDU da Copa trata, entre outros, da polêmica elevação do gabarito para construções na orla de Salvador para até 54 metros e da criação de novas áreas hoteleiras na cidade.

■ Segundo o presidente da Câmara, Pedro Godinho (PMDB), porém, não houve ilegalidade, porque a Casa não havia sido oficialmente notificada sobre a decisão judicial até o dia da votação da Louos.

## OPINIÃO DO LEITOR

### Crise no Judiciário

Juizes, desembargadores e ministros estão tentando crucificar a ministra Eliana Calmon, corregedora do CNJ, com afirmações mentirosas e enganosas, com o intuito de quebrar a sequência de bons trabalhos efetuados pelo Conselho. Dotados de extremos poderes e acostumados com a invulnerabilidade, intermediária da corrupção e impunidade, não admitem que alguém possa investigar sua conduta ética, moral e profissional. Estamos do lado da dra. Eliana que luta bravamente para manter em atividade o bom desempenho do CNJ.

HABIB SAGUIAH NETO (aposentado) - Maratázes (ES)

FOLHA DE LONDRINA

Em 2012, 04 JAN 2012

# Senado discute papel do CNJ e homofobia

Propostas polêmicas já debatidas no ano passado voltam à pauta da Casa após o recesso parlamentar

São Paulo - Matérias que esquentaram as discussões no Senado em 2011 retornam à pauta dos senadores em 2012. Entre elas está a proposta que disciplina o poder do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e um novo projeto de lei para tratar da homofobia. As informações são da Agência Senado. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concentrará alguns dos principais debates do primeiro semestre de 2012, inclusive a PEC do CNJ.

O texto de autoria do senador Demostenes Torres (DEM-GO) torna mais clara a competência do CNJ para processar e punir juízes. A proposta ganhou destaque em dezembro depois da liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Melo, do Supremo Tribunal Federal (STF), restringindo os poderes do conselho. Com a decisão, os conselheiros não podem mais iniciar investigações, sendo autorizados a atuar apenas em processos já abertos pelas corregedorias dos tribunais que estejam paralisados. O STF ainda vai julgar o mérito das restrições

Na última sessão da CCJ, senadores pressionaram para que a PEC pudesse ser votada em 2011, a fim de devolver ao CNJ o poder pleno para investigar magistrados. No entanto, um requerimento para realização de audiência pública sobre o tema, com participação da corregedora do CNJ, ministra Eliana Calmon, foi motivo de adiamento da discussão para 2012.

Segundo o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), a matéria será votada assim que seja realizada a audiência pública. Desse debate devem participar ainda ex-ministros do STF e representantes de entidades dos magistrados.

## Homofobia

Na Comissão de Direitos Humanos, o Senado dará continuidade à discussão do projeto de lei da Câmara, mais conhecido como a lei anti-homofobia. O projeto criminaliza a discriminação motivada na orientação sexual ou em identidade de gênero da pessoa discriminada. O texto altera o Código Penal e a Lei do Racismo para incluir orientação sexual no rol de

discriminações criminosas como pela cor de pele, etnia, origem nacional ou religião.

O projeto estava previsto para ser votado na comissão em dezembro. Mas percebendo a falta de entendimento entre os senadores e o risco de seu relatório ser rejeitado, a senadora Marta Suplicy (PT-SP) preferiu adiar a apresentação para 2012 para ganhar mais tempo para elaborar um texto que contemple o segmento religioso, mantendo a punição a comportamentos violentos e a intolerância contra gays.

05 JAN 2012

## FOLHA DE LONDRINA

# A "fila" judicial da saúde

No ano de 2003, a rotina da família Biscaila foi transformada pela chegada do terceiro filho, Pedro Henrique. Minutos após o nascimento, os pais Marlei e Claudenir descobriram que Pedro apresentava problemas cardíacos e precisava passar por uma cirurgia complexa. Durante o procedimento, ele teve uma insuficiência respiratória que lhe causou problemas neurológicos e uma paralisia diafragmática.

Ele passou quatro anos e meio no hospital, foi para casa, mas depende do aparelho para respirar. Hoje, a família de Pedro busca na Justiça um marca-passo diafragmático no valor de R\$ 378 mil. O processo tramita na Justiça Federal.

Assim como a família de Pedro, milhares de pessoas aguardam uma decisão judicial na área da saúde. Segundo dados do Ministério da Saúde, os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) com as ações judiciais saltaram de R\$ 170 mil em 2003 para R\$ 132 milhões em 2010 e um levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) identificou mais de 240 mil processos judiciais em tramitação, relacionados ao setor de saúde no ano passado.

A maioria, de acordo com o Ministério da Saúde, são pedidos relacionados a medicamentos. No Paraná, segundo a assessoria do Ministério Público Estadual, de 1º de outubro de 2010 a 6 de dezembro de 2011, foram instaurados 1.877 inquéritos civis e procedimentos preparatórios a respeito da área de saúde, ficando atrás somente das ações de patrimônio público, com 3.897.

### Demanda

De acordo com o promotor da Proteção de Saúde Pública de Londrina, Paulo Tavares, a maior demanda das ações ajuizadas em 2011 é relacionada a medicamentos. Das 73 ações citadas por ele, 53 se referem à assistência farmacêutica. "Também existem demandas envolvendo próteses, suplementos alimentares e outros, mas a maior parte realmente é de medicamentos."

O promotor diz que também há uma demanda, porém bem menor, de pacientes que necessitam de atendimento intenso em casa e, por isso, precisam ser inseridos no programa do sistema de internação domiciliar. A maior parte, segundo ele, está relacionada à oxigenoterapia (procedimento para pacientes que necessitam de aparelho de oxigênio). "Quando não conseguimos resolver na esfera administrativa, temos que ingressar com a ação. Hoje, em relação à oxigenoterapia existem seis procedimentos em andamento."

Em relação ao volume de ações civis públicas envolvendo o SUS, o promotor defende que apenas os usuários do SUS têm direito aos medicamentos, serviços, próteses, etc. "Nós temos que preservar o SUS e deixá-lo para os seus usuários, que são aqueles que seguem as regras e ao fluxo do sistema. Acho que talvez o próprio Judiciário e muitas vezes uma boa parcela do Ministério Público ainda não se conscientizaram da importância e necessidade dos pacientes ingressarem no sistema para que eles possam se beneficiar das vantagens e dos recursos que o SUS oferece", defende.

Para Tavares, teria que haver um esgotamento inclusive judicial em relação aos planos de saúde, pois muitos pacientes acabam migrando para o SUS. "Às vezes, me causa um pouco de estranheza o fato da pessoa pagar durante muito tempo um plano de saúde e, ao se deparar com uma situação, esquece o plano e migra para o Sistema Único de Saúde. Isso arreventa o sistema", completa.

Porém, ele explica que já está havendo uma movimentação por parte do governo federal, no sentido de viabilizar a questão legal, para que essas despejas sejam custeadas pelos planos de saúde que receberam durante muito tempo do conveniado.

05 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

# Em 2012, mensalão é destaque no STF

**Brasília** - O Supremo Tribunal Federal (STF) começa 2012 tendo de resolver uma crise institucional que questiona os poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a tarefa de tratar temas espinhosos, como a descriminalização do uso de drogas e o aborto de fetos anencéfalos. Os ministros sabem, no entanto, que a imagem do tribunal dependerá de apenas um julgamento - o do mensalão. Em sua reta final, o processo sobre o maior escândalo do governo Lula, revelado pela Folha de S.Paulo em 2005, estará nas mãos do ministro revisor da ação, Ricardo Lewandowski. Recentemente, Lewandowski declarou que alguns crimes imputados aos réus devem prescrever.

Para tentar agilizar o julgamento, o ministro Joaquim Barbosa, relator da ação penal, liberou seu relatório sobre o caso no último dia de trabalho do STF de 2011 e avisou que seu voto está praticamente pronto. Os ministros, porém, só devem se debruçar sobre o tema a partir de fevereiro.

## Segundo semestre

Ministros ouvidos pela reportagem avaliam que a análise do caso mensalão, tratado por eles como o mais complexo da história do STF devido ao número de investigados, deverá começar no início do segundo semestre, quando Cezar Peluso já terá passado a cadeira de presidente para Carlos Ayres Britto

Ayres Britto assumirá o posto em abril e ficará no cargo por menos de um ano, já que completa 70 anos em novembro e deverá se aposentar compulsoriamente. Mesmo assim, ele quer que o mensalão seja julgado ainda em sua gestão, provavelmente quando a campanha das eleições municipais já estiver em curso.

Fora isso, ele pretende levar ao plenário outros temas polêmicos, como a legalização do aborto de fetos anencéfalos, pronto para ser analisado, e assuntos como as cotas para negros em universidades públicas e a validade da Lei da Ficha Limpa, que poderá impedir já em 2012 a candidatura de políticos condenados pela Justiça.

## Aposentadoria

O primeiro compromisso do STF em 2012, no entanto, é analisar duas liminares, uma de Marco Aurélio Mello e outra de Lewandowski - o primeiro esvaziou os poderes do CNJ de investigar magistrados, e o segundo suspendeu o trabalho da corregedoria sobre movimentações financeiras atípicas de juizes e servidores do Judiciário.

Mesmo com tantos julgamentos polêmicos, o ano poderá ser mais curto. Além de Ayres Britto, Peluso deverá se aposentar também devido à idade. Sua saída

está marcada para o início de setembro, mas ele pode antecipá-la.

A partir de então, o STF volta a ficar com cadeiras vazias - o que aconteceu em quase todo 2011 e que prejudicou os trabalhos no tribunal - e aguarda a indicação de novos ministros por Dilma Rousseff.

**Análise sobre o maior escândalo do governo Lula deve começar no início do segundo semestre**

# FOLHA DE LONDRINA

MAURO VASNI PAROSKI 06 JAN 2012

## Por um Judiciário fortalecido

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem por função o controle administrativo-financeiro dos tribunais e o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes. Ao ministro-corregedor do CNJ cabe, entre outras atividades, receber reclamações e denúncias relativas a magistrados e serviços judiciários e exercer funções de inspeção e correição geral. Para tanto, certamente ao CNJ devem ser atribuídos amplos poderes de investigação e reunião de provas. Parece cristalino que sua atuação correicional deve ser subsidiária e complementar à das corregedorias dos tribunais. Aliás, estas últimas funcionam de cima para baixo, mas não o inverso.

Quase não se ouve falar de desembargadores, ministros de tribunais superiores e de dirigentes de tribunais investigados e punidos. Nesses casos, o CNJ deve agir, já que inexistente outro órgão de controle. Seria desonesto negar que há corrupção no Judiciário. Seria leviano afirmar que a corrupção é generalizada. O índice de desvios de conduta é bem pequeno.

A maioria, honesta, não pode e nem deve ser contra a apuração dos fatos, a exemplo de suspeita de evolução patrimonial incompatível com a renda

ou de movimentações financeiras atípicas. Juiz não nasce juiz. Torna-se juiz depois de aprovado em concurso público e empossado, mas não deixa de ser cidadão. Tem tanto interesse quanto o restante da sociedade no afastamento dos cargos públicos daqueles que são corruptos.

O controle administrativo-financeiro e o controle disciplinar dos juizes, sob certo enfoque, são sinais de entranquecimento da autonomia dos tribunais, porém, justificado historicamente pelos fatos.

A atuação do CNJ, em sua atividade correicional, tem sido transformadora, rompendo tradição secular, quebrando o histórico e nefasto corporativismo, cuja defesa intransigente atinge a credibilidade da própria instituição (Judiciário). Causa desconforto, porque desvela o véu que encobre toda sorte de si-

tuações que não mais podem ser toleradas pela sociedade. Este processo de purificação, revelando as mazelas do Judiciário, é tão doloroso quanto inadiável, contribuindo para o seu aprimoramento.

Juiz honesto não pode ser contra o CNJ, tão-somente pelo apego incondicional à garantia do sigilo fiscal e bancário. Este direito, assim como qualquer outro, não é absoluto, devendo ceder diante de interesse público de maior envergadura, que sempre deve ter supremacia quando em confronto com direito individual.

Não se está a defender uma irresponsável e leviana quebra de sigilo fiscal e bancário, de forma generalizada e indiscriminada. Isso significa dizer que os excessos devem ser evitados e rechaçados. Não se pode igualar o particular aos membros de

poder ou agentes públicos em geral quando se analisa o direito individual ao sigilo. Para estes últimos, deve ser mitigada a tutela desta garantia constitucional, quando necessário, inclusive para reconhecer esta possibilidade em processos administrativos.

Do juiz, a lei exige conduta exemplar na vida pública e privada, assim como dos integrantes dos demais Poderes da República, embora nem sempre isso se concretize. Notícias sobre as investigações levadas a cabo pelo CNJ podem, num primeiro momento,

ferir a imagem do Judiciário. Todavia, conseguir punir os culpados, fortalece o Judiciário e a Magistratura, melhorando seu prestígio e respeito perante a sociedade.

Não se pode compartilhar de ações que visam coarctar o CNJ, com base no "sacrossanto" direito ao sigilo que, se elevado à condição de valor absoluto, pode servir, ao final, para acobertar os desonestos e corruptos. Conclui-se que uma das formas de fortalecer o Judiciário é expurgar dos seus quadros os membros que o contamina, evitando-se, porém, os excessos danosos.

**6 Uma das formas de fortalecer o Judiciário é expurgar dos seus quadros os membros que o contamina, evitando-se, porém, os excessos danosos**

**MAURO VASNI PAROSKI**  
é especialista e mestre em Direito pela UEL e juiz do Trabalho em Londrina

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

MP e a população

06 JAN 2012

O Ministério Público (MP) do Paraná iniciou uma pesquisa sobre a imagem que a população tem da instituição. Até o fim da próxima semana, cidadãos de 33 municípios paranaenses serão ouvidos pelos pesquisadores. Os participantes foram selecionados a partir de critérios socioeconômicos e culturais de cada região. A pesquisa pretende avaliar até que ponto a população conhece o MP e se beneficia do trabalho desenvolvido pela instituição. Para isso, os pesquisadores irão verificar, entre outras questões, o nível de confiança na atuação do MP, aspectos relativos ao acesso da sociedade à instituição e à qualidade de seu atendimento.

### Conhecer demandas

Além de avaliar a imagem do MP, a pesquisa resultará num levantamento regionalizado de informações referentes às demandas da população em áreas coletivas, como saúde, educação, segurança pública, direitos de crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência. Estes dados deverão facilitar o mapeamento das prioridades na atuação do MP.

07 JAN 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### Professor vai processar policial por racismo

Londrina - O professor de História do Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), Valdecido Pereira da Silva, vai processar um policial civil pelo crime de racismo, supostamente ocorrido no dia 28 de dezembro em um supermercado na Rua Brasil, na Área Central de Londrina. A audiência já foi marcada para o dia 10 de fevereiro.

Segundo o relato do professor, ele estava na fila do caixa eletrônico dentro do estabelecimento quando foi acusado pelo policial à paisana de tentar visualizar a senha dele. O desentendimento terminou com trocas de agressões verbais e físicas.

Ainda conforme Silva, quando ele utilizava o caixa eletrônico, o policial retornou ao local e com uma arma e o levou ao 1º Distrito Policial, onde foi registrado Termo Circunstanciado de Infração Penal, acusando o professor de agressão física.

A gestora de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Maria de Fátima Beraldo, se reuniu ontem com o Centro de Direitos Humanos (CDH) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para definir as medidas cabíveis para o caso.

Além da assistência jurídica, Maria de Fátima informou que a Gestão de Igualdade Racial vai oferecer à vítima acompanhamento psicológico.

# FOLHA DE LONDRINA

CLODOMIRO JOSÉ BANNWART JÚNIOR

## Os Poderes da República

08 JAN 2012

O poder no Estado Democrático de Direito vale-se do princípio de freios e contrapesos - checks and balances - que deita raiz na teoria política do Barão de Montesquieu. O Estado brasileiro acolhe constitucionalmente a divisão de poderes exercidos de forma tripartite pelo Executivo, Legislativo e Judiciário.

Não menos importante a separação dos poderes é a avaliação da qualidade da atuação dos afores estatais que fazem avançar ou regredir as instituições democráticas. O ano de 2011 deixou algumas marcas que permitem alinhar algumas considerações a respeito.

No Executivo, o primeiro ano da presidente Dilma foi marcado negativamente do ponto de vista político, sopesando que o seu governo perdeu seis ministros sob acusação de corrupção. Ainda assim, a presidente usando a estratégia de administradora técnica e intolerante com a corrupção, conseguiu a façanha de chegar ao final do primeiro ano de mandato com índices estratosféricos de aprovação popular.

Contudo, permanece a questão: enquanto gestora técnica, como gosta de se apresentar à sociedade, a presidente Dilma não deveria ter escotido os seus ministros por meio de seleção criteriosa, mais técnica e menos política? Consta que a composição ministerial, grosso modo, foi herança deixada por Lula, resultado de seu esforço e interferência no mosaico partidário para fazer a sucessora. A anunciada reforma ministerial para o início de 2012 é momento de a presidente mostrar, de fato, a sua inflexibilidade com os esquemas de corrupção que, aninhados sob as pastas de seus ministérios, corromperam a imagem do governo.

No Legislativo, o País assistiu ao nascimento de mais um partido político, o PSD. De saída, sob a suspeita de haver coletado assinaturas falsas para a sua criação, o PSD mostrou insossa a sua bandeira ideológica, deixando revelar em seguida a sua face pragmática. O partido contribuiu para retirar os parlamentares da oposição que, insatis-

feitos, percebiam definhando, a cada eleição, o discurso oposicionista. Resultou dessa manobra, a colocação do PSD como quarto maior partido na Câmara dos Deputados - com o detalhe de compor a base de apoio governista. No computo geral, a oposição no Legislativo Federal passou a ter uma representação minguada de apenas 17,5%, o que a impede de viabilizar, a contento, qualquer tentativa de fiscalização mais acurada ou instauração de CPI na Casa. O saldo é um Legislativo enfraquecido e facilmente cooptado pelo Executivo.

No Judiciário, quase no apagar das luzes do ano, foi estampado o alto grau de compadrio que permeia este poder, que é o menos discutido e tematizado pela sociedade. O Judiciário sempre se vale de discursos rubricados de tecnicismo, uma espécie de reserva de mercado linguístico, que

permite manter seus atos blindados quanto às possíveis críticas que possam brotar na esfera pública. Posturas e decisões judiciais que para o cidadão comum parecem se distanciar da moralidade são plenamente justificadas com perorações processuais e legais, ainda que cavadas hermeneuticamente, a cada milímetro, nas brechas da lei. O Judiciário, que deveria contribuir para o fortalecimento dos elementos basilares da democracia, como transparência e publicidade, parece deles se afastar

**Espera-se que em 2012 os Poderes da República se empenhem primeiramente em combater a corrupção, o pragmatismo e o corporativismo que deixaram visível à sociedade em 2011.**

para preservar o corporativismo que lhe é peculiar.

Ainda que resulte preocupante a interferência mútua dos poderes como quase sempre tem ocorrido, seja com a edição indiscriminada de Medidas Provisórias pelo Executivo ou elevado número de CPIs instauradas no Legislativo, espera-se que em 2012 os Poderes da República - Executivo, Legislativo e Judiciário - se empenhem primeiramente em combater a corrupção, o pragmatismo e o corporativismo que, respectivamente, deixaram visível à sociedade em 2011. Aliás, três ingredientes péssimos para a democracia e para o país.

**CLODOMIRO JOSÉ BANNWART JÚNIOR**

é professor de Ética e Filosofia Política na Universidade Estadual de Londrina



FOLHA DE LONDRINA

# Mudança na AL foi 'de fachada', 08 JAN 2012 avalia especialista

**Nova direção da Casa teria reconhecido problemas, mas avanços reais só seriam possíveis com troca de grupo político**

**Curitiba** - Depois dos escândalos de desvio de dinheiro público e contratação de funcionários fantasmas que tomaram conta dos debates em torno da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná em 2010, a nova gestão do Legislativo estadual assumiu com o discurso de "moralização" e "mudanças profundas" a serem feitas pela Casa. Eleito presidente em 2011, o deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB) resolveu impor seu estilo desde o primeiro dia, com a ocupação do prédio da AL por cerca de 150 policiais militares.

Na análise do cientista político e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Ricardo Oliveira, apesar do discurso constante, não houve tanta mudança assim. "A nova gestão reconheceu uma série de graves problemas que a Casa enfrenta, tanto que o Legislativo passou a ser caso de polícia (com o cerco da Polícia Militar na AL). Depois, vigorou a filosofia de que é preciso mudar as coisas para que as coisas permaneçam como estão. Foi apenas um jogo de fachada para manter toda a estrutura de poder da AL", acredita.

O professor embasa seu posicionamento a partir da composição da mesa diretora da AL e os deputados que foram designados para as principais comissões do Legislativo. "Isso é visível na mesa diretora e nas comissões, principalmente quando o ex-presidente da AL Nelson Justus (DEM) fica presidindo a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Nenhum deputado foi responsabilizado pelas denúncias do ano passado. A AL continua como sempre esteve. Não acontece nada porque são os mesmos que estão no poder", opina ele, que defende que a AL faça concursos públicos para contratar funcionários e minimizar o problema com os comissionados.

## **Mudança no PMDB**

O principal movimento político do ano dentro da AL ocorreu com a migração do PMDB para a bancada de apoio ao PSDB de Belo Richa, esvaziando a oposição dentro da Casa. Esse "adesismo" é criticado pelo cientista político e professor da UFPR Emerson Cervi. "Não foram discutidas as ideias com o PMDB, foi um adesismo em função de coisas que não vêm a público e que enfraquecem o debate

político. A opção dos nossos parlamentares é pelo adesismo e, com isso, transforma o Legislativo em um apêndice do Executivo, o que não é privilégio da AL, acontece dos níveis municipais até o federal", avalia.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

### Mesmo grupo

Em relação às mudanças efetivas da AL, Emerson Cervi ressalta que as alterações, embora administrativas, não têm necessariamente ligação com a prática legislativa em si.

"As mudanças não foram poucas, mas se deram em âmbito interno. Historicamente, a AL tinha sido apropriada, do ponto de vista da administração, por grupos privados de parlamentares e funcionários, que utilizavam a AL como moeda de troca, algumas vezes ilegal. Pelo menos nas últimas duas décadas, todo mundo que passou pela presidência da AL está direta ou indiretamente ligada a esse processo de apropriação", sustenta o professor. Para ele, esse processo chegou ao seu ápice no início deste ano, com funcionários de baixo escalão pressionando integrantes da mesa diretora para manter seus privilégios e benefícios. "Então, grupos da própria estrutura resolvem acabar com essa prática e essa lógica. É uma mudança que tem impacto nas finanças públicas", diz.

Outra característica importante de se avaliar durante este ano na AL, de acordo com Cervi, é que as mudanças foram causadas de dentro para fora, e não por substituição do grupo que estava no poder. "Não foi uma invasão barbara. E exatamente o mesmo grupo, porque na AL não há oposição política. O que existe é situação e oposição em relação ao governo, mas dentro da AL é um grande 'quintalão', são todos similares, que se reconhecem como parte de um mesmo grupo", afirma.

08 JAN 2012

17 DEZ 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### 700 mil processos no sistema

O Projudi, sistema de processo digital do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), encerra o ano de 2011 ultrapassando a marca de 700 mil processos eletrônicos cadastrados. O balanço foi divulgado ontem pelo TJ-PR.

Em dois meses de utilização, já tramitam mais de 2,6 mil Cartas Precatórias Eletrônicas no sistema, o que, segundo o TJ-PR, garante mais agilidade aos processos, reduz custos, tempo de tramitação e facilita a comunicação entre os juízos.

Através da integração com a Procuradoria Geral do Estado, todos os ajuizamentos de Execuções Fiscais passam a ser realizados digitalmente, nas comarcas em que o Projudi está implantado na competência de Varas da Fazenda. Através do meio digital, foram ajuizados 2.255

execuções fiscais em 2011. Além do ajuizamento, a integração possibilita consultas processuais de distribuição, movimentação e substabelecimentos através da comunicação entre sistemas. Também está em curso a integração com diversas Procuradorias Municipais, informa o TJ-PR.

Outra novidade em andamento é a integração do sistema com a Polícia Civil e Militar do Paraná, que possibilitará a autuação e distribuição automática de processos da competência do juízo criminal, agendando automaticamente a audiência para comparecimento das partes.

Ainda há a integração com o Banco de Sentenças do Tribunal, com a publicação automática de toda sentença prolatada em autos digitais, sendo desta forma, 150.884 sentenças publicadas.

20 DEZ 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Liminar esvazia poderes do CNJ

Liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello às vésperas do recesso do Judiciário esvaziou os poderes de investigação e correição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Pela decisão, a Corregedoria Nacional de Justiça não pode instaurar investigação contra magistrados suspeitos por conta própria e deve esperar o pronunciamento das corregedorias estaduais.

Processos disciplinares abertos diretamente pelo CNJ poderão ser atingidos pela decisão. Se a liminar for mantida pelo plenário do STF, caberá aos ministros decidirem se a decisão atinge processos já abertos ou se valerá para casos futuros. O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, recorrerá da decisão. Mas o presidente do STF, Cezar Peluso, afirmou que só julgará o assunto após o recesso, em fevereiro.

O CNJ também está ameaçado por um novo processo protocolado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que quer impedir a devassa que a Corregedoria Nacional de Justiça está fazendo na folha de pagamentos do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A associação pede ao STF que julgue inconstitucional o artigo do regimento interno do CNJ que permitiria à corregedora-nacional, ministra Eliana Calmon, "requisitar a autoridades monetárias, fiscais e outras mais, como os Correios e empresas telefônicas, informações e documentos sigilosos, visando à instauração de processos submetidos à sua apreciação". Esse novo processo só deverá ser julgado em 2012. (AE / Brasília)

21 DEZ 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

**CPI** | Como era de se esperar, comissão isenta Derosso de responsabilidade nas irregularidades com publicidade da Câmara

# Deu pizza mesmo!

**P**or seis votos a três, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Municipal de Curitiba (CMC) aprovou ontem o relatório oficial elaborado pelo relator Denilson Pires (DEM). O documento aponta que realmente houve irregularidades na licitação para contratação de agências de publicidade para prestação de serviços para a Casa em 2006, mas isenta o presidente licenciado João Cláudio Derosso (PSDB) de qualquer responsabilidade.

Votaram a favor do relatório oficial os vereadores Denilson Pires (DEM), Emerson Prado (PSDB), Paulo Frote (PSDB), Nely Almeida (PSDB), Zezinho do Sabará (PSB) e Zé Maria (PPS). Os demais integrantes da comissão - Paulo Salamuni (PV), Pedro Paulo (PT) e Tito Zeglin (PDT) votaram a favor de outro relatório, elaborado pela oposição. Zeglin foi o único vereador da situação que votou contra o relatório oficial.

A principal diferença entre os dois relatórios é a responsabilização de Derosso em relação às irregularidades. De acordo com Pires, o vereador não foi apontado como culpado no relatório oficial porque a competência desta análise não cabe à CPI. "Temos apenas indícios de irregularidades, mas nada de concreto, pois não temos autonomia para pedir extratos bancários e telefônicos e, portanto, não temos instrumentos para nos aprofundarmos na investigação. Quem tem esse poder é o Ministério Público do Paraná (MP-PR) e é por isso que queremos que o órgão indique os culpados", explicou.

Para Pedro Paulo, entretanto, "ele era responsável pelos contratos e, portanto, também era responsável pelas irregularidades cometidas". Salamuni concordou. "É claro que cabe ao MP e à Justiça a responsabilização civil e criminal, mas a responsabilização política tem que ser feita pela Casa", opinou. Apesar de o relatório oficial ter sido aprovado pela maioria dos integrantes da CPI, o documento paralelo deve ser anexado a ele para ambos serem encaminhados ao Ministério Público para análise. Pedro Paulo ainda reclamou que os vereadores não avaliaram as consequências de aprovar um relatório incompleto.

Segundo Pires, isso poderia ter sido feito anteriormente se os vereadores da oposição tivessem enviado suas sugestões durante a elaboração do relatório oficial, o que não teria sido feito. Derosso não acompanhou a sessão final da CPI. Além dos nove integrantes da comissão, apenas quatro vereadores da oposição participaram da reunião: Jonny Stica (PT), Professora Joyete (PT), Algaci Túlio (PMDB) e Noêmia Rocha (PMDB).

24 DEZ 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Juíza manda desocupar entorno da prefeitura

A Justiça determinou que manifestantes desocupem as áreas no entorno da prefeitura de Curitiba, das secretarias da Saúde e de Recursos Humanos e da residência do prefeito Luciano Ducci. Em decisão liminar ontem, a juíza de direito substituta Carolina Delduque Sennes Basso, do Plantão Judiciário do Foro Central, mantém o município na posse das áreas e também determina que os manifestantes desmontem qualquer construção ou estrutura que tenham instalado nos locais.

A liminar se refere à ação de um grupo de servidores da saúde e representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sismuc) que tem obstruído os referidos locais com barracas, colchões, tendas e outros objetos, além de promover manifestações intensas e ruidosas, além de estacionar caminhão de som em locais proibidos. Para o caso de nova turbacão, foi fixada pela Justiça multa diária de R\$ 10 mil.

No despacho, a juíza afirma: "É certo que a Constituição Federal assegura o direito à livre associação, à manifestação do pensamento e à realização de reuniões pacíficas em



Depois das ruas, a prefeitura.

locais abertos ao público. Mas a mesma Carta também assegura o direito ao livre exercício de qualquer trabalho e o direito de ir e vir de qualquer cidadão.

As manifestações promovidas pelo Sindicato-réu, em uma análise preliminar, vêm prejudicando o acesso dos cidadãos às dependências da prefeitura, impedindo a livre circulação dos veículos nas regiões centrais da cidade e, ainda, causam incômodo aos cidadãos que residem em locais próximos àqueles nos quais as manifestações são feitas", conclui

26 DEZ 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### STF apaga registro de 89 ações penais

O Supremo Tribunal Federal (STF) apagou de seus registros de processos 89 das cerca de 330 ações penais propostas contra autoridades desde 1990. O expurgo no sistema de acompanhamento processual foi determinado pelo presidente do STF, ministro Cezar Peluso, sob a justificativa de impedir a violação da intimidade dos réus. Foram retirados casos que deram em absolvição; ações que demoraram a ir a julgamento e o crime prescreveu; e até ações que foram remetidas a outras instâncias do Judiciário porque o réu perdeu o direito a foro privilegiado.

Após levantamento dos casos, alguns números que identificam os processos não apareciam. São casos que já passaram pela Corte. As ações que ainda tramitam no Supremo permanecem disponíveis para consulta. Esta não é primeira restrição imposta na gestão de Peluso. Ele já implantou a regra de só identificar pelas iniciais os investigados em inquéritos no STF. No caso das ações penais, adotou nova interpreta-

ção da resolução editada ainda na gestão da ministra Ellen Gracie na presidência da Corte. A resolução criou regras para emissão de certidões de antecedentes e informações eletrônicas do STF. Pela norma, uma pessoa que já foi absolvida, teve o inquérito contra si arquivado ou a ação penal trancada, ou ainda foi condenada apenas a pagamento de multa, tem direito a uma certidão de "nada consta" do STF.

#### Processos

A partir de julho, depois de analisar e atender a um pedido administrativo para retirar do site um inquérito já arquivado, o STF passou a adotar o entendimento para os demais processos criminais. Ou seja, o "nada consta" das certidões, previsto na resolução, passou a valer como um "nada a constar" no site da Corte. Sequer o número do processo aparece no sistema público de acompanhamento do STF. Com isso, não é mais possível procurar a ação no sistema onde são informados os nome dos réus e toda a tramitação da ação até a última decisão proferida pela Corte. Todos são processos públicos.

27 DEZ 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Conversores proibidos

cialização dos decodificadores".

A Justiça Federal anunciou ontem a proibição da venda e importação de aparelhos que burlam o sinal de operadoras de TV por assinatura. Com estes aparelhos, os usuários poderiam ver muito mais canais que o plano contratado.

O processo foi movido por várias instituições ligadas à empresas de TV por assinatura como: Abta (Associação Brasileira de Televisão por Assinatura), Seta (Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Televisão por Assinatura) e o Sincab (Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Sistemas de TV por Assinatura e Sistemas Especiais).

Pelo parecer da Justiça Federal, as operadoras de TV por Assinatura enfrentam concorrência "ilegal e desleal advinda da massiva importação, divulgação e comer-

#### Infração

Com a decisão, tomada pelo juiz Marcelo Mesquita Saraiva, da 15ª Vara, em São Paulo, está proibida a importação e a comercialização de aparelhos das marcas Azbox, Azamerica e Lexus-box. De acordo com o parecer do juiz, os aparelhos conversores de sinal infringem a Lei Geral das Telecomunicações.

Segundo informações da Abta, são comercializados no Brasil aproximadamente entre 500 e 700 mil aparelhos conversores ilegais. Esses aparelhos são responsáveis pelo prejuízo mensal de R\$ 100 milhões.

No processo, há ainda uma resolução para comunicar despachantes aduaneiros e comerciantes que fazem a propaganda dos aparelhos sob a proibição dos conversores.



27 DEZ 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Cresce número de crianças em abrigos

O Brasil tem 36.551 crianças e adolescentes vivendo em abrigos ou estabelecimentos mantidos por organizações não governamentais. É o que aponta o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA), criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para monitorar as políticas de acolhimento na área da infância e juventude. O dado refere-se ao dia 12 de dezembro. Esse último levantamento indica aumento no número de crianças e adolescentes em unidades de acolhimento em comparação com o mês passado. Dados de 10 de novembro mostravam 35.894 crianças e adolescentes em abrigos e demais estabelecimentos.

A maioria dos acolhidos, segundo o levantamento mais recente, está em São Paulo (8.365). Depois em Minas Gerais (5.522), Rio de Janeiro (4.323), Rio Grande do Sul (3.790) e Paraná (2.843). Das crianças e adolescentes acolhidas, 17.232 são do sexo feminino e 19.318 do sexo masculino. Também segundo o levanta-

mento, 1.926 não tinham registro de nascimento.

#### Adoção

O Brasil tem 1.991 unidades de acolhimento. O CNCA foi instituído pelo CNJ em outubro de 2009 para consolidar os dados de todas as comarcas do Brasil referentes ao acolhimento na infância e juventude. Esse cadastro fornece o histórico de crianças e adolescentes, destituídos ou não do poder familiar que se encontram em abrigos.

O banco de dados funciona também em complemento ao Cadastro Nacional de Adoção (CNA). O sistema foi criado pelo CNJ em abril de 2008 para reunir informações sobre os pretendentes e as crianças ou adolescentes disponíveis para a adoção. O objetivo é agilizar o processo de adoção, colaborar com a construção de políticas públicas na área e traçar diagnóstico do sistema no Brasil.

Levantamento do CNA, também de 12 de dezembro, mostrou 4.932 crianças e adolescentes aptas à adoção. O número de pretendentes é quase cinco vezes maior 27.183 cadastrados.

# 28 DEZ 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Grevistas da Saúde ignoram a Justiça

Os manifestantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sismuc), CUT e servidores da saúde permanecem acampados em frente à prefeitura desde o dia 1.º deste mês, apesar da liminar expedida na sexta-feira passada pedindo a desocupação da área. No entanto, representantes jurídicos do Sismuc alegam que não receberam documento algum e, por isso, vão continuar no local.

A assessoria de imprensa da prefeitura comunicou ontem que em decisão liminar, a juíza de direito substituta Carolina Delduque Sennes Basso, do Plantão Judiciário do Foro Central, determinou que os manifestantes desmontassem qualquer construção ou estrutura em torno dos prédios municipais e desocupassem o local. O mandado teria sido entregue aos grevistas na sexta-feira à noite e, portanto, estariam em desacordo com a lei.

Porém, segundo a assessora jurídica do Sismuc, Irene Rodrigues, ninguém recebeu notificação oficial ainda. "Nenhum diretor ou advogado do Sismuc recebeu qualquer comunicado judicial com ordem de desocupação. Não estamos sabendo de nada e todas as informações que nos chegaram até agora foram através da imprensa. Vamos permanecer aqui enquanto não recebermos o documento oficial determinando a saída", explicou.

#### Multa

De acordo com a nota da prefeitura, foi fixada multa diária de R\$ 10 mil por dia de descumprimento à determinação. Os servidores entraram em greve no início do mês para reivindicar a redução na jornada de trabalho, de 40 para 30 horas semanais em cinco cargos na área da saúde. A medida beneficiaria 5,8 mil servidores da Secretaria Municipal da Saúde.

29 DEZ 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Manifestantes da Saúde levantam acampamento

A Justiça determinou a reintegração de posse dos prédios da prefeitura na manhã de ontem, onde manifestantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sismuc) estavam acampados há mais de 20 dias. Oficial de Justiça acompanhado de policiais militares entregou a ordem judicial e, em seguida, o local foi desocupado pelos grevistas.

De acordo com a procuradora do município, Claudine Camargo Bettes, o mandado de reintegração de posse foi necessário porque a prefeitura estava recebendo muitas reclamações da população, principalmente por causa do barulho dos carros de som usado pelos manifestantes. "Moradores e trabalhadores dos prédios da região reclamaram do barulho muito alto. Além disso, os funcionários municipais tinham dificuldade de acesso aos prédios da prefeitura por causa das barracas e churrasqueiras montadas no acampamento. Estava causando muito transtorno e, por isso, recorremos à Justiça", explicou.

#### **Ordem**

Segundo a procuradora, um Oficial de Justiça tentou entregar o pedido de reintegração de posse na sexta-feira à noite, mas os advogados do Sismuc se recusaram a receber o documento. Diante da recusa, a juíza determinou que o oficial retornasse ao local acompanhado da Polícia Militar para cumprir a ordem. "A juíza entendeu que o direito de protestar não poderia atrapalhar o direito de ir e vir do cidadão", esclareceu.

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Retrospectiva: a vida pela honestidade

O caso que marcou o ano veio a público em junho. A estudante Louise Sayuri Maeda, 22 anos, foi assassinada depois de descobrir que seus colegas de trabalho andavam desviando dinheiro do caixa da jogurteria em que trabalhavam, num shopping da capital. O crime ocorreu em 31 de maio e o corpo foi encontrado 17 dias depois.

Naquela noite, as funcionárias Márcia do Nascimento, 21, e Fabiana Perpetua de Oliveira, 20, além do namorado de Márcia, Elvís de Souza, 20, atraíram a estudante a uma emboscada. Louise aceitou uma carona e foi levada para uma ponte sobre o Rio Iguaçu, no final da Rua Nicola Pellanda, Campo do Santana, onde foi morta com um tiro na cabeça e jogada no rio.

### Júri

Os suspeitos estão presos. Tão logo termine o recesso do judiciário, em 6 de janeiro, a juíza Cristine Lopes, da 1.ª Vara Privativa do Tribunal do Júri, deve se pronunciar se Elvís e Márcia vão a júri popular. A defesa de Fabiana pediu exames de sanidade mental. Por isto, o processo dela foi desmembrado e será decidido à parte.

O júri que chamou a atenção, em junho, foi o de Beatriz Abagge. Ela foi condenada a 21 anos e quatro meses de prisão, no início de junho. Ela e sua mãe (Celina Abagge, que por ter acima de 70 anos, já não pode mais ser submetida a júri) são acusadas da morte do menino Evandro Ramos Caetano, em Guaratuba, em 1992. Beatriz recorreu da sentença e aguarda decisão em liberdade.

31 DEZ 2011

02 JAN 2012

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Mistérios | Nos últimos dez anos foram mais de mil desaparecimentos de crianças no Paraná.

# DOR SEM FIM

Joyce carvalho

**V**inte e duas crianças - algumas delas hoje adultas - seguem desaparecidas no Paraná. O último caso de grande repercussão não solucionado pela delegacia especializada da Polícia Civil para isto, o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride), ocorreu em 2005 em Curitiba, no desaparecimento da menina Vivian Florêncio, na época com três anos de idade. Ela e a mãe sumiram em março daquele ano. O corpo da mãe, Maria Emília Florêncio, foi encontrado cinco dias depois do desaparecimento. Mas nunca surgiu uma pista sobre o paradeiro da criança.

Policiais do Sicride atualmente se dedicam a mais um caso misterioso: o sumiço da menina Joseane Moraes, no dia 03 de dezembro, na cidade de Cambé, re-

gião norte do Paraná. Ela tem nove anos e desapareceu ao ir para uma festa em uma igreja da cidade. A imagem de Joseane está sendo divulgada em todo o Estado.

Os dois casos recentes ainda não ficaram tão marcados na memória da sociedade como os desaparecimentos ocorridos principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Época em que foram registrados os sumiços de Ewerton de Lima Gonçalves, Guilherme Caramês Tiburtius e Leandro Bossi, entre outros. Casos não resolvidos até hoje.

Se fosse para dar um conselho, o construtor civil João Bossi, pai de Leandro, teria apenas um: que os pais cuidem mais dos filhos. "Porque a dor depois é muito grande", conta, emocionado. A família lamenta o desaparecimento o tempo todo, mas há duas datas muito críticas: a época de Natal e o aniversário de

Leandro, dia 08 de fevereiro.

### Resposta

A emoção se mistura com a revolta. João Bossi quer apenas uma coisa. Uma resposta sobre o desaparecimento do filho, ocorrido no dia 15 de fevereiro de 1992, em Guaratuba, no litoral do Paraná, quando tinha sete anos. No dia em que Leandro desapareceu, ele saiu de casa e foi até o trabalho da mãe. Ela pediu para que o filho voltasse para casa e trocasse de roupa.

Depois, nunca mais foi visto. "Eu quero uma resposta. Não veio nenhuma. Não veio ninguém. Nem assistente social passou aqui. Só quero uma resposta do governo do Estado. Se está morto, onde. Se está vivo, onde e por que desapareceu. O governo está mais preocupado em transferir presos de Matinhos e Guaratuba para Curitiba. Nós não temos ajuda de nada", desabafa.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ

**SICRIDE**  
SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO  
DE CRIANÇAS DESAPARECIDAS

**CRIANÇA DESAPARECIDA**

Nome: JOSEANE MORAES  
Idade: 09 ANOS  
Data: 03/12/11  
Cidade: CAMBÉ/PR  
R.D.U. Nº 2011/1041557 "A"

INFORMAÇÕES LIGAR PARA  
SICRIDE - (941) 3224-0222

8 ANOS

10 ANOS

**Leandro Bossi**

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL  
**SICRIDE**  
SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO DE CRIANÇAS DESAPARECIDAS  
Rua Hortolândia, 210 - Centro Povoado - Curitiba, Paraná, Brasil - CEP 81202-900

Atendimento Digital  
Polícia Científica - Curitiba  
Fundo de Apoio

8 ANOS DE IDADE  
Ewerton de Lima Gonçalves

COMPOSIÇÃO DIGITAL  
10 ANOS DE IDADE  
Guilherme Caramês Tiburtius

### CONTINUA

# TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

## Fugas são comuns

Outro motivo bastante recorrente para o desaparecimento é a fuga de casa, especialmente quando há um ambiente hostil e agressões. As crianças não querem mais aquele contexto em suas vidas e fogem de casa. Há muitos casos em que isto se torna fato comum em uma mesma família.

"Existem desaparecimentos também porque o ambiente familiar é tão ruim que a criança prefere fugir e ir para mais longe o possível do que ficar em casa e sofrer algum tipo de agressão ou desrespeito por parte dos pais ou responsáveis. Muitas inclusive são encontradas pelas nossas equipes e não querem voltar de jeito nenhum. Se a criança faz isto com frequência, ela está avisando de que alguma coisa não está certa", comenta Daniele de Oliveira Serighelli, delegada titular do Sicride.

### Investigação

Cada caso é verificado e a criança passa por uma série de entrevistas e atendimento com especialistas, incluindo um psicólogo. Se for uma situação de negligência ou agressão, ela é repassada pelo Sicride ao Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (Nucría), também da Polícia Civil. Ou ainda para os conselhos tutelares.

Quem tiver informações sobre crianças desaparecidas, pode repassá-las ao Sicride nos telefones (41) 3224-6822.

## 02 JAN 2012

## Casos solucionados em 2011

Nos últimos dez anos, foram mais de mil desaparecimentos de crianças e adolescentes no Paraná. A Polícia Civil criou o Sicride em 1996. Os números de boletins de ocorrência feitos no Sicride tem variado ano a ano. Em 2011, entre janeiro e novembro, houve 63 registros de desaparecimentos. Todos foram solucionados. Em 2010, foram 75 casos, todos resolvidos; em 2009, 46 casos, sendo um sem solução. Este foi o da menina Ariete Botelho, na época com dois anos, que não foi mais vista em maio de 2009 na cidade de Lidianópolis, na região norte do Paraná.

Várias razões estão por trás do desaparecimento destas crianças. Uma delas é o sequestro, que pode ter outro crime como finalidade principal. O estupro seria um exemplo. Ou ainda a "venda" de crianças no mercado internacional. "Normalmente são

crianças negligenciadas, mais solitárias, com os pais nem sempre presentes", explica a delegada titular do Sicride, Daniele de Oliveira Serighelli.

A pessoa má intencionada em sequestrar uma criança normalmente estuda a rotina dela e aproveita os momentos de distração para cometer o crime. De acordo com a delegada, as crianças que vão para escola sozinhas são alvos mais vulneráveis do que aquelas acompanhadas pelos pais, por exemplo.

### Crianças sozinhas

João Bossi lembra que a situação financeira dos pais muitas vezes força as crianças a ficarem sozinhas. "No litoral, as famílias precisam trabalhar muito nos três meses da temporada. Com isto, as crianças ficam mesmo sozinhas para que os pais possam trabalhar. Tem que cuidar bem das crianças", avalia.

06 JAN 2012

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Banco público de mandados

Embora a Justiça tenha emitido 11.686 mandados de prisão, em Curitiba e região metropolitana, no ano passado, somente 4.719 (cerca de 40%) foram cumpridos, de acordo com levantamento da Secretaria Estadual da Justiça. Ainda constam, no relatório do órgão, 18 mandados cumpridos nos primeiros dias de 2012.

A alta taxa de não cumprimento de mandados, na Grande Curitiba e em todo Paraná, entretanto, pode mudar em breve, com a criação do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme determinação da lei federal 12.403/2011. O portal vai unificar as informações dos tribunais de Justiça de todo o País e, para isso, eles têm até dia 16 para integrar seus sistemas de informática ao do Banco. A partir de então, as informações estarão disponíveis para consulta pública.

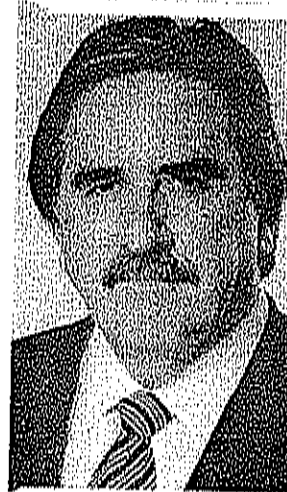
### Dados

Desta forma, qualquer pessoa poderá acessar informações sobre os foragidos, como número do documento, nome, fotografia e características do procurado. Com isso, o sistema deve dar mais agilidade e transparência ao trabalho da polícia. Para o delegado Marcelo Lemos de Oliveira, titular da Delegacia de Vigilância e Capturas (DVC), com a nova ferramenta, a base de dados será ainda mais confiável, possibilitando a população colaborar com a polícia. "Só espero que haja níveis de restrição em relação a algumas informações para que isso não atrapalhe o nosso trabalho".

# TRIBUNA DO PARANÁ

DANTE MENDONÇA 07 JAN 2012  
Porque hoje é sábado

José Lúcio Glomb (foto) é presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, sessão Paraná, a reserva de oxigênio da vida pública paranaense. Nasceu em União da Vitória, este advogado trabalhista é um velejador com as mãos calejadas de tanto enfrentar ventos contrários e mares bravios. Por isso, o timoneiro da OAB, que em novembro do ano passado recebeu a XXI Conferência Nacional dos Advogados, pode ser considerado um homem destemido.



**Outra profissão, o que seria:**  
Arquiteto.

**Dando a semana por finda, um fim de semana como deve ser:**  
Sossegado.

**Serra abaixo ou serra acima:**  
Serra abaixo.

**A mais bonita paisagem do Paraná:**  
As Cataratas do Iguaçu.

**A mais bonita paisagem de Curitiba:**  
Curitiba vista da minha casa.

**Uma rua da cidade:**  
Avenida Batel.

**Um sábado de chuva:**  
Com bolinho de graxa e um bom filme, ou um bom livro.

**Um domingo de sol:**  
Sensação de alegria.

**O que não dispensa no inverno:**  
Um bom vinho.

**O que não dispensa em qualquer estação do ano: @ENTREVISTA-R: Jogar tênis.**

**Um lugar para iniciar o fim de semana:**  
Jantando num restaurante italiano.

**O que estraga o fim de semana:**  
Uma gripe.

**O azeite do boteco:**  
Pastel de queijo.

**O jantar no sábado:**  
Algo leve, com cinema.

**O almoço de domingo:**  
Com a família.

**O restaurante de estimação:**  
Madalosso.

**A receita de estimação:**  
Picanha na brasa.

**Nenhum, pouco ou bastante alho:**  
Nenhum.

**Uma sobremesa:**  
Torta alemã (só às vezes).

**Um copo para o espírito:**  
Whisky.

**Metade cheio, metade vazio:**  
Metade cheio.

**O que é muito bom fazer sozinho:**  
Meditação.

**Uma música para ouvir hoje:**  
"Emoções", do Roberto Carlos.

**Um livro na estante:**  
Discursos de Churchill.

**Um livro na cabeceira:**  
"A Última Grande Lição - O Sentido da Vida", de Mich Albom

**Um filme de ontem:**  
"Perfume de Mulher".

**Um filme de hoje:**  
"Discurso do Rei".

**Um retrato na parede:**  
Minha família.

**Saudades de um sábado qualquer:**  
Das grandes regatas a vela.

**Uma viagem:**  
Percorrendo o Brasil de carro.

**Noite de domingo, o que lhe parece:**  
Preparação da semana.

**Há a perspectiva de segunda-feira, o que lhe assusta embaixo da cama:**  
A maldade de alguns.

**Um passarinho (sonho) na mão:**  
Ajudar o próximo.

**Outro voando:**  
Ajudar a fazer um mundo melhor.



08 JAN 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

### **Biométrico**

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) realizou, por volta das 0h30 de ontem, o recadastramento biométrico do eleitor curitibano número 1 milhão. Com o movimento intenso, a expectativa era atender 8 mil pessoas até o final do dia, elevando para 1.008.000 o total de cadastrados (77,5% do total de 1,3 milhão de eleitores da capital). Quem não comparecer até o dia 20 de janeiro terá o título cancelado. Ontem, o TRE (na Rua João Parolin, 55) estava lotado, mas o tempo para realização do procedimento girou em torno de 15 minutos, já que mais de 250 atendentes estavam trabalhando.

17 DEZ 2011

# CARTA CAPITAL

WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH

## Supremas razões

**O** SUPREMO TRIBUNAL Federal (STF) continua a surpreender a sociedade civil e a mostrar a falência do nosso sistema de Justiça. Um sistema a favorecer poderosos e potentes e a criar o caldo multiplicador da burguesia mafiosa. Nesta semana, dois fatos chamaram a atenção e foram protagonizados pelos ministros Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski, ambos do STF.

Por iniciativa de 2 milhões de cidadãos votantes logrou-se chegar à Lei da Ficha Limpa. Por essa lei, não podem concorrer às eleições os condenados criminalmente por órgão judiciário colegiado e os que renunciaram a mandato parlamentar para arquivar, por perda de objeto, processo de cassação por conduta indecorosa. Antes da Ficha Limpa, existia a norma constitucional, Art. 15, III, a estabelecer a perda de direitos políticos aos definitivamente condenados criminalmente e enquanto durassem os efeitos da decisão. Com a Ficha Limpa criou-se um mecanismo complementar e salutar à luz do interesse social.

Medidas cautelares são bem conhecidas no Direito positivo de Estados democráticos: prisão preventiva, separação de corpos, alimentos provisionais, afastamento jurisdicional de magistrados etc. Jader Barbalho, em 2001, renunciou ao mandato de senador para evitar a cassação e futura inelegibilidade. Em 2010, Barbalho concorreu, pelo PMDB, ao Senado pelo Pará e, com 1,8 milhão de votos, encabeçou a lista dos eleitos. Diante da Lei da Ficha Limpa, não teve a posse deferida e foi ao STF.

**Como se sabe**, o julgamento, com o ministro Joaquim Barbosa sorteado como relator, terminou empatado. À época, a Corte estava desfalcada em razão de vaga aberta pela aposentadoria da ministra Ellen Gracie. O ministro Cezar Peluso, consoante entendimento externado quando de anterior e célebre julgamento do ex-governador Joaquim Roriz, não quis, com relação a Barbalho, votar duas vezes. Voltou a entender inconstitucional prerrogativa do Regime Interno do STF que contempla o "voto de qualidade", espécie de voto de Minerva. Em resumo, o processo de Barbalho ficou suspenso até a posse da nova ministra, a completar a composição do STF. Como o primeiro suplente de senador também estava impedido, assumiu Marinor Brito, do PSOL.

Poucos dias atrás, uma cúpula de caciques do PMDB marcou audiência com Peluso. Uma audiência precedida de telefonemas do vice-presidente Michel Temer e do presidente José Sarney, como revelou a *Folha de S. Paulo*. Temer e Sarney apoiaram a reivindicação a ser transmitida a Peluso no encontro com os senadores Renan Calheiros, Romero Jucá, Valdir Raupp e o deputado federal Henrique Eduardo Alves. Além do caso Jader Barbalho, foi tratada a questão do reajuste dos vencimentos dos ministros do STF e do funcionalismo do Judiciário, cujos pro-



O voto de Minerva sugerido por Cezar Peluso levou à posse do senador "ficha suja" Jader Barbalho

cessos legislativos estão em curso.

Na sessão de julgamento da quarta-feira 14, o ministro Peluso, com a ausência do relator Joaquim Barbosa em razão do seu crônico mal na coluna vertebral e ainda com a cadeira deixada vaga por Ellen Gracie, colocou em julgamento o caso de Barbalho, que não estava em pauta e se encontra suspenso. Peluso, quando da reunião com o vértice do PMDB, sugeriu a apresentação de uma petição com pedido de voto de qualidade (desempate).

**O voto de qualidade** de Peluso determinou a posse de Barbalho, com entendimento, já sofragado em outro caso, de inaplicável a Lei da Ficha Limpa às eleições de 2010. Quando se negou a dar voto de desempate nos autos do caso Roriz, o ministro Peluso

afirmou, pela televisão e *urbi et urbe*, que só um déspota usaria do tal voto de qualidade.

A pressão do PMDB, a ameaça de atraso na aprovação da ministra indicada, a questão dos reajustes e o precedente de não se aplicar a Lei da Ficha Limpa às eleições de 2010 levaram, ao que parece, o ministro Peluso a praticar um ato despótico. E como um déspota esclarecido deu as costas para 2 milhões de cidadãos votantes que tomaram a iniciativa de propor cláusulas de barreira a candidatos. Não se sabe qual seria o voto de Rosa Maria Weber, escolhida pela presidenta Dilma. Na Comissão de Justiça, ela não soube responder a questões sobre Direito Civil e Criminal, pois é especializada em Direito do Trabalho. Mas, como prometeu que ia estudar e apreender (a esta altura do campeonato!), poderia chegar a uma conclusão diversa da posta por Peluso e em favor de Barbalho.

Por outro lado, coube ao ministro Lewandowski, em entrevista, alertar que o chamado "processo do mensalão" poderá findar sem julgamento do mérito, pela extinção de punibilidades em razão de prescrições de pretensões punitivas. Num sistema adequado de Justiça, jamais, em caso tão polêmico, se deixaria de apreciar o mérito, absolvendo-se ou condenando-se. O atraso, pelo decurso do tempo, leva à prescrição, pois não é justo a eternização de processos criminais. Mas o apelido mensalão gerou processo de instância única, por força do princípio do foro privilegiado. Assim mesmo vai prescrever, como vaticinou Lewandowski. Para lembrar o canto de Moraes Moreira, "lá vem o Brasil descendo a ladeira". •

WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH

## Sem enxergar suas obrigações Ineficaz e corporativista, justiça brasileira não passa ao cidadão comum a imagem de imparcialidade

**A** JUSTIÇA brasileira e seus magistrados nunca alcançaram, após a ditadura, tamanho descrédito. E isso representa um enorme mal para um Estado que busca ser igualitário e cumpridor do contrato social, ou melhor, de suas metas constitucionais fundamentais. Nos Estados Democráticos de Direito, Brasil incluído, é vedada como regra a Justiça privada, de mão própria. Assim, distribuir Justiça tornou-se, no devido processo, monopólio do Estado e uma de suas funções essenciais. E são fornecidos aos seus órgãos garantias para atuar com imparcialidade, sem prejuízo de obrigações e decência estabelecidas em lei orgânica para magistrados. Formalmente, temos esse arcabouço, mas ele é ineficaz.

No Brasil republicano, a Justiça sempre foi morosa e até a Constituição de 1988 formada por magistrados encastelados e distantes do dia a dia dos jurisdicionados. Depois, abriu-se com a intenção de tornar-se "cidadã", mas repetiu vícios, fortaleceu o corporativismo, qualificou-se a injustiça pelo atraso na solução dos conflitos e, no âmbito criminal, virou o modelo ideal para manter impunes poderosos e potentes.

Nossa Justiça, como um todo e a incluir o comportamento não só funcional dos seus magistrados, não passa ao cidadão comum a imagem de imparcialidade. O elenco de decisões traumáticas e das ações prepotentes e insensíveis de magistrados é incontável.

Dias atrás, magistrados federais, da Justiça Federal comum e da Justiça do Trabalho, promoveram greve, com deslegação de Justiça pelo período de interrupção, para pressionar por reajustes salariais. Os servidores da Justiça, pelos seus órgãos classistas, também organizaram um movimento paródico, até por ganharem muito menos que os magistrados.

Os juízes, para justificar a greve, lembram da garantia estabelecida na Constituição da República relativa à irredutibilidade dos vencimentos. Tal pressão sobre os dois outros poderes deve-se ao fato de o ministro Cezar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ter enviado ao Legislativo um anteprojeto de lei sobre a revisão dos vencimentos da magistratura, a saltar de brutos 26.723 reais para 30.675.

A novidade do projeto de Peluso prende-se à possibilidade futura - por meio de ato administrativo do próprio Judiciário - de reajustes automáticos para compor perdas inflacionárias. Com isso, pretende-se ressuscitar em prol de todos os magistrados, da ativa e aposentados, o "gatilho salarial" de triste memória. Em tempos bicudos, com desemprego e crises econômicas com risco de efeito "dominó" na Europa e EUA, e com o governo Dilma Rousseff empenhado em erradicar a miséria e evitar que a economia minguie, os magistrados demonstram ausência absoluta de senso de oportunidade e de conveniência.

Ao mesmo tempo, o Supremo resolveu adiar a solução diante de um quadro de indignação nacional, a ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional de Magistrados (ANM) para limitar a atuação disciplinar e fiscalizadora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A associação foi presidida pelo ministro Paulo Medina, sancionado, sob acusação de venda de decisões, com a pena de aposentadoria compulsória por votação unânime do CNJ. Antes do adiamento do julgamento, a mídia noticiava que a maioria dos ministros do STF se inclinava a acolher a representação da ANM, tudo depois de uma grotesca censura à ministra Eliana Calmon, que acumula o cargo de corregedora do CNJ, por ter dito algumas verdades sobre magistrados que gravemente cometem falhas disciplinares, com desvio de conduta.

Na mencionada ação direta de inconstitucionalidade, a associação de magistrados quer que a atuação da Corregedoria do CNJ, ainda que graves as suspeitas contra juízes, seja permitida apenas quando as corregedorias dos tribunais não instaurarem procedimentos. Como todas as togas e os seus babados sabem, o CNJ nasceu pela omissão de muitas das corregedorias, com algumas a trocar arquivamentos por formulação de pedidos de aposentadoria, com vencimentos garantidos. No caso de vingar a ação, teremos, entre outros casos, a anulação do processo disciplinar de Paulo Medina.

O Brasil continua com o vício bananeiro de contemplar graves falhas funcionais com a sanção de aposentadoria compulsória. E deixa para o sempre demorado processo criminal (que muitas vezes cai na prescrição e se extingue a possibilidade do réu) a possibilidade de se chegar a uma condenação com pena pesada, a perda da função pública e da remuneração. Para a ministra Eliana Calmon tal sanção é um prêmio ao magistrado que perpetrar grave desvio de conduta. Assim não entende o ministro Gilmar Mendes. Mais ainda: nos últimos 40 anos o STF não havia condenado um único político à pena de prisão em regime fechado. A primeira condenação, depois de quatro décadas, foi a do deputado federal José Fuscaldi Cesilio (PTB-GO), apelidado de Tático. Acusado de sonegação fiscal, apropriação indébita de contribuição previdenciária dos empregados do curtume mantido em sociedade com a sua filha, Tático, apesar da gravidade dos crimes e da elevada pena de sete anos, recebeu o regime semiaberto. Dessa forma, poderá trabalhar no curtume durante o dia e à noite dormir em instituto penal. Cumprido um sexto da pena, poderá receber o benefício da prisão albergue domiciliar e, destaque, dormirá em casa, não será vigiado.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

O ano de 2011 só surpreendeu aos que ainda acham que Têmis, a deusa da Justiça, é cega. Nos escritos mitológicos, frise-se, Têmis nunca foi apresentada como cega. Foi na Alemanha que os operadores do Direito, para dar ênfase à imparcialidade, começaram a descrevê-la como portadora de uma venda nos olhos. Mas aqui ela enxerga bem quando lhe convém.

Vejamos o caso de Daniel Dantas. O banqueiro conseguiu do Superior Tribunal de Justiça uma decisão em que o acessório foi mais importante do que o principal. Onde a verdade real, ou melhor, a comprovada corrupção ativa, restou desprezada. DD, conforme uma enxurrada de provas, interceptações telefônicas com autorização judicial e gravações, procurou, por interpostos agentes, corromper policiais em apurações da denominada Operação Satiagraha. Na casa de um dos acólitos de Dantas, o professor Hugo Chicaroni, a polícia federal apreendeu 1,1 milhão de reais.

Dantas acabou condenado, em 2009, por consumado crime de corrupção ativa. Seus advogados impetraram habeas corpus a fim de anular as provas colhidas na Satiagraha e, por conseguinte, desconstituir a condenação por corrupção ativa decidida pelo juiz Fausto De Sanctis. Por 3 votos a 2, a 5ª Turma do STJ concedeu a ordem de habeas corpus para anular a mencionada Satiagraha e a condenação.

Para os ministros julgadores, exceção a Gilson Dipp e Laurita Vaz, a participação de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), órgão subordinado ao gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foi ilegal e contaminou toda a apuração. Decisão de pasmar. Nenhuma dúvida pairava sobre a consumação de um grave crime a mando de um poderoso banqueiro. Para os ministros Adilson Macabu, Napoleão Maia e José Mussi, o importante era "espiolhar nugas", catar quinquilharia procedimentais. A verdade real vinha secundária.

Dispensável ressaltar que os agentes da Abin, servidos e públicos do mesmo Poder Executivo ao qual se subordina a Polícia Federal, em nada interferiram na consumação do crime de corrupção. E a nulidade mal decretada gerou impunidade. A decisão condenatória tinha sido emitida bem antes do habeas corpus que a anulou, e confirmada no Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, que não considerou ilegal a participação de agentes da Abin na Satiagraha.

Vinda sob o efeito das aberrantes decisões da 5ª Turma, o cidadão comum teve ainda outra notícia a causar estu-por. Ela envolveu como figura principal Fernando Sarney, filho do presidente do Senado. A 6ª Turma do STJ, sem que ministros convocados pedissem vista dos autos após o voto do relator, anularam a chamada Operação Poi Barrica. Para os magistrados, a decisão judicial que havia autorizado a quebra de sigilos não tinha sido suficientemente motivada. Isso tudo com desprezo ao relatório do Conselho de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda que indicava suspeita de lavagem de dinheiro por integrantes do clã e durante campanha eleitoral de Roseana Sarney ao governo do Maranhão. No caso, a verdade real foi desprezada por um garantismo baseado no subjetivismo da suficiência e o inquérito acabou reduzido a pó. Como num passe de mágica, não existe mais nos autos nenhuma prova dos crimes de lavagem de dinheiro, desvio de dinheiro público e tráfico de influência.

**Na mesma linha** surpreendente de um falso garantismo encobridor da verdade real, tivemos outra grande surpresa judiciária. Trata-se da anulação da Operação Castelo de Areia. Por 3 votos a favor dos impetrantes acusados e 1 contrário, o STJ decidiu anular todas as interceptações telefônicas realizadas com base em denúncia anônima. Para muitos procuradores da República, o "castelo ruir", no seja, poucas provas restaram. E vários processos foram iniciados com base no inquérito policial. Só para recordar, a Castelo de Areia teve início em março de 2009. O objetivo era apurar eventuais crimes contra o sistema financeiro, lavagem de dinheiro, evasão fiscal, corrupção, doações encobertas a políticos e outros delitos.

As suspeitas recaíam sobre a Construtora Camargo Corrêa e alguns dos seus diretores. Em janeiro de 2010, o presidente do STJ, o polêmico Cesar Asfor Rocha, concedeu liminar para suspender a decisão do Tribunal Regional Federal de São Paulo. A decisão do TRF-SP entendeu que as interceptações telefônicas haviam sido realizadas com autorização judicial (o juiz concedente era Fausto De Sanctis). E que não tinham sido autorizadas interceptações com base em denúncia anônima. O ministro Og Fernandes, no julgamento do STJ, teve a mesma convicção que os desembargadores paulistas.

Og Fernandes frisou que o delegado federal que presidiu o inquérito realizou investigações e diligências preliminares antes de requerer as interceptações telefônicas. Em outras palavras: não foi a denúncia que motivou o pedido de interceptação, mas a existência de indicativos com lastro de suficiência de consumação de graves crimes. Os votos vencedores são dos ministros Maria Thereza de Assis Moura, Celso Limongi e Haroldo Rodrigues.

A respeito de denúncia anônima e em outro processo, o STF, em sessão plenária realizada em 11 de maio de 2005, apreciou o seu valor jurídico. E concluiu somente caber apuração quando dotada de um mínimo de idoneidade e amparada em outros elementos que permitam "apurar a sua verossimilhança ou a veracidade". Como se percebe, uma denúncia anônima não pode servir de base para interceptação telefônica, segundo a nossa legislação e a jurisprudência do STF. Mas não seria esse o caso, segundo o TRF-SP e o ministro Og Fernandes. Para eles, as interceptações decorreram de investigações e diligência preliminares.

**No meio deste ano**, o STF ratificou o escapismo. Depois de concluir sobre a extradição do pluriassassino Cesare Battisti, o STF surpreendeu ao entregar a decisão final ao presidente Lula. Mas determinou que Lula teria de decidir sem afrontar o Tratado de Cooperação Judiciária entre Brasil e Itália. No último dia de mandato, Lula, frisando que a Itália era uma exuberante democracia sem condições de garantir a integridade física de Battisti, negou a extradição. Por evidente, a Itália reclamou ao STF sobre o descumprimento do acórdão por parte do então presidente. Ai, por 6 votos a 3, o plenário encampou a canhestra tese do novo ministro Luiz Fux e entendeu não ter a Itália legitimação para reclamar. Outro lamentável escapismo e do tipo subalterno ao Executivo. Quem teria qualidade para reclamar do descumprimento do acórdão? Talvez Dante Alighieri. Ou Leonardo da Vinci?

## CONTINUA

# CARTA CAPITAL

CONTINUAÇÃO

24 DEZ 2011

Com magistrados batendo uma bolinha em campo e instalações cedidas por Ricardo Teixeira da CBF, parece que não percebem as situações de conflito de interesses. Sobre "mulher de César", ignoram solenemente a recomendação. E sobre ética, Ari Pargendler, do STJ, e os ministros José Dias Toffoli e Gilmar Mendes, do STF, receberam absoluto desprezo.

Toffoli deslumbrou-se com um "mamma mia". Ele compareceu à boda de casamento de um seu amigo brasileiro, advogado criminal de profissão, na famosa Ilha de Caprí, na Itália. Alegou a festança o cantor Pepê de Caprí, como não poderia deixar de ser. Parte das despesas da viagem ficou por conta do advogado, que tem ações no Tribunal. Em ao menos uma delas, o ministro participou do julgamento sem se abster por motivo de foro íntimo.

Conforme amplamente noticiado, Mendes, ao deixar a presidência do STF, teria sido hospitalado com uma viagem internacional e régias cortesias, incluindo hospedagens e deslocamentos em luxuoso automóvel Mercedes-Benz com cinefóforo ao volante, ofertadas pelo advogado e jurista Sérgio Bermudes. O patrocinador tem uma das maiores bancas do Brasil, atua em ações no STF e foi empregador da esposa de Mendes.

Para completar o triste quadro de 2011, o STF continua a dar sinais de a sua jurisdição estar, hierarquicamente, acima daquela da Corte Interamericana de Direitos Humanos, apesar do estabelecido na Constituição. O Brasil despreza a decisão da Corte que entendeu, com relação a crimes desumanos consumados durante a ditadura, ilegítima a aplicação da lei de anistia de 1979.

Enquanto pelo planeta ganha força a jurisdição internacional, o Brasil trilha caminho diverso, embora tenha firmado tratados e convenções. Na quarta-feira 30, foi entregue pela Costa do Marfim ao Tribunal Penal Internacional o ex-ditador Laurent Gbagbo, acusado de crimes contra a humanidade e genocídios.

Nos países da União Europeia, os juízes, qualquer que seja o grau de jurisdição, aplicam aos processos as decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos. Há consenso de que a jurisdição internacional seja prevalente.

No Brasil, temos uma Justiça morrente. E, em 2012, ela não vai mudar, infelizmente. ●

## Além de atrasar soluções de conflitos, Justiça tem modelo ideal para manter impunes poderosos

**Causa própria.**

*Anteprojeto de Palácio eleva salários da Magistratura com reajustes automáticos*

## Dantas conseguiu do STJ uma decisão em que o acessório foi mais importante do que o principal

**Suspeitas.**

*Provas contra Sarney foram ignoradas pelos magistrados, incomodados com a atuação de Eliana Calmon*

## Juízes parecem não ficar incomodados nem mesmo quando estão envolvidos em situações em que há conflitos de interesse

**Dolce vita.**

*Parte das despesas de viagem de Toffoli à Ilha de Caprí foi bancada por advogado, que tem ações no tribunal*